



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

I. Regência Legal Lei Federal Nº 8.987 de 1995, Lei Nº 14.133 de 2021, Lei Complementar Nº 123 de 2006, Lei Federal Nº 9.503 de 1997, e posteriores alterações, Lei Municipal Nº 3017/2025 e Decreto Municipal Nº 6.056/2025, bem como as demais legislações correlatas e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.	
II. Órgão Interessado Secretaria Municipal de Mobilidade e Ordem Pública	
III. Modalidade/Forma/Nº de Ordem Concorrência Pública – Nº 003/2026	IV. Processo Administrativo Nº 056/2026
V. Tipo de Licitação Técnica e Preço	
VI. Regime de Execução () Empreitada por Preço Unitário () Empreitada por Preço Global () Execução por Tarefa () Empreitada Integral (X) Concessão de Serviços por Oferta de Maior Outorga Mensal.	
VII. Objeto Constitui-se objeto desta licitação CONCESSÃO DE SERVIÇOS POR OFERTA DE MAIOR OUTORGA MENSAL , com vistas à Prestação de Serviços de Implantação, Exploração, Operação, Manutenção e Gerenciamento do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago de Veículos em Logradouros Públicos e Áreas pertencentes ao Município de Valença/Bahia.	
VIII. Data Limite para Envio de Propostas e Aberturas das Propostas Data: 06/05/2026 Horário: 08:59 horas	IX. Endereço Eletrônico https://licitanet.com.br/
X. Acolhimento de Propostas Data: 26/02/2026 Horário: 08:00 horas	XI. Início da Disputa Data: 06/05/2026 Horário: 09:00 horas
XII. Prazo de Vigência da Concessão O Prazo de Vigência da Concessão será de 120 (cento e vinte) meses, a contar da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por igual período.	
XIII - Local, Horário e Meio de Comunicação para esclarecimentos sobre este Edital As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta Licitação serão prestados pela Agente de Contratação, diariamente, das 08:00 às 17:00 horas, no Departamento de Licitação e Contratos, vinculado à Chefia de Gabinete, situado na Travessa General Labatut, S/Nº - Centro – Valença/Bahia, pelo Telefone: (075) 3641-8319 ou por e-mail comissaolicitacaopmv@gmail.com .	
Autoridade Competente: Marcos Antônio Medrado Agente de Contratação Responsável: Luciana Brito Bispo Nascimento Ato de Designação: Decreto Nº 5.589/2025	



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 056/2026.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 004/2026.

PREÂMBULO

O Município de Valença/BA, por intermédio da Chefia de Gabinete, através do Pregoeira/Agente de Contratação, designado pela Portaria Nº 5.589/2025, publicada no Diário Oficial do Município, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados, realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** tipo **Técnica e Preço**, com fundamento no Artigo 15, IV da lei 8987/65, para **CONCESSÃO DE SERVIÇOS POR OFERTA DE MAIOR OUTORGA MENSAL**, com vistas à **Prestação de Serviços de Implantação, Exploração, Operação, Manutenção e Gerenciamento do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago de Veículos em Logradouros Públicos e Áreas pertencentes ao Município de Valença, Bahia**, nos termos da Lei Federal Nº 8.987 de 1995, Lei Nº 14.133 de 2021, Lei Complementar Nº 123 de 2006, Lei Federal Nº 9.503 de 1997, e posteriores alterações, Lei Municipal Nº 3017/2025 e Decreto Municipal Nº 6.056/2025, bem como as demais legislações correlatas e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

A **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, na forma eletrônica, através do site e link portal.licitanet.com.br

ABERTURA DA SESSÃO: 06/05/2026 às 09:00 horas - (Horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TIPO TÉCNICA E PREÇO.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa, em regime de concessão a título oneroso para prestação de serviços de implantação, exploração, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo pago de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao Município de Valença/BA.

2. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E DA ABERTURA DA SESSÃO

2.1. O Edital será disponibilizado aos interessados através do Sítio Eletrônico Oficial – no endereço <https://diario.valenca.ba.gov.br/homepage> bem como, através do Portal da Transparência do Município <https://transparencia.valenca.ba.gov.br/homepage>.

2.2. Os arquivos contendo a documentação deverão ser entregues até as **08:59 horas do dia 06 de maio de 2026**, através do site/link portal.licitanet.com.br.

2.3. A Sessão será iniciará as 09:00 horas do dia 06 de maio de 2026.

2.4. Maiores informações sobre o presente processo de licitação poderão ser obtidas através do e-mail: comissaolicitacaopmv@gmail.com

2.5. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização desta Concorrência no horário e data marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independente de nova convocação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que atendam todas às exigências deste edital e seus anexos.

3.2. Os documentos necessários à habilitação em cópia autenticada em cartório competente ou por forma eletrônica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

3.3. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ, inclusive na proposta técnica e na proposta de preços.

3.4. Toda e qualquer documentação emitida pela empresa deverá ser datada e assinada por seu (s) representante (s) legal (s), devidamente qualificado (s) e comprovado (s)

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual – MEI e no que mais couber, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

3.6.1. Não será admitida a participação de consórcios.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Autor do anteprojeto, do Projeto Básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Projeto Básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do Projeto Básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ENVIO E APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de Propostas e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a **Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preços** até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, simultaneamente, as **Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preços** e no Projeto Básico, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, vedada a identificação do proponente, sob pena de desclassificação.

4.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da Proposta de Técnica e Proposta de Preços, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública.

4.5. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.4. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.5. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.6. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- 4.7.7. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.7.8. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de personalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.7.9. Até a data e horário da entrega das propostas, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.
- 4.9. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de **02 horas** conforme a IN SEGES/MGI Nº 02/2023 Art. 25 Parágrafo IIº.
- 4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021)
- 5.3. Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.4. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 5.5. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes com o Servidor **Israel Gonçalves Costa**, através do TEL: (75) 99263-2002, de segunda a sexta feira das 08h00 horas às 17:00 horas. A visita técnica presencial será limitada ao ultimo dia que anteceder a data prevista para abertura do processo.
- 5.5.1. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável legal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 5.6. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 5.6.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64.
- 5.6.1.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 5.6.1.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

5.6.2. Aferição das condições de habilitação ou de classificação do licitante decorrentes de fatos ou condições preexistentes ao momento da abertura do certame.

5.7. A realização ou não de diligência não configura direito subjetivo do licitante a juntada de documentos após o encerramento do prazo estabelecido nos itens, restando preclusa, em caráter definitivo, a possibilidade de o licitante juntar novos documentos, o que implicará na sua inabilitação ou desclassificação do certame.

5.8. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015)

5.10. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. O Agente de contratação/Comissão verificará se os licitantes atendem às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Habilitação Jurídica:

6.4.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.4.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

6.4.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

6.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

6.4.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

6.4.6. No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

6.4.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva sob pena de inabilitação.

6.5. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

6.5.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e/ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

6.5.2. Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;

6.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.5.5. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

6.5.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.5.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.5.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.5.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.5.10. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

6.6. Qualificação Econômico-Financeira:

6.6.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

6.6.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

6.6.3. Os documentos referidos no subitem anterior, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

6.6.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

6.6.5. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social

6.6.6. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

6.6.7. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

Passivo Circulante

6.6.8. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

6.6.9. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, caput e §5º, da Lei 14.133/21, pois permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

6.7. Qualificação Técnica:

7.7.1 Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente CREA e/ou CAU, em plena validade;

7.7.2 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

7.7.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

7.7.4 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.7.5 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.7.6 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.8. Documentações Complementares

6.8.1. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

6.8.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

6.8.3. Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, se for o caso.

6.8.4. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.8.5. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

6.8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

6.8.7. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

6.8.8. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

6.8.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando e registrando na ata da sessão ou no Diário Oficial do Município a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.8.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

6.8.11. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7. PROPOSTA TÉCNICA

7.1. A Tabela Técnica de Pontuação deverá ser apresentada conforme formulário da Tabela Técnica do **Anexo X** deste Edital, contendo todos os dados lá solicitados, digitada na língua nacional, devidamente preenchida, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, numerada e assinada pelo representante legal. Ressalva-se que manuais, catálogos e impressos, anexados à proposta não precisam ser assinados e rubricados e podem ser elaborados em idioma estrangeiro e apresentados traduzidos para o português;

7.2. A licitante deverá observar as instruções contidas do Projeto Básico e da Tabela Técnica do Anexo X deste Edital, para pontuar cada um dos itens de sua proposta;

7.3. A Tabela Técnica de Pontuação deverá fazer menção ao número desta Licitação e ao respectivo objeto, conter a Razão Social da licitante, o CNPJ, número (s) de telefone (s), de e-mail, e o respectivo endereço com CEP;

7.4. A proponente deverá apresentar descrição detalhada dos itens componentes da solução tecnológica ofertada, com o máximo de detalhes, ressaltando os seguintes itens indispensáveis: Equipamentos a serem utilizados para operação (incluindo especificações técnicas) e servidores para gerenciamento e armazenamento de dados; Formas de comunicação de dados entre equipamentos móveis e servidores (wireless, 3G etc.); Especificações do software, apresentando o fluxo de funcionamento geral (através de um diagrama) e funções existentes - incluindo os módulos operacionais (a serem utilizados nos equipamentos de emissão de tickets) e módulos de gerenciamento (para controle de arrecadação, cadastro, gerenciamento, relatórios, auditoria, etc.), conforme Projeto Básico;

7.5. Apresentação de documentos comprobatórios exigidos no **Projeto Básico – Anexo I, da Tabela Técnica de Pontuação Anexo X e da Prova de Conceito – Demonstração Técnica Anexo XI** deste Edital.

8. DA PROPOSTA DE PREÇO

8.1. O Prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da entrega da sessão de abertura das propostas. O referido prazo ficará suspenso caso haja interposição de recursos. Findo o referido prazo, e não havendo contratação, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.

8.2. A Proposta de Preço deverá ser apresentada conforme formulário **Anexo III**, deste Edital, contendo todos os dados lá solicitados, em papel timbrado da empresa, digitada na língua nacional, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, numerada e assinada pelo representante legal, devidamente identificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- 8.3.** A oferta mínima de remuneração mensal ao Município pela outorga da concessão, não poderá ser inferior a 8% (oito por cento) incidentes no faturamento bruto da Concessionária;
- 8.4.** Conter o número desta Licitação;
- 8.5.** Conter razão social, CNPJ, número de telefone e pessoa de contato, endereço da licitante, bem como dados do representante legal da empresa;
- 8.6.** A proposta deverá conter declaração expressa de estarem incluídos nos preços todos os custos e despesas, inclusive impostos, fretes, embalagens e outras taxas, já considerados os eventuais descontos concedidos para perfeita operação do objeto, sendo que a omissão de quaisquer despesas necessárias, será interpretada como inexistente ou já inclusa, não podendo a proponente pleitear acréscimos após a entrega das propostas;
- 8.7.** A apresentação da proposta significará aceitação expressa e total, pelos licitantes, de todas as disposições deste Edital e seus Anexos, bem como submissão aos ditames da Lei 14.133/21 e alterações;
- 8.8.** As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas. Na oferta de pagamento apresentada deverão já estar inclusas as despesas legais incidentes, bem como deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos;
- 8.9.** Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com este Edital e seus Anexos, bem como não atendam às suas exigências.
- 8.10.** A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 8.11.** Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas, implica em submissão a todas as condições estipuladas neste edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste edital.

9. DA SESSÃO ELETRÔNICA

9.1. DA HABILITAÇÃO

- 9.1.1.** No dia, local e hora designados neste edital, através do site/link portal.licitanet.com.br, será aberto o processo com análise da documentação de habilitação, assim como disponibilização dos documentos digitais.
- 9.1.2.** Ocorrendo a desistência expressa dos licitantes ao direito de recorrer do resultado relativo à documentação de habilitação, na mesma sessão poderá haver o seguimento com análise das Propostas Técnicas, caso contrário será marcada uma nova data.
- 9.1.3.** Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.
- 9.1.4.** Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documentação e/ou substituição de qualquer elemento exigido e não apresentado.

9.2. DA PROPOSTA TÉCNICA

- 9.2.1.** A abertura da Propostas Técnicas das empresas habilitadas, dar-se-á logo após a abertura da “Documentação de Habilitação”, desde que os prepostos das empresas licitantes desistam de interpor a intenção de recurso.
- 9.2.2.** A avaliação da Tabela Técnica de Pontuação dar-se-á conforme da Tabela Técnica do Anexo II deste Edital, e será julgada por comissão técnica designada para análise da proposta técnica.
- 9.2.3.** Será desclassificada a proposta técnica que deixar de atender, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de cada uma das Áreas previstas na Tabela Técnica do Anexo X deste Edital, deste ato convocatório, quais sejam:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- a) Área 01 – Operação;
- b) Área 02 – Auditoria e Segurança nas Transações;
- c) Área 03 – Gestão.

9.2.4. A sessão de abertura da Proposta Técnica, será acompanhada por Comissão definido pelo poder Concedente, composta por Servidores ou não, que tenham conhecimento técnico para a avaliação das propostas. Será analisada a documentação contida na – Proposta Técnica - relativa à solução apresentada pelas licitantes, a fim de conferir se atendem a todos os requisitos mínimos obrigatórios exigidos no Projeto Básico, bem como analisar as tabelas do Anexo X deste Edital.

9.2.5. As propostas que não atenderem a pontuação mínima de acordo com os critérios definidos da Tabela Técnica do Anexo X deste Edital estarão desclassificadas;

9.2.6. Será calculado a NTE – Nota Técnica Equivalente das licitantes que atenderem aos requisitos mínimos obrigatórios exigidos nos termos do Projeto Básico e da Tabela Técnica **Anexo X** deste Edital;

9.2.7. A Comissão examinará os elementos apresentados, as observações eventualmente apontadas, e fará a divulgação das proponentes admitidas a participar da fase posterior.

9.2.8. Ocorrendo a desistência expressa dos licitantes ao direito de recorrer do resultado relativo às Propostas Técnicas, na mesma sessão poderá haver a abertura da etapa contendo as Propostas de Preço. Caso contrário será marcada uma nova data.

9.3. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.3.1. Dando prosseguimento ao certame, a Comissão de Contratação procederá a análise das Propostas de Preço das licitantes, exclusivamente das proponentes classificadas na fase anterior;

9.3.2. Concluída a análise das propostas, a comissão divulgará as Notas Finais dos proponentes;

9.3.3. A licitante que atingir a maior pontuação da NF – Nota Final será convocada no prazo máximo de 10 (dez) dias para efetuar a Simulação Operacional.

9.4. DA PROVA DE CONCEITO – DEMONSTRAÇÃO TÉCNICA

9.4.1. A simulação será apresentada para a comissão técnica pela empresa vencedora, em até 10 (dez) dias úteis a partir da convocação, a qual analisará e julgará o sistema apresentado e auxiliará a comissão de licitação nas decisões técnicas e sistema.

9.4.2. A empresa deverá disponibilizar todos os equipamentos a serem utilizados, software necessário e bases de dados com informações suficientes para demonstrar todos os recursos solicitados, bem como designar para participar da sessão, profissional capaz de demonstrar o sistema proposto, conforme Projeto Básico e demais anexos do edital e de acordo com sua proposta técnica;

9.4.3. A licitante deverá dispor de todos os recursos necessários (hardware, software, comunicação) para a referida demonstração, não sendo admitidas justificativas por indisponibilidade de recursos; partes da solução que não forem demonstradas, serão consideradas inexistentes, independentemente do motivo que gerou a impossibilidade de demonstrar;

9.4.4. Caso a proposta classificada em primeiro lugar não logre êxito na prova de conceito, assim considerado o atendimento a 100% dos itens avaliados, conforme **Anexo X**, vez que todos pertencem ao objeto licitado, será chamado o segundo classificado para o atendimento da prova e assim sucessivamente até que seja atendido;

9.4.5. Caso qualquer requisito que tenha sido declarado na Proposta Técnica – como existente e disponível na solução proposta e que não tenha sido comprovado na Prova de conceito – Demonstração técnica, desclassificará a empresa licitante;

9.4.6. No caso de desclassificação da empresa conforme itens anteriores será convocada a apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da convocação, a solução da segunda colocada da NF – Nota Final e assim sucessivamente até que se defina a vencedora; Da reunião lavrar-se-á Ata



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências e que, ao final, será assinada pela Comissão de licitação e comissão técnica e licitantes presentes.

9.4.7. A autoridade superior poderá, no entanto, tendo em vista sempre a defesa dos interesses do Órgão, discordar e deixar de homologar, total ou parcialmente, o resultado apresentado pela Comissão, revogar ou considerar nula a Licitação, desde que apresente a devida fundamentação exigidos pela legislação vigente, resguardados os direitos dos licitantes.

10. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS

10.1. A classificação das propostas obedecerá ao critério de Melhor Técnica e Preço considerando a melhor proposta em razão da combinação dos critérios de melhor técnica com o critério de maior oferta pela outorga da concessão;

10.1.1. As empresas deverão atender, sob pena de desclassificação, as especificações e funcionalidade técnicas especificadas no Projeto Básico;

10.1.2. Critérios para a pontuação:

10.1.3. Todos os cálculos e resultados obtidos irão considerar 2 (duas) casas decimais após a vírgula;

10.1.4. Os itens sujeitos a pontuação estão divididos em 03 áreas, que caracterizam agrupamentos de funções dos sistemas, que são:

- a) **OPERAÇÃO;**
- b) **AUDITORIA E SEGURANÇA NAS TRANSAÇÕES;**
- c) **GESTÃO.**

10.1.5. Cada área é formada por itens que receberão pontuações individuais e a somatória dos pontos obtidos desses itens formará a pontuação da área.

10.1.5.1. Os itens previstos neste edital são classificatórios;

10.1.5.2. Cada item terá pontuação definida de acordo com a importância que a concedente compreende ser adequada para uma operação segura, eficiente e apropriada às necessidades do Município de Valença - BA;

10.1.6. Os itens a serem avaliados bem como sua pontuação encontram-se na Tabela Técnica do **Anexo X** deste Edital, o qual deverá constar na Proposta Técnica;

10.1.7. Na tabela abaixo é demonstrada a pontuação máxima por área:

ÁREA	PONTUAÇÃO MÁXIMA POR ÁREA
OPERAÇÃO	210
AUDITORIA E SEGURANÇA NAS TRANSAÇÕES	65
GESTÃO	90
TOTAL	365

10.1.8. Os quesitos constantes dentro de cada área do quadro acima refletem aos termos de uma tecnologia considerada ideal para a operação, considerando as melhores formas de gestão e controle da utilização das vagas, dados estatísticos, aferição da arrecadação etc.

10.1.9. Para obter a Nota Técnica de cada licitante, deverá aplicar-se a fórmula a seguir:

$$NTE = (NTL / MNL) \times 100$$

NTE = nota técnica equivalente da empresa licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

NTL = nota técnica da empresa licitante

MNL = maior nota técnica entre todas as empresas licitantes

10.1.10. As empresas que atenderem aos requisitos técnicos especificados no Projeto Básico, e após a realização da Simulação Operacional (avaliação dos equipamentos e softwares) atingir a pontuação mínima em todas as áreas estarão classificadas para a próxima etapa;

10.1.11. Abertas as Propostas de Preço, após análise de seus termos e confronto com as condições estabelecidas neste edital, será conforme fórmula a seguir:

$$NCE = (OL / ML) \times 100$$

NCE = Nota Comercial equivalente da empresa licitante

OL = Oferta da empresa licitante

ML = Maior oferta apresentada entre todas as empresas licitantes

10.1.12. É assegurado, como critério de desempate técnico, preferência de microempresas e empresas de pequeno porte.

10.1.13. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) inferiores à proposta mais bem classificada.

10.1.14. Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar 123/06, ocorrendo o empate técnico, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto lícitado.

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §1º e §2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos § 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos anteriormente, o objeto lícitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

e) Somente será dado tratamento diferenciado quando a melhor oferta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.1.15. Nota Final que estabelecerá a classificação final das licitantes, será definida através da aplicação das notas obtidas da Nota Técnica Equivalente e a Nota Comercial Equivalente, conforme fórmula a seguir:

$$NF = \{(NTE \times 0,70) + (NCE \times 0,30)\}$$

NF = Nota Final

NTE = Nota Técnica equivalente da empresa licitante

NCE = Nota Comercial Equivalente da empresa licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

10.1.16. Calculadas as Notas Finais (NF) das empresas licitantes, estas serão classificadas, da maior para a menor nota, sendo vencedora a empresa que obtiver a maior Nota Final (NF);

10.1.17. Caso a Nota Final (NF) das licitantes apresentem empate, será considerada vencedora a empresa que obtiver maior Nota Técnica Equivalente (NTE)

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: comissaolicitacaopmv@gmail.com

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo para envio das razões recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a lavratura da ata, sob pena de preclusão;

12.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. na hipótese do presente processo, haja vista a adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados exclusivamente no e-mail: comissaolicitacaopmv@gmail.com ou pela plataforma eletrônica.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, que poderão solicitar acesso físico ou digital. Nesta última possibilidade, o recorrente deverá disponibilizar endereço de e-mail para que o Setor de Licitações faça o envio dos autos do processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 10 **(dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 a multa será de 10% do valor do contrato lícitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 10% do valor do contrato lícitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DO REPASSE AO PODER CONCEDENTE E DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1. As condições de repasse e pagamento encontram-se definidas no item 11 do Anexo I deste Edital.

15. DO CONTRATO

15.1. A Empresa vencedora será convocada no prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura do contrato, depois de prestada a devida garantia, conforme minuta constante no Anexo IV.

15.2. Transcorrido o prazo sem que o Contrato seja assinado, o órgão requisitante poderá, a seu critério, convocar as licitantes remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para assinar Contrato em idêntico prazo e nas mesmas condições negociadas com a licitante vencedora;

15.3. Prestar garantia 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma da lei, em até 10 (dez) dias úteis após a declaração de vencedor;

- Caução em dinheiro ou título da dívida pública;
- Seguro garantia;
- Carta de fiança bancária;

15.4. As demais disposições gerais do contrato estão previstas no Projeto Básico e minuta do contrato, anexos a este Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

16. DO VALOR ESTIMADO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1. O valor total estimado para CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, para a prestação de serviços de implantação, exploração, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo pago de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao Município de Valença/BA, segue conforme planilha financeira e estudo técnico em anexo.

16.2. O prazo da concessão será de 120 (cento e vinte meses), a contar da ordem de serviço, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do Decreto Municipal.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Efetuada a classificação, a Comissão de Contratação publicará resumo do respectivo resultado do certame na Imprensa Oficial, encaminhando o processo administrativo à autoridade competente para a devida adjudicação e homologação da licitação.

17.2. Os prazos da licitante vencedora para a concessão dos serviços aqui licitados contarão imediatamente após a assinatura do Contrato de Concessão com o Município de Valença - BA.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e prova de conceito, e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10. Documentos poderão ser assinados digitalmente, desde que possibilite a verificação da assinatura digital.

19. O Edital e seus anexos bem como planilha financeira estão disponibilizados, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://diario.valenca.ba.gov.br/homepage> bem como, através do Portal da Transparência do Município <https://transparencia.valenca.ba.gov.br/homepage> mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

19.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.1.1. ANEXO I – Projeto Básico

19.1.2. ANEXO II – Planilhas Financeiras Anexas em Arquivo em PDF

19.1.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

19.1.4. ANEXO IV – Minuta do Contrato

19.1.5. ANEXO V – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação (Art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021)

19.1.6. ANEXO VI - Modelo de Declaração de que Cumpre as Exigências de reserva de Cargos para Pessoa com Deficiência e para Reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021)

19.1.7. ANEXO VII - Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, ou Cooperativa Enquadrada no Artigo 34 da Lei Nº 11.488, de 2007.

19.1.8. ANEXO VIII - Modelo Declaração da Licitante de Cumprimento ao Artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Art. 68, Inciso VI, da Lei 14.133/2021)

19.1.9. ANEXO IX - Modelo de Declaração de que suas Propostas Econômicas compreendem a Integralidade dos Custos para Atendimento dos Direitos Trabalhistas Assegurados na Constituição Federal, nas Leis Trabalhistas, nas Normas Infralegais, nas Convenções Coletivas de Trabalho e nos Termos de Ajustamento de Conduta Vigentes na Data de Entrega das Propostas.

19.1.10. ANEXO X – Modelo da Tabela Técnica de Pontuação.

19.1.11. ANEXO XI - Prova de Conceito – Demonstração Técnica.

19.1.12. ANEXO XII - Verificador Independente e Parâmetros de Desempenho.

Valença, Bahia, 19 de fevereiro 2026.

Luciana Brito Bispo Nascimento
Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

ANEXO I
PROJETO BÁSICO
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 056/2026.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 003/2026.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa, em regime de concessão a título oneroso para prestação de serviços de implantação, exploração, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo pago de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao Município de Valença/BA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os serviços são classificados como especiais, em virtude da sua alta heterogeneidade.

A empresa Concessionária deverá operacionalizar o Sistema de Estacionamento Rotativo Pago do Município de acordo com as diretrizes da Secretaria de Mobilidade e Ordem Pública, adequando a mão de obra necessária, qualitativa e quantitativamente, para garantir um bom atendimento aos usuários.

De início, cumpre destacar que o plano de contratações anual se trata de um artefato de caráter “preferencial” e não “obrigatório”, conforme o art. 12, inciso VII e art., 18, caput, §1º, II, todos da Lei nº 14.133/2021. A ausência do Plano de Contratação Anual no Município não ocasiona nenhum prejuízo à administração, pois reitere-se que o dispositivo legal o trata como “preferencial” e não obrigatório. Ademais, é necessário ratificar que este Ente sempre pautou e pauta suas contratações públicas em planejamento interno, operacional, e global, realizado por todas as unidades demandantes. Referido planejamento dá base a um calendário das compras públicas municipais, que traz mecanismos de governança e sobretudo efetividade em prol do interesse público.

1.5. O presente Projeto Básico tem como base legal a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei nº 8.987/1995, Lei nº 9.074/1995, Lei nº 14.133/2021, Lei nº 9.503/1997 e posteriores alterações, Lei Municipal nº 3017/2025 e Decreto Municipal Nº 6.056/2025

2.1. A contratação pretendida consiste na referência ao estudo de viabilidade técnica para implantação do sistema de estacionamento rotativo pago no perímetro urbano do Município de Valença e Estudo Técnico Preliminar Simplificado, a fim de evidenciar o serviço a ser atendido de modo a permitir a avaliação econômica/eficiente da contratação, definido no art. 18, §1º da Lei 14.133/2021.

2.2. Justifica-se a presente solicitação tendo em vista ao aumento significativo do número de veículos automotores no Município de Valença, Bahia, fato que por si, demonstra uma tendência de considerável expansão para os próximos anos, promovendo assim, novas demandas no que se refere à fluidez e à segurança no trânsito, assim como no tocante à disponibilização de vagas de estacionamento, sobretudo na área central do Município.

2.3. O estacionamento regulamentado rotativo pago, em vias e logradouros públicos, enquanto ordenador do uso do solo viário urbano é um poderoso instrumento de gestão de trânsito. Esta tem se mostrado a melhor opção de que dispõem as cidades que desejam efetivamente resolver o problema da carência de vagas de estacionamento em regiões comerciais e de serviços, vez que em uma vaga de estacionamento pode estacionar, no mínimo, cinco veículos, aumentando desta forma a mobilidade urbana e incremento do comércio.

2.4. Esta opção tem sido largamente utilizada em diversas cidades do Brasil, sendo a cidade de São Paulo a primeira a implantar o sistema, há cerca de quatro décadas atrás, quando foi criada a chamada "Zona Azul".



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

Sua operação, inicialmente, era realizada por sistema manual de distribuição através de cartões, e atualmente por sistema misto incorporando o uso de celulares.

2.5. Objetivando alcançar bons níveis de profissionalização e eficiência dos serviços públicos, a implementação dos serviços de gerenciamento de estacionamento tem adotado o modelo de concessão de serviços para empresas privadas que reúnam as condições de aptidão técnica (experiência) e financeira adequadas ao projeto. O controle das áreas de estacionamento de veículos proposto se adequa dentro dessa lógica e sua cobrança deverá custear os investimentos necessários para a prestação de serviços da concessionária, além de ser fonte de recursos para investimento no trânsito do Município.

2.6. Diante deste cenário de crescimento da frota de veículos, o resultado é o aumento dos problemas ligados ao trânsito nas cidades. Dentre estes problemas está a dificuldade em encontrar uma vaga para estacionar o veículo na área central da cidade, onde existe maior demanda por vagas em razão da localização da maior parte do comércio da cidade, presença de bancos, prédios públicos, farmácias, restaurantes, clínicas médicas, hospital, mercados de médio e grande porte, escolas, etc.

2.7. Pode-se dizer que a implantação do estacionamento rotativo pago em uma cidade corresponde à necessidade de resolver um problema real. De fato, quando uma vaga de estacionamento no centro da cidade torna-se um espaço disputado, medidas devem ser tomadas para assegurar a justa atribuição desta vaga.

2.8. O sistema permite que a população tenha acesso às vagas na região central e ajuda a diminuir o congestionamento. Essa melhora resulta em qualidade de ar, redução de ruídos e ainda traz benefícios para o comércio e turismo. Diversos estudos e pesquisas, bem como a prática de mercado atual, demonstram que a operação de um estacionamento regulamentado rotativo pago deve ser feita de forma automatizada, por meio de um sistema eletrônico de gestão, com capacidade para emissão de comprovantes de tempo de estacionamento físico ou digital, objetivando a prestação de elevado nível de serviços para o usuário, e que permitam total integridade do controle financeiro da arrecadação, possibilitando a aferição imediata de receita e auditoria permanente por parte do Poder Concedente.

2.9. A partir da maior eficiência e redução da evasão, a Administração Pública Municipal garantirá a rotatividade no uso das vagas e ampliará o benefício financeiro auferido com o serviço. Nos termos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), em seu artigo 24, X, compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição, implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias.

2.10. Outro aspecto que deve ser levado em consideração é a quantidade de veículos emplacados em outras cidades e que usam os estacionamentos para trabalho, atividades turísticas, compras no comércio, atendimento à saúde, entre outras atividades, os quais ficam na área central da cidade, aumentando a demanda de vagas para estacionamento nesta região.

2.11. Dentre os fatores mais relevantes para o seu funcionamento, temos a garantia ao usuário, facilidade e rapidez na aquisição da vaga, além de reordenar e ampliar a oferta de vagas para o estacionamento de veículos; permitir ao usuário escolher quanto tempo pretende estacionar, dentro dos limites estabelecidos, e pagar proporcionalmente à fração de tempo escolhida; garantir aos usuários transparência da operação; e permitir um melhor planejamento da operação dos serviços, promovendo resultados favoráveis ao estacionamento e ao tráfego em geral.

2.12. Os usuários do estacionamento de veículos no Município de Valença, apresentam diversos perfis pessoais quanto ao uso de recursos tecnológicos, sendo alguns deles fortes adeptos de tecnologia, ou outros que não tenham habilidade, familiaridade ou interesse por ela. Apesar de a solução necessária ser baseada em tecnologia, ela deverá atender a estes diferentes perfis, de forma que todos tenham facilidade para utilizar os serviços do Estacionamento Rotativo. Desta forma, o que se conclui é que a solução adequada/indicada é



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

aquela que permite formas diversas para aquisição de créditos/tickets e operação simplificada dos recursos do Estacionamento Rotativo.

2.13. A adoção de novas tecnologias e mecanismos de apoio à fiscalização trará maior capacidade de controle e eficiência para a gestão do serviço de estacionamento rotativo. A gestão e exploração do uso rotativo das vagas de estacionamento nas vias e logradouros públicos do Município de Valença/BA, denominado Rotativo de Valença, incluindo a implantação, operação e manutenção do sistema, engloba as seguintes atividades:

Elaboração de projeto executivo do rotativo de Valença, incluindo sinalização gráfica e localização dos pontos de venda e realização da identidade visual que será adotada para o sistema e das campanhas de orientação e de informações aos usuários do sistema.

Realização de todos os serviços decorrentes do objeto da concessão e fornecimento, instalação dos recursos necessários ao correto funcionamento e operação do sistema, incluindo-se toda a sinalização vertical e horizontal dentro dos limites de abrangência do Rotativo Valença, nas vias e logradouros públicos que compõem as áreas de estacionamento, os equipamentos eletrônicos de rua e todos os recursos materiais e humanos envolvidos de acordo com as especificações técnicas presentes no Edital.

Operação e controle da utilização das vagas do Rotativo Valença, de acordo com as especificações técnicas presente no Edital.

Fornecimento, distribuição e comercialização dos bilhetes eletrônicos do Rotativo Valença, ofertados em pontos de venda, com emissão automática de comprovante das transações efetuadas.

Arrecadação dos valores recebidos no sistema, diretamente nos equipamentos ou através dos pontos de venda implantados, e realização do respectivo repasse dos mesmos à concedente, na proporção que vier a ser estabelecida pela maior proposta de oferta de outorga obtida na licitação, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital.

Fornecimento de todos os materiais, equipamentos, sistema computacional (software e hardware), necessários para o controle estatístico e gerencial do sistema, que deverão ser instalados nas dependências do Poder Concedente, de acordo com as especificações técnicas presente no Edital.

Desenvolvimento conjunto com a Concedente, de Sistema de Apoio à fiscalização de trânsito que garanta o uso correto das vias com Estacionamento Rotativo.

Manutenção preventiva dos equipamentos e da sinalização gráfica da área do Rotativo Valença.

Elaboração de campanhas educativa e plana de comunicação de orientação ao usuário do Sistema de Rotativo Valença.

Preparação de plano informatizado de sistema de gestão de auditoria operacional, fiscal e contábil.

Instalação e manutenção de um escritório na área central da cidade de Valença, Bahia, de fácil visualização e localização, para atendimento aos usuários do Sistema.

Manutenção de atendimento telefônico e via internet aos usuários do Sistema, para prestar serviço de informação e reclamação, atuando, no mínimo, no horário de operação do Sistema.

Registro dos atendimentos realizados e das reclamações para acompanhamentos dos serviços pela Concedente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

Implantação de um projeto de comunicação para identificação de todos os equipamentos do sistema, bem como para campanhas publicitárias de divulgação.

2.14. Cabe ressaltar que a intenção de conceder o serviço, tem como justificativa o alto investimento inicial em sinalização vertical e horizontal, equipamentos, sistemas, entre outros custos. Além da dificuldade de contratação de mão de obra pela prefeitura, a qual exige um quadro de técnicos qualificados para esse serviço.

2.15. A implementação do Estacionamento Rotativo Remunerado tem como metas:

Democratizar o uso das vagas de estacionamento públicas por meio da rotatividade, garantindo o acesso a todos os munícipes as vagas de forma mais equilibrada;

Melhorar a fluidez do trânsito do Município nas áreas alcançadas pelo sistema de Estacionamento Rotativo Pago diminuindo o tempo de espera dos munícipes para estacionarem seus veículos;

Garantir a segurança viária com o aumento de vagas para estacionamento, o que por sua vez comina na diminuição de disputas de vagas ou acesso a elas;

Movimentar e fomentar o comércio em decorrência do aumento das vagas de estacionamento e a consequente facilitação aos munícipes para estacionarem seus veículos.

3. ESPECIFICAÇÃO E VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Sistema de Estacionamento Rotativo proposto para funcionamento no Município deverá ser operado e gerenciado em vias e logradouros das áreas demarcadas no mapa constante no Estudo Técnico de Viabilidade – Anexo I-A.

3.1.1. Para definição do quantitativo, foram levantadas as ruas e avenidas que demonstram maior demanda para a implantação de estacionamento rotativo pago.

3.2. Para a solução em questão não será adotada o parcelamento haja vista a possibilidade de elevado número de processos, contratos, o que pode onerar o trabalho da Administração, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.2.1. Compete a administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípua da licitação.

3.2.2. A separação do objeto pode ocasionar prejuízos à Administração, quando não houver o sincronismo dos serviços a serem entregues no que se refere aos fluxos, que podem ser interrompidos por eventuais desarmonias entre os prestadores, prejudicando o cronograma da Administração.

3.2.3. Assim, optando pelo parcelamento há um alto risco de prejuízo à eficiência da operação, e consequentemente a eficácia dos resultados pretendidos. Além disso, com a contratação de um único prestador é possível realizar o dimensionamento adequado do objeto necessário para a execução dos trabalhos, reduzindo perdas e ampliando a eficiência na aplicação dos materiais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

3.2.4. Ademais, lidar com um único prestador diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação, tempestividade e garantias. Portanto, o parcelamento incorreria em aumento de custo administrativo.

4. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Condições de execução

4.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.1.1.1. Da Implantação:

A Implantação do sistema de estacionamento Rotativo de Valença deverá ser iniciada a partir do recebimento da ordem de serviço, com prazo máximo de implantação 90 (noventa) dias após a autorização podendo ser dividida em etapas, por conveniência e interesse público. Conforme cronograma abaixo:

Etapas	Descrição do Serviço	Início do Serviço	Prazo Máximo de Execução
1	Indicação do(s) local(is) das instalações da base operacional da Concessionária e atendimento presencial ao usuário.	Data da Assinatura do Contrato	15 dias
1	Aprovação do local de instalação da base Operacional da Concessionária e atendimento presencial ao usuário.	Data da Indicação do Local	10 dias
1	Instalação da base operacional da Concessionária e atendimento presencial ao usuário, bem como apresentação dos documentos comprobatórios.	Data de aprovação do local pela Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública	10 dias
2	Elaboração do projeto de sinalização das vagas e do projeto de instalação dos equipamentos.	Data de Emissão da Primeira Ordem de Serviço	20 dias
2	Análise do Projeto pelos técnicos da Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública	Data da Entrega dos projetos pela Concessionária a Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública	05 dias
2	Correções do projeto a ser executado pela Concessionária, se necessário, indicados pela Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública	Data da Devolução do projeto à Concessionária pela Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública	05 dias
2	Aprovação do Projeto pela Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública	Data da Devolução do projeto à Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública	05 dias
3	Implantação do sistema	Aprovação do Projeto	90 dias

A Secretaria Municipal poderá realizar ajustes na área de abrangência do Sistema de Estacionamento Rotativo adaptando-a as novas realidades que possam surgir ao longo do período de concessão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

A Secretaria Municipal poderá incluir ou excluir vagas, vias e logradouros públicos ao Sistema de Estacionamento Rotativo, após análise de projetos viários prevendo a fluidez do tráfego, de projetos particulares prevendo o acesso de veículos (guias rebaixadas), de estudos para implantação de pontos de ônibus e vagas específicas (táxi, vagas para Pessoas Com Deficiência, vagas para idosos, vagas para Embarque/Desembarque, bolsões de estacionamento para motocicletas, vagas para carga/descarga e vagas para veículos não poluentes) e solicitações feitas pelos munícipes.

A Concessionária poderá solicitar a Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública estudo para redução das áreas de Estacionamento Rotativo previstas no Anexo I-A deste Projeto Básico e Edital, e desde que justificadamente, demonstrando a inviabilidade econômica de sua exploração causada pela baixa taxa de ocupação, hipótese em que ficará desobrigada a operar nestes locais, ou propor alterações no Sistema que possam tornar a exploração destas áreas viáveis economicamente, o que ficará sujeito à aprovação pela Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública.

A Concessionária poderá implantar vagas específicas, mediante aprovação da Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública, do projeto de implantação com quantidade, capacidade e localização das vagas.

A Secretaria de Mobilidade e Ordem Pública poderá solicitar a Concessionária à criação, em vias e logradouros das áreas já autorizadas ao Sistema, de vagas de Estacionamento Rotativo com tempos de permanência diferenciados, quando se fizer necessário para gerar rotatividade em subáreas de alta demanda por vagas.

Os veículos oficiais, da Prefeitura Municipal de Valença, Câmara Municipal de Valença, Fundações Municipais, Autarquias Municipais e demais prestadores do serviço público, poderão solicitar a isenção do pagamento para utilização do Sistema, junto a Secretaria de Mobilidade e Ordem Pública.

4.1.1.2. Do Horário de Funcionamento:

Zona Central:

Segunda à sexta: das 08h00min às 18h00;

Sábados: das 08h00min às 12h00;

Zona Atracadouro:

Sextas à Domingos: das 06h00min às 22h00;

Zona Orla de Guaibim:

Sábados: das 08h00min às 22h00;

Domingos: das 06h00min às 20h00;

4.1.1.3. Do Tempo máximo de permanência na vaga:

A imposição de um tempo máximo de permanência na mesma vaga tem como objetivo garantir a democratização do uso do espaço público, possibilitando a rotatividade da ocupação de um mesmo espaço, por vários usuários durante o dia, sendo assim, serão estabelecidos os seguintes limites de tempo de permanência nas vagas, conforme sinalização vertical e área de interesse.

Zona Central: tempo máximo de 2 (duas) horas na mesma vaga;

Zona Atracadouro: sem limite de tempo para permanência na vaga, devido à natureza do estacionamento exigir que os veículos permaneçam estacionados neste local por dias consecutivos, devendo os usuários serem submetidos a uma tarifa diária pela utilização da vaga;

Zona Orla de Guaibim: tempo máximo de 6 (seis) horas na mesma vaga;

4.1.1.4. Do Preço Público:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

O direito ao uso de uma vaga do sistema far-se-á por meio da aquisição de bilhete comprovante de pagamento de preço público, podendo admitir múltiplos ou frações de tempo, nas zonas central e da Orla da Guaibim, conforme opção do usuário. Já na Zona do Atracadouro será cobrado uma tarifa por utilização diária das vagas. Serão tarifados os Automóveis de passeio, os veículos de pessoas idosas, os veículos de pessoas com deficiência e as motocicletas estacionados na área abrangida pelo sistema de estacionamento rotativo proposto para o município de Valença.

4.1.1.5. Da Tarifa de utilização:

Zona Central e Orla de Guaibim:

Para Automóveis		Motos, Motonetas e Ciclomotores	
Período	Preço público para o estacionamento regular	Período	Preço público para o estacionamento regular
60 minutos	R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos)	60 minutos	R\$ 1,00 (um real)

Zona do Atracadouro:

Para Automóveis		Motos, Motonetas e Ciclomotores	
Período	Preço público para o estacionamento regular	Período	Preço público para o estacionamento regular
Diária	R\$ 29,00 (vinte e nove reais)	Diária	R\$ 10,00 (dez reais)

As tarifas poderão ser reajustadas, a cada 12 meses, levando-se em conta o índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), autorizado o arredondamento de planilha base de custos e despesas.

4.1.1.6. Da sinalização vertical, horizontal e manutenção:

A sinalização vertical e horizontal é obrigatória para a operação do sistema de estacionamento rotativo nas vias públicas, visando a correta orientação e informação aos usuários, de modo a proporcionar uma perfeita utilização e, assim, alcançar o objetivo proposto, que é o da democratização do uso do espaço público urbano.

Caberá à Concessionária a implantação da sinalização horizontal e vertical das áreas de acordo com as normas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro. O projeto executivo da sinalização deverá ser entregue pela Concessionária à concedente para aprovação.

A Concessionária será responsável pela implantação e manutenção da vertical, com a aplicação de pintura e instalação de placas de sinalização. A sinalização das vias públicas deste Município, bem assim o entorno das praças e logradouros similares, para fins de implantação do Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado deverá identificar o acesso às garagens, para veículos, existentes nas unidades imobiliárias, não destinando aquele acesso para fins de vaga do aludido Sistema.

As áreas destinadas ao Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, serão sinalizadas com a denominação Estacionamento Rotativo Pago e a Concessionária será responsável pela implantação e manutenção da sinalização horizontal e vertical, com a aplicação de pintura e instalação de placas de sinalização.

Sinalização Vertical

Das Placas de Regulamentação:

As placas deverão ser confeccionadas em chapa 18 Pol./M.S.G. aço laminado a frio e/ou material anticorrosivo aprovado pela Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública, com dimensões mínima 0,60 m (largura) x 1,00 m



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

(altura), com furação adequada à fixação, com os lados lixados, cantos arredondados, submetidas a decapagem e aplicação em ambas as faces de “WashPrimer”, à base de cromato de zinco. Com face posterior pintada na cor preto fosco e a face principal com fundo pintado e/ou com aplicação de película, retrorrefletiva conforme a ABNT NBR 14644 tipo-I A.

As placas deverão ser fixadas com abraçadeiras em colunas de aço diâmetro 2 1/2” e chapa 14, com CAP na ponta. A fixação das colunas no chão deverá respeitar uma profundidade mínima de 50cm, sendo obrigatório a utilização de concreto para formação do bloco de base.

As dimensões das placas deverão obedecer às regras dos manuais de sinalização do CONTRAN.

Sinalização Horizontal

A sinalização horizontal relativa às vagas de estacionamento rotativo deverá ser executada com material específico sendo que a qualidade mínima aceitável será com aplicação de tinta à base de resina acrílica, de secagem rápida, formando película de espessura mínima de 0,6 mm, com alta resistência ao atrito, aderência e durabilidade mínima de 12 (doze) meses.

Deverão ser utilizadas microesferas de vidro, retro refletivas, do tipo “Premium Super”, para serem aspergidas quando na aplicação da tinta.

4.1.1.7. Das Isenções e vagas especiais:

O Sistema deverá permitir o cadastro de vagas especiais de estacionamento. As vagas especiais são vagas distribuídas nas Áreas do Estacionamento Rotativo, de acordo com a sinalização vertical e horizontal, consideradas pela Concedente como estratégicas e necessárias para o funcionamento e desenvolvimento das atividades coletivas e sociais.

São consideradas Vagas Especiais, aquelas destinadas para PCD, Idosos, Carga e Descarga, Veículos Compartilhados e outras que poderão ser definidas pela Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública, sendo que a gestão destas vagas deverá fazer parte das obrigações da Concessionária.

As Vagas para PCD devem estar devidamente sinalizadas conforme estabelece a Resolução 965/22, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, e são destinadas exclusivamente a veículos utilizados (conduzidos ou não) por Pessoas com Deficiência – PCD, sendo obrigatório o veículo estar identificados com a credencial fornecida pela CONCEDENTE. Estas vagas serão tarifadas pelo sistema de estacionamento rotativo. De acordo com a Lei nº 13.146/15, será determinado a reserva de 2% (dois por cento) do total de vagas para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência física ou visual.

As Vagas para Idosos devem estar devidamente sinalizadas conforme estabelece as Resoluções 965/22 e 1012/24, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, e são destinadas exclusivamente a veículos utilizados por Pessoas Idosas, sendo obrigatório estar identificados com a credencial fornecida pela CONCEDENTE. Em cumprimento ao disposto na Lei 14.423, de 22 de Julho de 2022, será determinado a reserva de 5% (cinco por cento) do total das vagas as pessoas idosas. As vagas de pessoas idosas deverão ser monitoradas e tarifadas pelo sistema de estacionamento rotativo.

As Vagas para Carga e Descarga devem estar devidamente sinalizadas conforme estabelece as resoluções específicas, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, e são destinadas exclusivamente a operação de carga e descarga. As vagas de Carga e descarga estão isentas da tarifa de estacionamento rotativo.

As vagas especiais serão sinalizadas de acordo com a lei e decreto vigente, nesta sinalização estarão as regras de utilização, isenções e tempo máximo de permanência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

As Vagas para Motocicletas devem estar devidamente sinalizadas conforme estabelece as resoluções específicas, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, e são destinadas exclusivamente ao estacionamento de motocicletas. Estas vagas não são isentas do pagamento da respectiva tarifa, conforme descrito na sinalização vertical.

4.1.1.8. Das Vagas temporárias:

O Rotativo de Valença poderá ser implantada em operações temporárias, para atender demandas específicas de determinada região, integrante ou não do sistema, especialmente em datas comemorativas, eventos de grande porte e pontos de movimentação noturna ou de final de semana.

As operações temporárias deverão obedecer à regulamentação própria, mediante divulgação adequada, principalmente quanto a:

- I – Localização das vagas;
- II – Horário de funcionamento;
- III – Tempo máximo de permanência;
- IV – Tipo de veículo permitido/proibido;
- V – Tarifa de Utilização.

4.1.1.9. Da Central de atendimento ao público:

A Concessionária deverá manter um Ponto de Atendimento ao Usuário, que deverá dispor de infraestrutura adequada e funcionar pelo menos durante o horário vigente de operação do Rotativo de Valença.

A central de atendimento ao usuário deverá estar posicionada, estrategicamente, próximo às áreas de operação.

Na Central de Atendimento ao Usuário deverão, no mínimo, serem prestados os seguintes serviços:

- Informações gerais sobre localização, orientação e uso do sistema;
- Recebimento e atendimento de sugestões, reclamações e consultas feitas pelos usuários e público em geral;
- Atendimento pessoal exclusivo para a Concedente e seus agentes de fiscalização;
- Atendimento por telefone 0800, e-mail e WhatsApp.
- Capacidade de comercializar cartões Smartcard e receber valores e criar contas pré-pagas.

4.2. Da Mão de Obra:

4.2.1. Toda a mão de obra será de responsabilidade da Concessionária, e só poderá ser utilizado pessoal qualificado, devidamente uniformizado, com identificação da empresa no uniforme e crachá de identificação pessoal em local visível.

4.2.2. A Concessionária deverá admitir preferencialmente em seu quadro de pessoal os moradores do Município de Valença, dentro das leis trabalhistas, e prevendo a inclusão de forma irrestrita.

4.2.3. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária, serão regidas pelas disposições do direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o Município de Valença, Bahia.

4.3. Da Estrutura de venda de ticket

Para a venda dos tickets é necessário seguir a seguinte dinâmica:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

4.3.1. Pontos de venda no comércio (PDV) na proporção mínima de 1 ponto de venda a cada 80 (oitenta) vagas de carro;

4.3.2. Aplicativo para smartphone para venda de crédito e ativação do estacionamento. A tecnologia deve ser validada pelo Banco Central para garantir a segurança do usuário nas transações financeiras;

4.3.3. Ativação de Crédito por URA (0800) ou SMS;

4.3.4. Venda de crédito pela Web em site;

4.3.5. Terminal de autoatendimento para PDV - Totem, na proporção mínima de 1 equipamento a cada 200 (cento e vinte) vagas de carros, e no mínimo 1 equipamento tótem do tipo parquímetro a cada 300 vagas;

4.3.6. A plataforma eletrônica implantada deve garantir acesso Online das operações realizadas para o município ter controle total sobre as informações;

4.3.7. A mesma plataforma eletrônica deve ser homologada pelo DENATRAN para monitoramento dos veículos irregulares e possíveis sanções a serem aplicadas. Deve ter georreferenciamento das vagas e as fotos devem ser criptografadas para garantir a segurança dos dados e a simplificação da fiscalização por parte dos agentes de trânsito;

4.3.8. A empresa responsável pela operação deverá ter no mínimo 1 monitor a cada 120 (cento e vinte) vagas, distribuídos na área do Estacionamento Rotativo, onde além do monitoramento farão vendas de créditos em situações específicas;

4.3.9 Em hipótese alguma será permitido registro offline e posterior transmissão das informações com a base de dados central;

4.3.10 Todos os registros de ticket, emissão de Tarifa de Pós Uso (TPU) e quitação de TPU devem ser precedidos em seu comprovante de um NSU (número sequencial único) independentemente de sua origem (monitor, PDV, Terminal autoatendimento, site, app, whatsapp).

4.4. Da disponibilização de equipamentos ao Poder Público:

A Concessionária deverá fornecer equipamentos de informática para o departamento de fiscalização, para que o mesmo realize o monitoramento dos veículos irregulares em tempo real. Os equipamentos deverão ter no mínimo as seguintes características:

a) 01 (um) computador para monitoramento com a seguinte configuração mínima:

Processador Intel Core i5 de 11 geração, 16GB de memória RAM ou similar

HD mínimo de 2 TB

Placa mãe compatível com os periféricos acima

Placa de vídeo on-board ou off-board com saída HDMI

Mouse e Teclado

Estabilizador de 500VA

Sistema operacional Windows 10 ou superior com licença de uso

Gabinete compatível

LED Full HD, mínimo de 27 polegadas.

b) 01 (uma) TV/Monitor com no mínimo as seguintes características:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

02 Entradas HDMI
01 Entrada VGA
LED Full HD, mínimo de 50 polegadas.

4.5 Administração do Sistema

- 4.5.1. O sistema deve permitir o cadastramento dos setores controlados pelo sistema.
- 4.5.2. O sistema deve permitir para cada setor cadastrado, definir os Agentes Privados que atuarão no setor, que obrigatoriamente deverá informar o setor de atuação.
- 4.5.3. O sistema deve permitir o cadastramento dos valores de estacionamento por períodos, período mínimo e máximo que um veículo pode ficar estacionado, quantidade de vagas, categoria de veículos e horários de funcionamento da zona azul.
- 4.5.4. O sistema deve permitir aplicar reajuste de preços, em valor fixo.
- 4.5.5. O sistema deve permitir o cadastro de estabelecimentos e entidades credenciadas para venda de crédito. Cada credenciado deverá ter o cadastro de login e senha de acesso de cada funcionário autorizado a operar o sistema para venda e ativação de créditos.
- 4.5.6. O sistema deve permitir o cadastro de veículos isentos de pagamento de estacionamento rotativo.
- 4.5.7. O sistema deve permitir a exportação de relatórios gerados nos formatos PDF, HTML (tela), CSV, ou uma tabela para utilização por outro sistema.
- 4.5.8. O sistema deve permitir o envio por e-mail de relatório gerado, aos órgãos públicos e/ou à concessionária.

4.6 Relatórios

- 4.6.1. O Sistema deverá gerar relatórios que possibilitem estudos da atuação e atuações aplicadas pelos Agentes de Trânsito, em decorrência dos comunicados de irregularidades enviadas, permitindo ações e ou ajustes que proporcionem melhoria de fiscalização;
- 4.6.2. Além dos relatórios de irregularidade enviados para os agentes, o sistema deverá ser capaz de gerar os seguintes relatórios:
 - Produção financeira;
 - Relatório de faturamento diário, semanal e mensal;
 - Relatórios da comercialização, em tempo real dos créditos comercializados;
 - Relatórios de distribuição de percentuais de outorga;
 - Emissão de Notas Fiscais eletrônicas;
 - Registro atualizado da quantidade de vagas existentes, por região;
 - Lista de todos os Pontos de Venda com informações cadastrais e login de acesso;
 - Gerenciamento de todo aparato tecnológico com informações de status, tempo de operação e outras informações operacionais;
 - Estudos e análises de comportamento dos usuários, frequência de utilização, rotatividade e demais estatísticas de utilização dos locais já implantados;
 - Controle da utilização do estacionamento rotativo, incluindo a verificação das condições de regularidade de utilização das vagas;

PLATAFORMAS DE CONTROLE / ACESSO A CONTEÚDO / RETAGUARDA / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO E-TIQUETE / ESPECIFICAÇÕES DA CONTA PRÉ-PAGA:

4.7 Controle de Acesso a Conteúdo / Retaguarda:

- 4.7.1. Com a finalidade de garantir que o acesso de forma segura o conteúdo das informações geradas e armazenadas através das operacionalizações do Sistema Informatizado de gestão de estacionamento rotativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

pago, bem como durante a execução de todas as suas funcionalidades, o sistema deverá possuir mecanismo que associe individualmente os dados pessoais do(s) Agente(s) público(s) e ainda permitir níveis de acesso.

4.7.2. Os recursos disponibilizados pelo sistema devem permitir a transparência e a eficiência no controle e gerenciamento dos serviços.

4.7.3. O Sistema Informatizado de Gestão Cadastro deverá conter controle de todos os acessos de usuários operadores da plataforma de estacionamento rotativo pago, sendo ele do Poder Concedente, do Concessionário ou dos postos de vendas.

4.7.4. A Concessionária deverá de forma obrigatória prover a administração dos serviços por meio de relatórios gerenciais e estatísticos a partir do processamento de dados produzidos nos equipamentos eletrônicos POS, Terminais de Autoatendimento para PDVs, Smartphones, Vendas Pré-pagas, Monitoramento e demais dados técnicos do projeto.

4.7.5. A Concessionária deverá de forma obrigatória prover a administração econômico-financeira do projeto, de forma a produzir relatórios que demonstrem os números de controle dos tickets/e-tiquetes emitidos e valor das operações de estacionamento, elemento básico para o cálculo da parte a ser paga ao Poder Concedente.

4.7.6. Todos os itens relacionados acima e as suas informações e operações deverão ser de forma on-line em tempo real.

4.8 - Especificações Técnicas do Cartão de Estacionamento (E-Tiquete):

4.8.1. O Cartão de Estacionamento é o recibo em qualquer modalidade sendo ele impresso ou eletrônico que comprova o pagamento da tarifa escolhida pelo USUÁRIO para utilização do estacionamento regulamentado.

4.8.2. Este recibo deve constar obrigatoriamente: data, hora de sua emissão, numeração do ticket eletrônico, placa do veículo, período que compreende o crédito, com início e fim de sua permanência e NSU – número serial único da transação e Código autorizador dentro do sistema compreendido.

- E-TIQUETE ou Ticket eletrônico é o talão eletrônico e elemento comprobatório de pagamento que habilita a permissão de estacionamento de um veículo em uma vaga de estacionamento por um determinado período, ele deverá conter numeração única para cada ato de estacionamento. Esta numeração deverá sempre estar impressa no recibo (cartão de estacionamento)

- NSU – número serial único da transação e Código autorizador dentro do sistema é um número serial único da transação e Código autorizador dentro do sistema deverá estar sob responsabilidade do Poder Concedente. Para o Município obter o devido controle financeiro da operação no quesito controle da arrecadação o sistema fornecido pela concessionária vencedor deste certame deverá atender aos parâmetros e características descritas a seguir:

- Permitir que somente o poder concedente possa gerar o lote com a numeração de controle referente aos tíquetes eletrônicos;

- Os e-tiquetes deverão ser numerados com séries únicas e sequenciais;

- O concessionário não poderá ter acesso de forma alguma ao controle e a visualização desta numeração;

- O sistema deve permitir através de emissão de relatórios o controle de estoque dos e- tíquetes com objetivo de permitir a auditoria periódica, possibilitando acompanhar a venda e estoque, por parte do Poder Concedente e concessionária;

- Os equipamentos eletrônicos emissores de e-tiquetes, utilizados pelos monitores e instalados nos postos de vendas (POS) e nas ruas (Terminais de Autoatendimento para PDVs), deverão trabalhar de forma integrada e on-line em relação ao sistema central, permitindo que todas as transações para emissão dele sejam autenticadas no sistema central, de forma que a cada emissão de um e-tiquete, a sua numeração seja impressa no recibo de controle do usuário;

- O sistema deverá ter uma única forma de acesso a essa base de e-tiquetes, de forma que não importa a ordem, equipamento ou local da emissão dele;

- O sistema deve garantir que a geração da numeração de quaisquer e-tiquetes sempre se dará em uma única numeração de série, aprovados previamente pelo Concedente da Prefeitura de Valença.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- Deve permitir ao Poder Concedente por meio de sistema que associe individualmente os dados pessoais do(s) Agente(s) público(s), o controle, geração e emissão da numeração dos e-tiquetes (tiquetes eletrônicos) de forma a evitar fraudes, permitindo ainda a emissão de relatório sobre o uso deles;
- O sistema deverá permitir que somente o Poder Concedente, através de um acesso de login e senha do sistema, juntamente com dispositivo de segurança “hard Key” ou por dispositivo de segurança de identidade pessoal por meio de leitura biométrica, possa gerar essa numeração. A gestão e o controle dos lotes deverão ser obrigatoriamente de responsabilidade da Concessionária sob o acompanhamento e a fiscalização do Poder Concedente.
- A inobservância a esta regra acarretará a desclassificação e/ou consequente rescisão contratual motivada por quebra de regra de contrato a qualquer tempo;
- A Concessionária deverá solicitar ao poder concedente a geração de lote dos e-tiquetes conforme necessidade do sistema;

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO TÍQUETE DE ESTACIONAMENTO/ ESPECIFICAÇÕES DA CONTA PRÉ-PAGA / CONTROLE DE ACESSO A CONTEÚDO

4.9 Controle de Acesso a Conteúdo:

- 4.9.1. Com a finalidade de garantir que o acesso de forma segura o conteúdo das informações geradas e armazenadas através das operacionalizações do Sistema Informatizado de Gestão de Estacionamento Rotativo, bem como durante a execução de todas as suas funcionalidades, o sistema deverá possuir mecanismo que associe individualmente os dados pessoais do(s) Agente(s) público(s) e ainda permitir níveis de acesso. Os recursos disponibilizados pelo sistema devem permitir a transparência e a eficiência no controle e gerenciamento dos serviços;
- 4.9.2. O Sistema Informatizado de Gestão de Cadastro deverá conter controle de todos os acessos de usuários operadores da plataforma de Estacionamento Rotativo, sendo ele do Poder Concedente, do Concessionário ou dos postos de vendas;
- 4.9.3. A licitante deverá de forma obrigatória prover a administração dos serviços por meio de relatórios gerenciais e estatísticos a partir do processamento de dados produzidos nos equipamentos eletrônicos POS, Smartphones, Vendas Pré-pagas, Monitoramento e demais dados técnicos do projeto;
- 4.9.4. A licitante deverá de forma obrigatória prover a administração econômico-financeira do projeto, de forma a produzir relatórios que demonstrem os números de controle dos e-tiquetes emitidos e valor das operações de estacionamento, elemento básico para o cálculo da parte a ser paga ao Poder Concedente;

4.10 Especificações Técnicas do Tíquete de Estacionamento:

- 4.10.1. O Tíquete de Estacionamento é o recibo de aquisição da permissão de estacionar em qualquer modalidade sendo ele impresso/reais (tíquete) ou eletrônico/virtual (e-tíquete), que comprova o pagamento do tempo escolhido pelo Usuário para utilização do sistema rotativo.
- 4.10.2. Este recibo deve constar obrigatoriamente: data, hora de sua emissão, numeração do tíquete, placa do veículo, período que compreende o crédito, com início e término de sua permanência, identificação do equipamento gerador do tíquete, Número Serial Único – NSU, da transação e Código autorizador dentro do sistema compreendido.
- 4.10.3. O Tíquete impresso de estacionamento como recibo ao Usuário de aquisição da permissão de estacionar tratado como e-tíquete/e-ticket, é único elemento comprobatório de pagamento que habilita a permissão de estacionamento de um veículo em uma vaga por um determinado período, ele deverá conter numeração para cada ato de estacionamento. Nele constará uma numeração secundária ou número de espelho/fantasia deverá sempre estar impressa no comprovante recebido em ordem sistêmica aleatória e não sequencial, porém precedida de uma outra numeração principal casada ou associada a ser gerada antecipadamente por lotes através de instrumentos de segurança, para total controle por parte do poder concedente por meio de auditoria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

4.10.4. NSU – número serial único da transação e Código autorizador dentro do sistema é um número serial único da transação e Código autorizador dentro do sistema deverá estar sob responsabilidade do Poder Concedente, vinculado sistematicamente pela numeração secundária ou número de espelho/fantasia que deverá sempre estar impressa no comprovante recebido.

4.10.5. Para o Município obter o devido controle de emissões de tíquetes eletrônicos (reais ou virtuais) na operação do sistema fornecido pelo concessionário vencedor deste certame deverá atender aos parâmetros e características descritas a seguir:

4.10.5.1. Caberá ao Poder Concedente a geração e o controle do(s) lote(s) com a numeração principal (master) dos tíquetes e/ou e-tíquetes, gerados nos referidos lotes de forma sequencial por meio de dispositivo de segurança. Caso não haja tal procedimento o sistema poderá proceder de forma automática a geração da numeração principal, porém dando total e irrestrito acesso ao Município a qualquer tempo do controle da numeração principal, que deverão ser numerados numa sequência única para controle geral, como um número master;

4.10.5.2. A numeração secundária ou número de espelho/fantasia que deverá ser impressa no comprovante do Usuário será por ordem sistêmica aleatória e não sequencial, precedida de uma numeração principal associada ao lote gerado antecipadamente por dispositivo de segurança.

4.10.5.3. Obriga-se que a geração dos lotes de e-tickets tenham criptografia interna no próprio sistema e que tenham os dados de quantidade de “estoque da numeração”, bem como da sua disponibilidade, com dados ainda de data da emissão do lote de e-ticket, da ativação do e-ticket, da sua validade de data, horário inicial e horário final do uso de estacionamento.

4.10.5.4. Obriga-se que a geração dos lotes de e-tickets tenham os dados de transações efetuadas na sequência exigida, identificando ainda a origem das operações por tipo ou modal de utilização.

4.10.5.5. Obriga-se que o sistema do controle dos lotes de e-tickets dê acesso as informações criptografadas referente a sua geração, sendo ela vinculada ao registro do e-tiquete para fins de auditoria contábil e para segurança do poder concedente.

a) A obrigação da geração continuada dos lotes é do próprio Município por acompanhamento e necessidade da contratada pelo movimento e faturamento do sistema regulamentado.

b) Caso não seja efetuado a geração continuada dos lotes pelo Município por sua responsabilidade, o sistema poderá se utilizar de forma provisória da numeração própria do sistema eletrônico de gestão, pelo mesmo nível de controle e de auditoria.

4.10.5.6. O sistema deve permitir através de emissão de relatórios o controle de estoque dos e-tíquetes com objetivo de permitir a auditoria periódica, possibilitando acompanhar a venda e estoque, por parte do Poder Concedente e concessionária;

4.10.5.7. O sistema deverá ter uma única forma de controle a essa base de tíquete eletrônico (on-line / off-line), de forma que não importa a ordem, equipamento ou local da emissão;

4.10.5.8. O sistema deve garantir que a geração sequencial da numeração de qualquer tíquete eletrônico sempre terá a mesma série cronológica de numeração, aprovados ou gerados previamente pelo Concedente.

4.10.5.9. Deverá permitir ao Poder Concedente por meio de sistema que associe individualmente os dados pessoais do(s) Agente(s) público(s), o controle, geração e emissão da numeração dos tíquetes eletrônicos de forma a evitar fraudes, permitindo ainda a emissão de relatório sobre o uso deles;

4.10.5.10. Obrigatoriamente o sistema deverá permitir que somente o Poder Concedente, através de um acesso de login, senha ao sistema e juntamente com dispositivo de segurança “hard Key” ou por dispositivo de segurança de identidade pessoal por meio de leitura biométrica, possa gerar essa numeração. A gestão e o controle dos lotes deverão ser de responsabilidade da Concessionária sob o acompanhamento e a fiscalização do Poder Concedente.

4.10.5.11. A inobservância a esta regra acarretará a desclassificação sumária no Certame.

4.10.6. A Concessionária deverá solicitar antecipadamente ao Poder Concedente a geração de lote dos tíquetes eletrônicos conforme necessidade quantitativa do sistema, durante a operação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

4.11. Especificações Da Conta Pré-Paga:

4.11.1. Conta Pré-paga é quando o usuário optar por utilizar o sistema de créditos eletrônicos pré-pagos de estacionamento e adquiridos antecipadamente, o sistema deverá fornecer uma forma de cadastro do usuário contendo no mínimo CPF, Telefone e Senha, formalizando uma conta corrente. Esta conta deverá permitir a consulta por parte do usuário do histórico de operações de crédito e débito de utilizações, para o seu controle e acompanhamento destes créditos e débitos adquiridos e dos tíquetes utilizados.

4.11.2. Créditos Eletrônicos de Estacionamento Pré-pagos, são créditos eletrônicos adquiridos pelo usuário de forma antecipada à operação de estacionamento, para pagamento e utilização do estacionamento rotativo, adquirido através da compra por meio da plataforma e-commerce (internet/web/aplicativo), para utilização das plataformas de operação da telefonia celular e da conta pré-paga vinculando uma ou mais placas dos veículos.

4.11.3. Os valores recebidos pela Contratada das vendas de créditos eletrônicos pré-pagos de estacionamento, deverão ser depositados em conta bancária específica, possibilitando a auditoria pelo Município do saldo das contas.

4.11.4. O intuito principal desta solicitação é garantir a segurança dos créditos adquiridos pelos usuários do sistema, eliminando qualquer risco presente e futuro, financeiro e jurídico aos usuários e ao Município.

4.11.5. A contratada ficará obrigada a transacionar os valores recebidos das vendas de créditos eletrônicos de estacionamento da modalidade pré-paga, por meio de guarda dos valores recebidos em conta bancária da concessionária ou por empresa contratada apta a auditoria, por tempo mínimo de validade de até 1 ano.

4.12. Das Plataformas Informatizadas de Autoatendimento e da Disponibilidade Ao Usuário:

4.12.1. Conta Pré-Paga e Recarga de Créditos de Estacionamento:

- A utilização dos sistemas informatizados de autoatendimento será facultativa por parte do usuário, de acordo com sua livre vontade e interesse.
- A conta pré-paga é uma facilidade pela qual o usuário poderá vir a escolher para várias possibilidades de aquisição de créditos a ativação dos tickets através das plataformas de APP - Aplicativo Smartphone, URA, SMS e Débito Automático; para isto basta ele preencher um cadastro mínimo no site ou na sede sua operacional da Concessionária.
- A recarga da conta pré-paga é a recarga de crédito para aquisição de tickets para pagamento do período escolhido que deverá ser feita com mínimo de 02 (duas) maneiras, bastando o usuário escolher o valor do crédito e fazer o pagamento:

a) A primeira forma de recarga poderá ser no próprio APP aplicativo do celular smartphone, que o usuário previamente deve instalar em seu aparelho, com pagamentos através de cartão de crédito/débito com no mínimo 02 (duas) bandeiras ou ainda boleto bancário.

b) A segunda maneira que deverá estar disponível é através dos equipamentos eletrônicos POS que deverão ser instalados nos PDVs e na Sede da contratada, por opção de efetuar o pagamento por dinheiro ou cartão de crédito/débito com no mínimo 02 (duas) bandeiras.

4.12.2. APP - Aplicativo Smartphones:

- Plataforma de operação e de disponibilidade do serviço ao Usuário por meio da telefonia celular e/ou da internet, através de operações efetuadas pelo mesmo conforme sua livre vontade e necessidade, pelo seu próprio equipamento smartphone com dados/internet, quando da instalação de aplicativo do sistema de estacionamento também pelo próprio Usuário.
- O Usuário deverá previamente instalar e habilitar em seu aparelho celular do tipo smartphone o APP aplicativo do sistema de estacionamento, e que deverá ter esta função de recarga disponível.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- Para a utilização da plataforma o usuário deverá realizar uma compra antecipada de créditos eletrônicos pré-pagos através da plataforma da Telefonia Celular por meio de Smartphones, por e-commerce no sítio web da Concessionária.
- A utilização de créditos de estacionamento através de aplicativos disponibilizados gratuitamente nas respectivas lojas virtuais dos dois sistemas operacionais – iOS e Android.
- A concessionária deverá disponibilizar o aplicativo nas lojas virtuais da Apple “App Store” e da Google “Google Play Store” para ser adquirido sem custo algum ao usuário;
- Os aplicativos deverão ter no mínimo as funcionalidades:

- a) Identificação do usuário, sendo solicitado o CPF e a senha para entrada ao menu principal da aplicação;
- b) Validação do usuário e senha com as informações fornecidas no cadastro feito pelo usuário no sítio da Internet;
- c) Caso o usuário não seja cadastrado no sistema, o aplicativo deverá disponibilizar item para o cadastro possibilitando as mesmas funcionalidades descritas neste termo;
- d) Solicitar ao usuário durante a instalação do aplicativo ou durante o uso, sua autorização para acesso as coordenadas fornecidas pelo GPS do equipamento, podendo desta forma, localizar sua posição dentro do Município e possibilitando em futuras implementações oferecer tarifas diferenciadas para a região;
- e) Deverá estar disponível a opção para que seja ativado tempo de estacionamento, com no mínimo as opções de 30, 60, 90 e 120 minutos. Após a confirmação do tempo e a validação pelo aplicativo, deverá ser informado ao usuário a horário final do estacionamento;
- f) Exibir o tempo para o término do estacionamento de forma decrescente;
- g) Emitir alarme de final de estacionamento conforme tempo configurado no sistema;
- h) Opção para compra de créditos de estacionamento no mínimo sendo disponibilizada a opção de compra por cartão créditos com no mínimo duas bandeiras.
- i) Opção para consulta a seu extrato, contendo toda a movimentação financeira gerada pelo uso do sistema. Todas as transações deverão estar disponíveis para consulta até 30 dias anteriores a data atual;
- j) Opção para consulta em mapa georreferenciado onde estão os Terminais de Autoatendimento para PDVs mais próximos, Pontos de venda fixo mais próximos e pontos de venda móvel mais próximos;
- k) Opção para pagamento fracionado, permitindo que o usuário consiga após um período mínimo pré-configurado na retaguarda o pagamento fracionado do seu tempo, minuto a minuto com restituição do valor pago.
- l) A Concessionária deverá arcar com todos os custos e despesas financeiras e bancárias da operação desta plataforma, de forma integral em todo o período contratual, pelas estimativas de 4.0% em média sobre o valor da transação bruta, numa proporção ainda superior a 50% do total da arrecadação e podendo crescer em acordo com o próprio mercado público de estacionamento rotativo, em substituição a outras plataformas de atendimento e de disponibilidade.

4.12.3. Plataforma “Ura” – Unidade de Resposta Audível:

- Atendimento através da telefonia fixa e da telefonia celular, através da central telefônica de atendimento URA – Unidade de Resposta Audível, que deverá ter módulo de envio e recebimento para ativação do e-ticket com crédito pré-pago disponível e consulta de saldo.
- O Usuário deverá acionar o serviço pelo seu próprio equipamento celular e/ou fixo, discando o número gratuito a ser oferecido pela Concessionária, seguindo as orientações colocadas pelo sistema de voz, que deverá ser fornecido pela Concessionária.
- Para a utilização da plataforma o usuário deverá realizar uma compra antecipada de créditos eletrônicos pré-pagos através da plataforma de atendimento por meio da telefonia fixa e celular “URA – Unidade de Resposta Audível”, a serem adquiridos no sítio web da Concessionária;
- Para facilidade ao usuário o número de ativação deste serviço deverá ser obrigatoriamente um serviço 0800, ou seja, o usuário não deverá ter nenhum custo para esta ativação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- Não há carência de 10 minutos para compra do período nesta plataforma, ou seja, será acionada automaticamente quando do seu acionamento pelo próprio usuário.
- Desde o início do atendimento da chamada até o fim, o sistema deverá ser totalmente automatizado;
- Ao receber a chamada o sistema deverá identificar o número de telefone do usuário e verificar se este número está cadastrado no sistema;
- Em seguida a URA deverá solicitar de forma compreensível qual a placa (apenas números) que o usuário deseja estacionar e confirmar se a placa está cadastrada no sistema;
- Caso o usuário tenha em seu cadastro placas com a mesma numeração, exemplo, AAA1234, BBB1234, a URA deverá identificar esta situação e listar as placas através de menu de voz para que o usuário possa selecionar a opção numérica correspondente a placa que deseja estacionar;
- Em seguida, deverá disponibilizar as informações de aquisição de horas de estacionamento, devendo ser no mínimo para os tempos de 60 e 120 minutos.
- Após a informação do tempo a ser adquirido, a URA deverá informar de forma compreensível que a transação foi aceita ou não;
- Caso a transação seja aceita, a URA deverá informar de forma compreensível o horário final de validade do estacionamento;
- A URA deverá dispor de opção para atendimento de dúvidas e direcionar a ligação para a central de atendimento ao cliente;

4.12.4. Plataforma “Sms” – Atendimento Por Meio da Telefonia Celular:

- SMS: Serviço de mensagens curtas (em inglês: Short Message Service): Utilização da plataforma de serviço pelo módulo de envio e recebimento para ativação do e-ticket com crédito pré-pago disponível e consulta de saldo, possibilitando a integração com qualquer operadora de envio de SMS, desde que autorizada a realizar o serviço.
- O Usuário deverá acionar o serviço pelo seu próprio equipamento celular, discando o número e orientações que deverá ser fornecido pela Concessionária.
- Para a utilização da plataforma o usuário deverá realizar uma compra antecipada de créditos eletrônicos pré-pagos através utilização da plataforma da Telefonia Celular por meio de SMS, a serem adquiridos no sítio web da Concessionária;
- O serviço deverá ser gratuito, ou seja, não poderá haver quaisquer tipos de custo do envio e da ativação do serviço de SMS ao Usuário, devendo o custo ser suportado pela Concessionária.
- SMS é um serviço disponível em telemóveis que permite o envio de mensagens curtas (até 160 caracteres) entre estes equipamentos e entre outros dispositivos de mão (handhelds) e até entre telefones fixos (linha-fixa), conhecidas popularmente como mensagens de texto, disponível num vasto leque de redes, incluindo redes 3G e 4G.
- A concessionária deverá disponibilizar número (Short Number) com no máximo 5 (cinco) dígitos para envio de SMS para ativação do estacionamento;
- O servidor responsável pelo recebimento do SMS deverá validar se o número de telefone que enviou o SMS é cadastrado ao sistema.
- Caso o texto enviado via SMS seja válido, o servidor deverá enviar mensagens para o número que iniciou a ativação do estacionamento informando que a transação foi aceita e o horário final do estacionamento;
- Caso ocorra qualquer problema com o texto enviado pelo usuário, o sistema deverá enviar mensagens para o número que iniciou a ativação do estacionamento informando qual o problema encontrado;
- Não há carência de até 10 minutos para compra do período nesta plataforma, ou seja, será acionada automaticamente quando do seu acionamento pelo próprio usuário.
- Deverá estar disponível para esta opção de aquisição de tempo de estacionamento, no mínimo as opções de 60 e 120 minutos.

4.12.5. Plataforma “Débito Automático”:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- Utilização de créditos PRÉ-PAGOS de estacionamento através da operação de DÉBITO AUTOMÁTICO.
- A empresa CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar o estacionamento através da operação de DÉBITO AUTOMÁTICO através do apontamento imediato e inserção da placa do veículo no sistema de gestão para ativação do estacionamento;
- Deverá estar disponível para aquisição de tempo de estacionamento o período fixo de 60 minutos, a cada ativação;
- Deverá ser impresso recibo por comprovação da transação, preferencialmente para ser colocado no para-brisa do veículo;
- Quando válido, o servidor deverá proceder a operação de estacionamento e enviar questionamento ao monitor para iniciar ou não a ativação de estacionamento, informando ainda se a transação foi aceita e o horário final do estacionamento;
- Caso ocorra qualquer problema, o sistema deverá enviar mensagem ao monitor informando a não ativação, para assim providência do aviso de pós-uso;

4.12.6. Plataforma Por Meio Do Cartão Pré-Pago Inteligente Sem Contato:

- Plataforma de operação e de disponibilidade do serviço através dos equipamentos de autoatendimento Terminais de Autoatendimento para PDVs, PDV e terminal do supervisor instalados no sistema regulamentado.
- A plataforma do Cartão Inteligente sem contato é uma plataforma de operação pré-paga integrada e complementar de autoatendimento e de disponibilidade do serviço pelo Usuário, por meio de Cartão Inteligente pré-pago por sistema de Identificação por radiofrequência ou RFID (Radio Frequency Identification), a ser disponibilizado pela concessionária para a autoativação do estacionamento.
- Identificação por radiofrequência ou RFID é um método de identificação automática através de sinais de rádio, recuperando e armazenando dados remotamente através de dispositivos denominados etiquetas RFID.
- A cada operação de recarga ao usuário terá o valor mínimo de recarga de no mínimo 05 (cinco) horas de estacionamento, com emissão de recibo comprobatório da aquisição do período de estacionamento ao usuário com as informações: IMEI do equipamento que realizou a recarga, data e hora da recarga, valor total da recarga, saldo anterior antes da recarga, o saldo atual do cartão inteligente sem contato e o número sequencial único que identifica esta recarga.
- Há a necessidade de compra antecipada de créditos eletrônicos pré-pagos pelo Usuário para utilização da plataforma de atendimento.
- O serviço de ativação e uso deverá ser gratuito, ou seja, não poderá haver quaisquer tipos de custeio das tarifas decorrentes do uso desta plataforma para ativação do serviço ao Usuário, devendo a Concessionária arcar com eles, objetivando a isenção ao Usuário do sistema para tanto, exceto pela cobrança desde já autorizada para cobrança inicial do “casco” do cartão recarregável, tendo por base o valor de 1 hora, como valor máximo a ser cobrado do Usuário.
- Os valores recebidos para esta operação deverão ser em dinheiro espécie e o saldo total da transação deverá ser acrescido no Cartão Inteligente sem contato - recarga de cartão inteligente sem contato;
- Não há carência de 10 minutos para compra do período nesta plataforma, ou seja, será acionada automaticamente quando do seu acionamento pelo próprio usuário.
- Deverá estar disponível para esta opção de aquisição de tempo de estacionamento, no mínimo as opções de 30, 60, 90 e 120 minutos.
- A concessionária ficará obrigada a adquirir e colocar à disposição do Município e usuários no mínimo 3.000 (três mil) unidades, e assim aprovisionar conforme necessidade e demanda.

4.12.7. Terminal de Autoatendimento – Totem para PDV:

As especificações mínimas do sistema digital de controle de estacionamento devem atender: Os equipamentos do tipo Terminal de Autoatendimento - Totem deverão estarem distribuídos dentro de estabelecimentos comerciais e nas regiões abrangidas pelo sistema de estacionamento rotativo pago, conforme avaliação técnica da Concessionária e aprovação pelo Poder Concedente. A localização dos Totens deverá ser autorizada pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

concedente, de modo a atender os critérios de demanda, distância e facilidade de visualização aos usuários, conforme imagem exemplificativa abaixo:

4.12.7.1. O equipamento deve permitir instalação flexível, permitindo sua fixação em parede, posicionamento sobre balcão ou utilização em suporte próprio, de forma que a tela permaneça posicionada a uma altura entre 80 cm e 1,30 m em relação ao piso, garantindo ergonomia e acessibilidade.

4.12.7.1. A utilização dos Terminais de Autoatendimento para PDV se dará exclusivamente na área delimitada de abrangência do Estacionamento Rotativo, dentro de estabelecimentos comerciais conveniados, e a aquisição de créditos de estacionamento e pagamento pelo tempo de uso poderá ser realizado por meio de cartões (débito e crédito), pix e por meio de cartões pré-pagos recarregáveis. Os Totens deverão ter as seguintes características e configurações básicas:

Ser intuitivo quanto ao seu uso, com instruções claras e transações simplificadas;

Permitir ao usuário opção quanto ao tempo de estacionamento que pretende estacionar conforme parâmetros de tempo estabelecidos neste edital;

Garantir controle remoto da arrecadação através do software de gestão do sistema.

Permitir utilização, como meio de pagamento, de cartões de crédito ou débito inseridos no “pinpad” do terminal ou por aproximação através da tecnologia de software NFC (Near Field Communication);

Deverá ainda conter metodologia de codificação fechada, a fim de dificultar ao máximo, e se possível impedir, que terceiros não habilitados ou de má-fé, ainda que detenham equipamentos capazes de interferir ou interagir eletronicamente no sistema, venha alterar a informação neles contida.

O Terminal de Autoatendimento para PDV deverá obrigatoriamente possibilitar a digitação pelo usuário da placa do veículo nos padrões em utilização no Brasil e Mercosul.

O Terminal de Autoatendimento para PDV deverá permitir a reprogramação com novos horários e tarifas, fora do horário de funcionamento do estacionamento, através de profissional da Contratada, sem qualquer prejuízo para o próximo período de operação do sistema.

Os Terminais de Autoatendimento para PDV deverão ainda estar obrigatoriamente integrados em rede e funcionar conjuntamente e on-line com outros meios de utilização do sistema de estacionamento rotativo.

Os Terminais de Autoatendimento para PDV deverão ainda estar integrados ao único software de gestão do sistema, e dispositivos de fiscalização (individual móvel e veículo) para consulta de status de ocupação de vaga pelo veículo e fiscalização pelos Agentes Fiscalizadores.

Esta integração em rede com os demais equipamentos e aplicativos que compõe o Sistema terá seus custos de instalação e operação (custos de transmissão de dados) custeados pela Concessionária, com envio/atualização de informações para o servidor e/ou software de gestão do sistema.

Os Terminais de Autoatendimento para PDV deverão aceitar como forma de pagamento, cartões de crédito e débito e cartão pré-pago do tipo smartcard recarregável.

4.12.7.3. Parâmetros Operacionais:

O Totem deverá ter capacidade de ser configurado para atender condições diferenciadas e específicas dos parâmetros de operação, pelas modalidades obrigatórias de pagamento com cartões de crédito e de débito e PIX.

A configuração deverá ser feita através de programação (software), com um sistema de segurança para bloquear acesso de pessoas não autorizadas.

A reconfiguração de parâmetro(s) de um Totem instalado deverá poder ser feita em campo, por técnico qualificado.

Os parâmetros operacionais incluem, porém não necessariamente se limitam a:

- a) Valor da tarifa por local, hora do dia, dia da semana, data etc.;
- b) Política tarifária: valores fixos, progressivos, decrescentes etc.;
- c) Tempos mínimo e máximo de validade do estacionamento;
- d) Tipo de usuário: normal, residente, carga/descarga etc.;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- e) Calendário perpétuo, com ajuste para dias de feriados, horários de verão, horário de abertura/fechamento dos serviços etc.;
- f) Identificação do dia do ano corrente (média de dias do ano/360 dias);
- g) Temporização de anulação automática da transação;
- h) Valor da tarifa de pós-utilização.

Adquirir tempo de estacionamento, em módulos de Unidades de Estacionamento UEs, dentro dos limites estabelecidos para o local;

Consultar o saldo de créditos de UEs disponível no Cartão Terminal de Autoatendimento para PDV;

Proceder ao pagamento da Tarifa de Pós Utilização, mediante o Aviso de Cobrança de Tarifa recebido, registrando os nº do Aviso através de Teclado numérico;

Cancelar a transação em processo.

O Terminal de Autoatendimento para PDV deverá interagir amigavelmente com as transações operacionais efetuadas pelos usuários, executando pelo menos os seguintes procedimentos:

- a) Receber e verificar a validade do pagamento em transações que envolvem valor monetário;
- b) Emitir bilhete comprovante da aquisição do direito de estacionar, especificando o limite horário de validade; número da vaga e da placa do veículo;
- c) Emitir comprovante, em duas vias, da realização da transação de anulação da Aviso de Cobrança de Tarifa, após o pagamento da Tarifa de Pós-Utilização;
- d) Possuir painel informativo ou visor com mensagem para informar e orientar os usuários sobre como proceder nas transações;
- e) Possuir teclado numérico para digitação do número da vaga e da placa do veículo e do número do Aviso de Cobrança de Tarifa;
- f) Informar sobre quaisquer anomalias ou falhas operacionais do Terminal de Autoatendimento para PDV;
- g) A transação deverá ser automaticamente cancelada toda vez que for excedido o valor de temporização de espera configurado no Terminal de Autoatendimento para PDV;
- h) A temporização de espera é o tempo máximo de espera entre duas ações consecutivas a serem executadas pelo usuário no processo de utilização do Terminal de Autoatendimento para PDV;
- i) Caso venha a ocorrer qualquer falha operacional durante a execução de uma transação, o Terminal de Autoatendimento para PDV deverá automaticamente cancelar a transação e emitir uma mensagem informativa ao usuário;
- j) O Terminal de autoatendimento o mesmo deve identificar a presença do usuário automaticamente e sair do modo de economia de energia e ficar disponível para o uso;
- h) O Terminal de autoatendimento deve possibilitar a leitura do Qrcode da tarifa de Pós Uso (TPU) no leitor de código de barras do equipamento e todos os registros de TPU anteriores pendentes de pagamento vinculadas a placa digitada devem ser exibidas, permitindo ao usuário selecionar se quer pagar uma ou todas as tarifas pendentes.

4.12.7.4. Características Mínimas:

4.12.7.4.1. O Terminal de Autoatendimento para PDV deverá possuir as seguintes características mínimas:

Android 13 ou superior;

Sistema Operacional Android 13 ou superior;

Tela 10,1" colorida, resolução 1280x800px, touchscreen multitouch;

Conectividade: Wi-Fi 2.4GHz / 5GHz, rede móvel 4G/3G/2G, Bluetooth 5.0, Ethernet RJ45 10/100Mbps, GPS integrado;

Leitor de cartão de crédito/débito que permita tanto a inserção física do cartão, com leitura dos dados e digitação da senha pelo teclado, quanto o pagamento por aproximação;

Câmera 5MP, Leitor de código de barras 1D e 2D de alta performance;

Sensor de presença;

Impressora térmica Velocidade 90mm/s, largura 57mm, sensor de pouco papel;

Alto-falante e microfone embutido;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

Alimentação 110/220V;

Peso máximo 5kg(Tela, unidade de processamento, pinpad);

Certificação ANATEL;

Deve bloquear acesso a configurações do equipamento ou qualquer outro aplicativo diferente do aplicativo para autoatendimento do PDV;

Deve permitir operações financeiras por Débito/Crédito e PIX;

Possibilitar a quitação de Tarifa de Pós Uso (TPU) lendo QRCode fornecido;

Possibilitar Inclusão de crédito na conta do usuário através da digitação do CPF;

Deverá possuir impressora térmica para impressão do Ticket de Estacionamento.

DA FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA: DOS PARÂMETROS OPERACIONAIS FISCALIZAÇÃO / DO MÓDULO DE FISCALIZAÇÃO DO AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO / DOS SOFTWARES / DO SISTEMA E DOS EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE IMAGENS E VÍDEO POR VEÍCULO OCR/LPR / DO SISTEMA POR DE VIDEOMONITORAMENTO AO VIVO ATRAVÉS DE LIVE STREAMING DE VÍDEO ON-LINE:

4.13. Do Módulo de Fiscalização –Agente Municipal / Autoridade de Trânsito:

4.13.1. Este módulo está presente no telefone inteligente do Agente Municipal / Autoridade de Trânsito. Este módulo tem por objetivo permitir que o Agente Municipal verifique se o veículo estacionado está em situação regular considerando o pagamento efetuado e a vaga utilizada através de consulta em tempo real no banco de dados do sistema.

4.13.2. As características mínimas que deverão ser atendidas são:

A sua ativação deverá ser individual para cada Agente Municipal de Trânsito através do ingresso de usuário e senha;

Trabalhar com comunicação em tempo real com Sistema Central de Gestão;

O módulo de Fiscalização/Agente deverá indicar de forma automática, na tela do telefone inteligente, em lista, a situação de cada vaga do setor que está sendo fiscalizado. Esta lista deverá conter as vagas com ocupação regular, irregular e vagas com aviso de Irregularidade. A informação da ocupação da vaga será obtida de forma automática dos sensores veiculares a serem instalados zona de estacionamento rotativo;

O referido módulo deverá indicar a posição e a rota que o Agente Municipal de Trânsito deverá percorrer para encontrar o veículo irregular e/ou com tarifa de Aviso de Irregularidade emitida;

A leitura da placa a ser verificada deverá ser feita preferencialmente por meio de OCR (Optical Character Recognition) – Reconhecimento Ótico de Caracteres, para todas as placas nacionais, incluindo as placas padrão MERCOSUL. Evitando possíveis erros de digitação das placas por parte do Agente Municipal de Trânsito;

O procedimento deve ser realizado selecionando a vaga ocupada, abertura automática da câmera do POS, leitura automática dos caracteres da placa e associação automática da foto base do OCR para auditoria.

Sempre que o veículo estacionado estiver em situação irregular na vaga o Módulo de Fiscalização/Agente deverá permitir a emissão de um AIT – Aviso de Infração de Trânsito;

Possibilitar, no mínimo, o registro de 04 (quatro) fotos do veículo infrator com a associação automática na foto da longitude e latitude, data e hora;

Todas as informações obtidas na emissão da AIT deverão ser enviadas para o Sistema Central de Gestão em tempo real através da conexão de dados móvel do telefone inteligente;

Para facilitar a entrada/digitação dos dados necessários o módulo deverá possuir um menu de tabelas previamente cadastradas contendo os códigos de enquadramento das irregularidades, marca, modelo e espécie dos veículos etc.;

O Módulo de emissão de AIT (Aviso de Infração de Trânsito) deverá estar homologado e atender integralmente os dispostos nas portarias Portaria número 997 do SENATRAN, de 2 de agosto de 2022;

O sistema deverá gerar de modo automático um número sequencial único com 09 (nove) dígitos ou mais, no padrão XXX99999999, que será o número de identificação da tarifa da AIT;

A Secretaria, manterá, no mínimo, 04 (quatro) Agentes Municipais de Trânsito na fiscalização da utilização das vagas do estacionamento rotativo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

4.13.3. A constatação do USO INDEVIDO DA ZONA AZUL dar-se-á por inspeção em campo por uma das seguintes formas:

- a) Através do Veículo de Fiscalização OCR, o qual percorrerá as vias e procederá à leitura das placas através de tecnologia (LAP/OCR), com o cruzamento em tempo real dos dados de aquisição dos direitos de uso do estacionamento;
- b) Através do AGENTE DE TRÂNSITO em percurso nas vias, mediante o uso do POS integrado.
- c) Através dos monitores da concessionária em percurso nas vias, mediante o uso do POS integrado, pelo uso do sistema videomonitoramento através de streaming de vídeo ao vivo, conforme exposto.

4.13.4. Constatada a irregularidade, o agente da zona azul deverá realizar a digitação da placa no EP ou a leitura da placa mediante o equipamento do Veículo de Fiscalização com o uso da tecnologia (LAP/OCR), com o envio subsequente de envio (alerta) com os dados do veículo, foto, geolocalização e demais informações pertinentes para a identificação do local, veículo e infração, para constatação da irregularidade e consequente autuação. O SCO deverá também possibilitar ao agente da zona azul o registro da irregularidade (veículo, vaga, sinalização vertical e número do lote lindeiro ou ponto de referência) por vídeo, o qual deverá ser enviado imediatamente para que o agente de trânsito valide as informações com o vídeo e proceda com o registro do Auto de Infração de Trânsito (conforme Resolução do CONTRAN nº 909 de 28 de março de 2022) ou proceda à recusa do registro devidamente justificada.

4.13.5. Os procedimentos de fiscalização de trânsito com o uso de imagens serão adequados na vigência do contrato às novas definições regulamentadas pelo CONTRAN sobre a aplicação do videomonitoramento. A forma de fiscalização será adequada ao CONTRAN no decorrer do prazo de prestação do serviço às novas disposições legais sobre videomonitoramento e da fiscalização eletrônica, a qualquer tempo.

4.13.6. Para a segurança do usuário e a comprovação da irregularidade se faz necessário os registros necessários para esta confirmação, tirando foto da placa do veículo, com data, hora e posição georreferenciada do mesmo.

4.14. DO SOFTWARE E DOS EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE FISCALIZAÇÃO POR STREAMING DE VÍDEO AO VIVO:

4.14.1. Plataforma de fiscalização em tempo real por meio da geração de vídeos ao vivo do tipo “live streaming de vídeo”, para fiscalização dos veículos estacionados em situação uso do perímetro regulamentado e/ou em tolerância e/ou em infração ao sistema, em acordo com a resolução do CONTRAN nº 909/22.

4.14.2. A operação de monitoramento e de fiscalização do sistema de estacionamento rotativo, será apoiada de forma conjunta por sistema de filmagem pela geração de streaming de vídeo ao vivo do veículo estacionado em tempo real (on-line), por meio de POS's, para verificação e constatação remota on-line (em tempo real), possibilitando o cumprimento à legislação pelos Agentes públicos por meio de cadastramento virtual do usuário por meio de identificação biométrica e com senha pessoal, em acordo com a resolução do CONTRAN nº 909/2022.

4.14.3. A operação será através da geração de streaming de vídeo ao vivo (tempo real/on-line) do tipo “live streaming de vídeo”, para registro remoto do veículo estacionado em situação de infração ou tolerância na área do estacionamento rotativo, com registro do veículo estacionado usando a câmera do próprio equipamento POS (smartphone) portado pelo Monitor da Concessionária em campo, conforme abaixo:

O tempo da “live streaming de vídeo” deverá ser de no mínimo 30 (trinta) segundos, podendo ser reavaliado a qualquer tempo pelo aumento ou diminuição desse tempo no decorrer do Contrato, em acordo e decisão operacional do próprio Município.

Dentro do referido tempo de até 30 (trinta) segundos o Agente Municipal deverá validar o registro do vídeo ao vivo por sua aceitação ou por sua reprovação, sob sua ação de fiscalização “on-line” no próprio sistema, podendo ainda antecipar o tempo por sua livre decisão e operação.

O vídeo registrado deverá estar associado à latitude e longitude do local.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

Caso não haja nenhuma ação do Agente Municipal no referido tempo, o vídeo deverá ser encerrado e liberando o monitor da contratada para uma nova ação de monitoramento e assim sucessivamente, em conformidade com sua atribuição.

O streaming de vídeo ao vivo registrado e aceito pelo Agente Municipal deverá estar associado à latitude e longitude do local e aos dados/campos obrigatórios e/ou completos contidos no ACT.

É obrigatório que as infrações flagradas pelo Agente Municipal sejam referentes às normas gerais de circulação e conduta; com informação no campo "observações" do auto de infração que a fiscalização se deu por vídeo.

O acesso ao referido sistema de fiscalização deverá ser efetuado por meio de biometria, para identificação singular do Agente fiscalizador do Município, sendo ainda por sua responsabilidade o fechamento dos lotes de veículos operados/fiscalizados no período, procedendo a convalidação das imagens e atividades inerentes.

Os dados coletados devem ser entregues em formato que possa ser importado por meios eletrônicos, como arquivo Excel ou em arquivos com formato Texto, com delimitadores de campos e documentação do layout.

Em complemento, deverá ser disponibilizado ao Município: 01 computador compatível com as funções de uso pela internet, 01 tela de vídeo de 40 polegadas e sinalização pertinente, conforme exposto.

O pacote/plano de dados do Município (internet fixa) e da Contratada (mobile), deverão ser compatíveis para a operação.

4.14.4. Disponibilizar ao poder concedente sinalização viária do sistema rotativo com informações inerentes ao videomonitoramento, em cumprimento aos requisitos da resolução do CONTRAN nº 909/2022.

4.14.5. Disponibilizar ao poder concedente plataforma integrada de fiscalização eletrônica e monitoramento por sistema de vídeo ao vivo e em tempo real (on-line), com configurações, sinalização e com equipamentos com configurações mínimas para operação em rede de internet, com no mínimo 01 (um) computador do tipo desktop com periféricos e 01 (uma) tela de vídeo de mínimo 40 polegadas ou superior, para ser operado diretamente pelo(s) Agente(s) público(s) / Autoridade de trânsito, através dos registros efetuados pelos monitores da Concessionária em tempo real por meio de POS's (smartphone), para verificação e constatação pelos agentes de forma remota, possibilitando o cumprimento dos requisitos da resolução do CONTRAN nº 909/2022, através de filmagem pela geração de streaming de vídeo do veículo estacionado em situação de infração ou tolerância.

4.14.6. As especificações e informações necessárias e de referência das vagas rotativas deverão ser efetuados através de georreferenciamento e pela identificação da posição da latitude e longitude.

4.14.7. O Poder Concedente deverá ter todas as informações da operação de forma on-line, a fim de proceder qualquer atividade ou ação de forma até mesmo proativa de fiscalização e auditoria.

4.14.8. CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS: Módulo para o Registro de Veículos (RVI):

a) Identificação do veículo – Placa, Marca, Modelo, Espécie, Tipo, Cor e Município;

b) Identificação do local do registro – Nome do logradouro, número, oposto ou defronte e a latitude e longitude registrada pelo equipamento;

c) Descrição detalhada do tipo da infração registrada – Estacionando sem o tíquete, estacionado com o tíquete vencido;

d) Identificação do funcionário da concessionária que registrou o aviso – Número de controle próprio da concessionária;

e) Espaço destinado a observações, caso seja necessário algum comentário adicional;

f) Permitir o registro de até 5 (cinco) fotos do veículo infrator usando a câmera do equipamento. A cada foto registrada deverá estar associado, data e hora do aviso na própria foto impressa no canto inferior de cada imagem;

g) Todos os RVI's preenchidos deverão ser enviados para o servidor central através de conexão de dados (Rede de telefonia móvel);

h) Permitir a pesquisa dos RVI's preenchidos.

i) Sempre que for solicitado o cancelamento de um RVI o sistema deverá obrigatoriamente solicitar um motivo para a operação e não permitir que seja efetivado o cancelamento enquanto não for apontado o motivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- j) Permitir que os RVI's possam ser substituídos e obrigatoriamente deverá solicitar um motivo para a operação e não permitir que seja efetivado a substituição enquanto não for apontado o motivo. O RVI's substituídos deverá indicar o número de seu substituto e o substituto deverá indicar o número do substituído para controle;
- k) Ao final do preenchimento do RVI o sistema deverá solicitar se o usuário deseja registrar outra imagem e vincular esta imagem ao número do RVI;
- l) Ao final do preenchimento do RVI o sistema deverá solicitar a senha do operador como garantia de que um operador não está efetuando o preenchimento em nome de outro;
- m) No momento da validação do usuário e senha, o sistema deverá bloquear o acesso de dois usuários ao mesmo momento em equipamentos diferentes;
- n) O sistema deverá ter o acesso ao sistema operacional do equipamento bloqueado por senha;
- o) Toda placa informada, deverá ser consultada on-line junto aos servidores do sistema para verificar se tem o tíquete ativado por qualquer dos processos usados para aquisição de tempo de estacionamento. Caso seja constatado que o usuário efetuou o pagamento por qualquer das formas, o sistema deverá avisar o operador da ativação do tíquete e qual a forma de pagamento ativada.

4.15. Do Software e dos Equipamentos Eletrônicos de Fiscalização Por Veículo Automotor Com Sistema de Leitura Automática de Placas – Optical Character Recognition – OCR/LPR:

4.15.1. Tecnologia do sistema para monitoramento das vagas e fiscalização com veículo com tecnologia OCR/LPR:

- a) A Concessionária deverá fornecer durante o período do contrato veículo de fiscalização e monitoramento, adaptado e equipado com sistema de Leitura automática de placas - Optical Character Recognition – OCR/LPR, visando efetuar o monitoramento do uso regular do estacionamento rotativo de forma on-line e em tempo real junto ao banco de dados, sendo de responsabilidade da contratante dispor de um Agente de Trânsito capacitado para esse fim para acompanhar e tripular o veículo da operação do equipamento em todo período da operação do sistema ou operar através do Centro de Controle / Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública do Município de Valença Bahia.
- b) Serão de total responsabilidade da Contratada os custos de acesso à internet, bem como custos do próprio veículo automotor com manutenção, combustível, seguro, motorista, entre outros que possam ocorrer para a garantia de condições que mantenham o serviço adequado durante o período contratado, oferecendo regularidade e continuidade do sistema.
- c) A Concessionária deverá disponibilizar 01 (um) veículo automotor (quatro rodas) do tipo de passeio, e 1 veículo do tipo motocicleta, para operação em locais de difícil movimentação e deslocamento, adaptado com a plataforma eletrônica automotor de fiscalização e monitoramento de veículos juntamente com o início das operações e cobrança das tarifas, podendo haver período de adaptação técnica, tudo pela necessidade e determinação expressa do Município, por exclusividade.
- d) Na fiscalização através de vídeos ao vivo gerada pelos monitores em conjunto com os Agentes de trânsito, poderão complementar ou substituir as informações enviadas pelo veículo OCR/LPR.
- e) Serão de total responsabilidade da Contratante pelo seu Centro de Controle Operacional / Depto. de Trânsito de Valença, a operação de fiscalização, do credenciamento das pessoas devidamente habilitadas a fiscalizar e o fechamento dos lotes de veículos operados/fiscalizados no período, procedendo a convalidação das imagens e atividades inerentes.

4.15.2. Especificações técnicas de equipamentos e sistemas do Veículo de Fiscalização:

4.15.2.1. Sistema automático de leitura de placas: A Contratada deverá fornecer sistema de monitoramento, através de tecnologia LPR/OCR, instada em veículo automotor de quatro rodas, integrado com o Centro de Controle (Depto. de Trânsito do Município), com a finalidade de realizar o monitoramento das vagas, de forma automática.

4.15.3. Especificações do Sistema De Monitoramento Móvel:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

a) O sistema LPR/OCR, do inglês License Plate Recognition / Optical Character Recognition, consiste em um sistema de reconhecimento ótico de caracteres ou reconhecimento de placas de veículos. É um método de leitura automática de placas, que dispensa a digitação manual.

b) O sistema de câmeras e demais equipamentos deverão ser instalado em automóvel do tipo de passeio com ar-condicionado, com quatro portas laterais e uma porta traseira, com motorização mínima de mil cilindradas ou superior, que no conjunto forma o Veículo de Fiscalização.

c) O Veículo de Fiscalização deverá dispor de: Cada plataforma/veículo deverá ter no mínimo 2 câmeras para veículos de 2 rodas, para captura de imagens que permitam a leitura automática de placas Optical Character Recognition – OCR, sendo:

Unidade de Processamento de imagens, com tecnologia Optical Character Recognition –OCR;

Receptor GPS de alta precisão

Computador de Bordo;

Fontes de alimentação;

Equipamento de comunicação wireless;

Cabos e componentes para a conexão de todos os itens

d) O Veículo de Fiscalização deverá obrigatoriamente possuir identificação visual e sinalização luminosa, conforme padrões de mercado/segmento e por aprovação prévia pelo município de Valença, atendendo ao disposto da Resolução CONTRAN nº 268/08.

O veículo deverá ser de propriedade da concessionária contratada, preferencialmente novo ou seminovo, este esteja em adequada condição de uso, disponível de forma permanente no período contratual (ressalvados apenas os períodos para as manutenções corretivas e preventivas), em cumprimento às resoluções do CONTRAN nº 268/08 e do registro de licenciamento de veículo com os devidos enquadramentos e alterações. Todos os cabos e conectores utilizados na interligação dos componentes devem oferecer proteção contra interferências eletromagnéticas que possam prejudicar o funcionamento dos equipamentos.

4.15.4. O Sistema de Câmeras Deverá:

- Permitir capturar imagens do lado direito, do lado esquerdo ou de ambos os lados da via concomitantemente e de forma automática;
- Dispor de sensor de imagem de 1/3", função dia e noite;
- Contar com interface de comunicação IP;
- Capturar imagens com resolução não inferior a 1200 x 900 pixels, com iluminação infravermelha externa.
- O monitor ou tablet deverá ser do tipo touch, em LCD, ou OLED ou AMOLED com as seguintes especificações:

Dimensão de 8 a 12 polegadas;

Possuir resolução média de tela de 1200 x 800 pixels;

Dispor de luminosidade mínima de cd/m²

Contar com processador quadcore ou superior;

Memória interna mínima de 32 GB e memória RAM de 2 GB

Bateria com no mínimo 5100 mAh.

4.15.5. O Gps de Alta Precisão Deverá Observar as Seguintes Especificações Técnicas e Funcionais:

- Dispor de receptor GNSS Rover Ntrip ou superior;
- Chip que utilize um dos sistemas: GNSS, GPS, GLONASS, GALILEO, BEIDOU, QZSS, SBAS;
- Permitir correção em tempo real via NTRIP IBGE e ser compatível com sistema de correção em tempo real de geolocalização;
- Deverá apresentar posições com precisão horizontal após a inicialização.
- Proporcionar informações com precisão de localização com variação máxima de um metro;
- Contar com fator de proteção IP67, totalmente selado;
- Dispor de certificação válida de calibragem com nível de segurança de 95% obrigatoriamente, pelo objetivo de identificar incerteza na medição pelo equipamento utilizado, em acordo com a norma de referência ABNT-NBR13133.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- Ser totalmente à prova de chuva, umidade e de quedas de até dois metros de altura em piso de concreto;
- Contar com memória interna mínima de 256 MB;
- Dispor de autonomia da bateria para até 8 horas

4.15.6. As Funcionalidades a Serem Atendidas Pelo Sistema LPR/OCR São:

- Deverá identificar as vagas e os veículos automaticamente, sem intervenção do operador.
- Deverá permitir a transmissão dos dados em tempo real, de forma móvel com velocidade compatível com a demanda de envio de informações sem comprometer a operação.
- Deverá ser integrado com o Centro de Controle (Secretaria) de forma on-line;
- Identificar placas em veículos estacionados em paralelo ao meio fio e estacionados a 45, 60 e 90 graus, dentro das distâncias estabelecidas para atuação das câmeras;
- Ler placas reflexivas e não reflexivas;
- Permitir a identificação de veículos de maneira rápida e precisa, em quaisquer condições de clima e iluminação;
- Identificar e registrar acima de 80% dos veículos durante o dia, em uma faixa de velocidade de 10 a 40 km/h.
- A capacidade de fiscalização deverá considerar que a vaga individual deverá ser fiscalizada obrigatoriamente por meio de 02 (dois) procedimentos, podendo ser da seguinte forma:

02 (duas) procedimentos/atos pelo próprio Veículo de fiscalização (carro + carro)

e/ou

02 (duas) procedimentos/atos, sendo 01 (um) ato pelo próprio Veículo de fiscalização e outro pelo Monitor da concessionária (carro + monitor), podendo ainda ser invertido a ordem (monitor + carro)

4.15.7. Software de Monitoramento Móvel:

4.15.7.1. O software de monitoramento móvel instalado no Veículo de Fiscalização com deverá observar as seguintes diretrizes e especificações:

- Criptografar todos os dados relacionados a lista de placas, para prevenir acesso indevido;
- Armazenar todas as placas identificadas durante as operações, contendo os seguintes dados:

Localização,

Imagem;

Letras e números da placa do veículo em campo textual;

Data e hora da identificação das imagens

Identificador da câmera que capturou as imagens.

- Armazenar todos os alarmes gerados durante os percursos de fiscalização, contendo os seguintes dados:

Localização,

Imagem colorida ou em preto e branco;

Letras e números da placa do veículo em campo textual;

Data e hora da identificação das imagens;

Identificador da câmera que capturou as imagens;

Tipo de Alarme.

- Oferecer integração do sistema de LPR/OCR com os POS dos Agentes de Trânsito;
- Permitir que uma vaga deverá ser fiscalizada duas vezes no intervalo mínimo de 10 (dez) minutos para a confirmação da infração;
- Deverá detectar que o veículo está estacionado de forma irregular (sem o pagamento da tarifa ou excedeu o tempo máximo adquirido), emitindo o Auto de Infração de Trânsito eletrônico, validado pela Agente de trânsito, quando este estiver no veículo, ou pela Autoridade de Trânsito, quando não embarcado no veículo;
- Deverá salvar os vídeos referentes as ações de monitoramento, assim como o log de operação.
- Deverá estar integrado em tempo real com o Centro de Controle / Depto. De Trânsito.
- A integração com o Centro de Controle / Depto. de Trânsito deverá permitir:

O envio e recebimento de dados;

O envio pelo Centro de Controle / Depto. de Trânsito das informações dos locais a serem fiscalizados, permitindo que o software de monitoramento móvel;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

não permita o registro de imagens de outros locais, evitando a autuação em veículos não estacionados nas áreas de estacionamento rotativo;

O envio pelo Centro de Controle / Depto. de Trânsito das informações das áreas com estacionamento proibido;

Que no Centro de Controle / Depto. de Trânsito as pessoas devidamente habilitadas pelo próprio Município procedam a convalidação das imagens.

4.16. Dos Meios de Pagamento:

COMPRA DE CRÉDITO PRÉ-PAGO

4.16.1. O sistema deverá permitir a compra de créditos com a geração de uma Identificação de Crédito por base no CPF do usuário para utilização nos estacionamentos públicos rotativos.

4.16.2. Requisitar informações, a serem fornecidas pelo usuário, para a compra de créditos via aplicativo:

I. Valor do crédito

II. Categoria: carro/caminhão/outras categorias configuráveis

III. Placa do veículo

IV. CPF (obrigatório)

V. Telefone celular (obrigatório)

VI. E-mail (obrigatório)

4.16.3. Gerar randomicamente e com unicidade a Identificação de Crédito para o usuário através do seu CPF, em todas as modalidades de compra de crédito.

4.16.4. Em todas as modalidades de ativação do crédito pré-pago, o usuário poderá ter a opção de utilizar o crédito adquirido em data futura.

4.16.5. Permitir a compra de créditos através de:

I. Aplicativo móvel disponível nas plataformas IOS e Android.

II. PDV / POS.

4.16.6. Permitir o pagamento via cartão de crédito bancário e PIX, nas compras via aplicativo móvel e no PDV e em dinheiro no PDV também.

4.16.7. Permitir a compra e a recarga do Cartão Inteligente que deverá estar disponível ao Usuário na sede da empresa e em pontos de venda (não obrigatório), para uso e ativação nos Terminais de Autoatendimento para PDV instalados nas ruas e vias, conforme exposto.

4.16.8. Compra Avulsa:

O sistema deverá permitir a compra de ticket avulso de estacionamento pelas seguintes plataformas:

4.16.8.1. TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO PARA PDV: Permitir a opção da compra de ticket avulso pelos equipamentos eletrônicos do tipo Terminais de Autoatendimento para PDV, que serão instalados em pontos de venda no comércio da Cidade, com em cartão de débito bancário, cartão de crédito bancário e PIX;

4.16.8.2. PDV: Permitir a opção da compra ticket avulso nos Estabelecimentos Credenciados da Cidade, com pagamento em dinheiro, cartão de débito bancário e cartão de crédito bancário.

4.16.8.3. Terminais de Autoatendimento Para Pdv Digital: Permitir a opção da compra avulsa de ticket avulso pela plataforma de conveniência ao Usuário que possibilita o serviço de ativação de um ticket através do meio de pagamento PIX.

a) A empresa CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar e divulgar um código QR-code para a entrada no sistema, onde o Usuário através do seu celular deverá que inserir/informar os dados mínimos (placa do veículo, cidade e tempo escolhido)

b) Após o preenchimento dos referidos dados, a plataforma emitirá de forma automática um código de QRCode (bancário) com tempo mínimo de 10 minutos (por segurança) para o Usuário “copiar e colar”, efetuando o pagamento do valor na sua própria plataforma bancária via PIX.

c) A plataforma deverá enviar recibo eletrônico de forma clara e específica do ticket avulso já emitido como simples conveniência, por meio de SMS e/ou e-mail (caso o usuário queira fornecer o seu número de celular ou e-mail), informando que a transação foi aceita e o horário final do estacionamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- d) Não há carência ou tolerância nesta plataforma, ou seja, será acionada automaticamente quando do seu acionamento pelo próprio usuário.
- e) Deverá estar disponível as opções mínimas de ativação de tempo de estacionamento de 60 e 120 minutos.
- f) A plataforma deverá de forma automatizada estar integrada ao sistema de Gestão/Retaguarda.
- g) Não poderá haver qualquer tipo de custo ao Usuário.

4.16.9. Ativação de Uso de Créditos Por Aplicativo

Permitir que a ativação do crédito pré-pago seja efetuada via APP - APLICATIVO móvel, pelo próprio Usuário.

4.16.9.1. Inicialmente o usuário deverá instalar o aplicativo no seu celular por cadastro prévio com campos obrigatórios, o Usuário necessita inicialmente comprar créditos pré-pago de estacionamento, pela quantia de saldo que deseja comprar, efetuando o pagamento via cartão de crédito bancário, boleto e PIX.

4.16.9.2. Havendo saldo no identificador do usuário, ele próprio deverá selecionar o período de utilização e a placa que se destina o consumo do saldo, ativando assim o estacionamento.

4.16.10. ATIVAÇÃO DE USO DE CRÉDITOS POR DÉBITO AUTOMÁTICO

4.16.10.1. Permitir que a ativação do crédito pré-pago seja efetuada pelo Monitor/Operador e pelo veículo de fiscalização com sistema automático OCR.

4.17 PLATAFORMA POR MEIO DO CARTÃO PRÉ-PAGO INTELIGENTE SEM CONTATO

- Plataforma de operação e de disponibilidade do serviço através dos equipamentos de autoatendimento parquímetros, PDV e terminal do supervisor instalados no sistema regulamentado.
- A plataforma do Cartão Inteligente sem contato é uma plataforma de operação pré-paga integrada e complementar de autoatendimento e de disponibilidade do serviço pelo Usuário, por meio de Cartão Inteligente pré-pago por sistema de Identificação por radiofrequência ou RFID (Radio Frequency Identification), a ser disponibilizado pela concessionária para a autoativação do estacionamento.
- Identificação por radiofrequência ou RFID é um método de identificação automática através de sinais de rádio, recuperando e armazenando dados remotamente através de dispositivos denominados etiquetas RFID.
- A cada operação de recarga ao usuário terá o valor mínimo de recarga de no mínimo 05 (cinco) horas de estacionamento, com emissão de recibo comprobatório da aquisição do período de estacionamento ao usuário com as informações: IMEI do equipamento que realizou a recarga, data e hora da recarga, valor total da recarga, saldo anterior antes da recarga, o saldo atual do cartão inteligente sem contato e o número sequencial único que identifica esta recarga.
- Há a necessidade de compra antecipada de créditos eletrônicos pré-pagos pelo Usuário para utilização da plataforma de atendimento.
- O serviço de ativação e uso deverá ser gratuito, ou seja, não poderá haver quaisquer tipos de custeio das tarifas decorrentes do uso desta plataforma para ativação do serviço ao Usuário, devendo a Concessionária arcar com eles, objetivando a isenção ao Usuário do sistema para tanto, exceto pela cobrança desde já autorizada para cobrança inicial do “casco” do cartão recarregável, tendo por base o valor de 1 hora, como valor máximo a ser cobrado do Usuário.
- Os valores recebidos para esta operação deverão ser em dinheiro espécie e o saldo total da transação deverá ser acrescido no Cartão Inteligente sem contato - recarga de cartão inteligente sem contato;
- Não há carência de 10 minutos para compra do período nesta plataforma, ou seja, será acionada automaticamente quando do seu acionamento pelo próprio usuário.
- Deverá estar disponível para esta opção de aquisição de tempo de estacionamento, no mínimo as opções de 30, 60, 90 e 120 minutos.
- A concessionária ficará obrigada a adquirir e colocar à disposição do Município e usuários no mínimo 3.000 (três mil) unidades, e assim aprovisionar conforme necessidade e demanda.

4.18 PLATAFORMA DE AUTOATENDIMENTO, PARQUÍMETRO

As especificações mínimas do sistema digital de controle de estacionamento devem atender: Os equipamentos do tipo PARQUÍMETRO deverão estarem distribuídos na região central do sistema de estacionamento rotativo pago, conforme avaliação técnica da Concessionária e aprovado pelo Poder Concedente. A localização dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

parquímetro deverá ser autorizada pela concedente, de modo a atender os critérios de demanda, distância e facilidade de visualização aos usuários, conforme imagem exemplificativa abaixo:

4.18.1. Os parquímetro eletrônico para o sistema de autoatendimento do estacionamento rotativo, instalados nas calçadas das vias da sua área de abrangência, devem controlar o período/tempo de estacionamento nas áreas regulamentadas e garantir ao usuário que não optar pelo uso do aplicativo ou posto de venda, a possibilidade de acesso e uso do sistema, independentemente de qualquer tipo de assistência ou mão de obra, configurando assim o autoatendimento no uso do Sistema de Estacionamento Rotativo. Deve ainda permitir a emissão de comprovante de tempo de estacionamento para o usuário, além de registrar e assegurar a integridade financeira da arrecadação, possibilitando o controle on-line de receita por parte da CONCEDENTE.

4.18.2. A utilização de parquímetro se dará exclusivamente na área delimitada de abrangência do Estacionamento Rotativo, e a aquisição de créditos de estacionamento e pagamento pelo tempo de uso poderá ser realizado por meio de cartões (débito e crédito), por meio de moedas e por meio de cartões pré-pagos recarregáveis. Os parquímetro deverão ter as seguintes características e configurações básicas:

- Ser intuitivo quanto ao seu uso, com instruções claras e transações simplificadas;
- Permitir ao usuário opção quanto ao tempo de estacionamento que pretende estacionar conforme parâmetros de tempo estabelecidos neste edital;
- Garantir controle remoto da arrecadação através do software de gestão do sistema.
- Proporcionar flexibilidade nas programações dos equipamentos para melhor planejamento da operação dos serviços;
- Permitir o acompanhamento remoto das condições de utilização do equipamento, com monitoramento de pelo menos seu status operacional (se operante ou fora de operação), sendo ideal o monitoramento de outras funções, tais como nível de carga da bateria, sinal de comunicação etc.
- Permitir tempo de carência inicial e/ou final, programável;
- Permitir utilização, como meio de pagamento, de cartões de crédito ou débito inseridos no "pinpad" do terminal ou por aproximação através da tecnologia de software NFC (Near Field Communication), além de todas as moedas em circulação, à exceção da moeda de 01 (um) centavo de real;
- Apresentar alimentação de energia própria, que permita seu funcionamento durante o período de operação, de forma totalmente independente em relação à rede elétrica local;
- Estar dotado de memória ou outro mecanismo para registro das operações de inserção de tempo de estacionamento ou controle do horário de utilização das vagas de estacionamento rotativo, de forma a eliminar qualquer possibilidade ou ocorrência de perdas de frações de tempo pelos usuários ao final do período de cobrança do sistema;
- Deverá ainda conter metodologia de codificação fechada, a fim de dificultar ao máximo, e se possível impedir, que terceiros não habilitados ou de má-fé, ainda que detenham equipamentos capazes de interferir ou interagir eletronicamente no sistema, venha alterar a informação neles contida.
- O parquímetro deverá obrigatoriamente possibilitar a digitação pelo usuário da placa do veículo nos padrões em utilização no Brasil e Mercosul.
- O parquímetro deverá permitir a reprogramação com novos horários e tarifas, fora do horário de funcionamento do estacionamento, através de profissional da Contratada, sem qualquer prejuízo para o próximo período de operação do sistema.
- Os parquímetro deverão ainda estar obrigatoriamente integrados em rede e funcionar conjuntamente e on-line com outros meios de utilização do sistema de estacionamento rotativo.
- Os parquímetro deverão ainda estar integrados ao único software de gestão do sistema, e dispositivos de fiscalização (individual móvel e veículo) para consulta de status de ocupação de vaga pelo veículo e fiscalização pelos Agentes Fiscalizadores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- Esta integração em rede com os demais equipamentos e aplicativos que compõe o Sistema terá seus custos de instalação e operação (custos de transmissão de dados) custeados pela Concessionária, com envio/atualização de informações para o servidor e/ou software de gestão do sistema.
- Os parquímetros deverão aceitar como forma de pagamento, moedas, cartões de crédito e débito e cartão pré-pago do tipo smartcard recarregável.
- Os Parquímetros deverão permitir a devolução dos minutos não utilizados no sistema rotativo através do meio eletrônico cartão pré-pago do tipo smartcard recarregável inteligente sem contato (exclusivamente) com tempo mínimo fixo de 30 minutos, com retorno do valor do minuto proporcional à tarifa de 1 hora no saldo do referido cartão pré-pago para utilização futura e propiciar ao Usuário pagar proporcionalmente ao tempo utilizado da vaga após o tempo mínimo. O Usuário deverá efetuar as operações de ativação do tipo “check-in” de 2 horas e a desativação do tipo “check-out” do restante do tempo após 30 minutos diretamente nos equipamentos.

4.18.3. PARÂMETROS OPERACIONAIS

- O Parquímetro Eletrônico multivagas deverá ter capacidade de ser configurado para atender condições diferenciadas e específicas dos parâmetros de operação, pelas modalidades obrigatórias de pagamento com moedas metálicas em circulação nacional e com cartões de crédito e de débito.
- A configuração deverá ser feita através de programação (software), com um sistema de segurança para bloquear acesso de pessoas não autorizadas.
- A reconfiguração de parâmetro(s) de um Parquímetro Eletrônico instalado deverá poder ser feita em campo, por técnico qualificado.
- Os parâmetros operacionais incluem, porém não necessariamente se limitam a:

- a) Valor da tarifa por local, hora do dia, dia da semana, data etc.;
- b) Política tarifária: valores fixos, progressivos, decrescentes etc.;
- c) Tempos mínimo e máximo de validade do estacionamento;
- d) Tipo de usuário: normal, residente, carga/descarga etc.;
- e) Calendário perpétuo, com ajuste para dias de feriados, horários de verão, horário de abertura/fechamento dos serviços etc.;
- f) Identificação do dia do ano corrente (média de dias do ano/360 dias);
- g) Temporização de anulação automática da transação;
- h) Valor da tarifa de pós-utilização.

4.18.4. CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS

4.18.4.1. O Parquímetro Eletrônico Multivagas deverá possibilitar aos usuários executarem no mínimo os seguintes procedimentos.

- Adquirir tempo de estacionamento, em módulos de Unidades de Estacionamento UEs, dentro dos limites estabelecidos para o local;
- Consultar o saldo de créditos de UEs disponível no Cartão Parquímetro Eletrônico;
- Proceder ao pagamento da Tarifa de Pós Utilização, mediante o Aviso de Cobrança de Tarifa recebido, registrando os nº do Aviso através de Teclado numérico;
- Cancelar a transação em processo.
- O Parquímetro Eletrônico deverá interagir amigavelmente com as transações operacionais efetuadas pelos usuários, executando pelo menos os seguintes procedimentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- a) Receber e verificar a validade do pagamento em transações que envolvem valor monetário;
- b) Emitir bilhete comprovante da aquisição do direito de estacionar, especificando o limite horário de validade; número da vaga e da placa do veículo;
- c) Emitir comprovante, em duas vias, da realização da transação de anulação da Aviso de Cobrança de Tarifa, após o pagamento da Tarifa de Pós- Utilização;
- d) Possuir painel informativo ou visor com mensagem para informar e orientar os usuários sobre como proceder nas transações;
- e) Possuir teclado numérico para digitação do número da vaga e da placa do veículo e do número do Aviso de Cobrança de Tarifa;
- f) Informar sobre quaisquer anomalias ou falhas operacionais do Parquímetro Eletrônico;
- g) A transação deverá ser automaticamente cancelada toda vez que for excedido o valor de temporização de espera configurado no Parquímetro Eletrônico;
- h) A temporização de espera é o tempo máximo de espera entre duas ações consecutivas a serem executadas pelo usuário no processo de utilização do Parquímetro Eletrônico;
- i) Caso venha a ocorrer qualquer falha operacional durante a execução de uma transação, o Parquímetro Eletrônico deverá automaticamente cancelar a transação e emitir uma mensagem informativa ao usuário;
- j) Em caso de cancelamento manual ou automático da transação, o Parquímetro Eletrônico deverá restituir integralmente as moedas que eventualmente tenham sido colocadas pelo usuário;

- O recolhimento de moedas no cofre do Parquímetro Eletrônico ou débito no Cartão Usuário o Parquímetro Eletrônico só poderá ser efetivado após a confirmação do usuário e execução normal da transação.
- Nos Equipamentos Eletrônicos s deverão estar armazenados, no mínimo as seguintes informações:
- Registro de todas as transações efetuadas (vendas de tempos de estacionamento, cancelamentos, recolhimento de moedas, consultas, pagamentos das tarifas de pós-utilização etc.), indicando:

- a) Identificação do Parquímetro Eletrônico;
- b) Horário de acesso/início da transação;
- c) Tipo de transação;
- d) Dados característicos da transação realizada;
- e) Distribuição do total diário arrecadado por meio de pagamento (moedas e cartão);
- f) Totalização diária das quantidades e valores dos bilhetes emitidos;
- g) Estatística da distribuição dos tempos adquiridos, em módulos de UEs;

- O Parquímetro Eletrônico deverá ter capacidade mínima de memória para armazenamento de todas as transações realizadas ao longo dos últimos 3 (três) dias de operação.
- O Parquímetro Eletrônico deverá possuir recursos de proteção e segurança dos dados (software de criptografia), de forma a garantir a integridade das informações armazenadas e evitar a possibilidade de adulteração e/ou fraude.
- O Parquímetro Eletrônico deverá permitir, a qualquer momento, a realização de consultas por parte de pessoal qualificado e com acesso autorizado ao equipamento.
- Essas consultas serão efetuadas para fins de fiscalização e auditoria, e deverão envolver pelo menos o fornecimento das seguintes informações:
- Valor acumulado de vendas de tempo de estacionamento, distribuídos por tipo de pagamento (moeda e cartão) desde o início das operações do equipamento;
- Valor acumulado de vendas de tempo de estacionamento e total de bilhetes emitidos desde a última transação de recolhimento de moedas, distribuído por tipo de pagamento e módulos de tempo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- As consultas no Parquímetro Eletrônico deverão ser orientadas por menu autoexplicativo, e deverá ser possível a emissão de relatórios de controle.
- O visor de exibição de mensagens e diálogo com o usuário deverá possuir um sensor, de maneira que se iluminará, na ausência de luz natural, durante a realização das transações operacionais Parquímetro Eletrônico.

4.18.5. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS

- O Parquímetro Eletrônico deverá ser um equipamento único numa mesma peça, sem qualquer tipo de equipamento/periférico/acessório paralelo mesmo que interligado, com tecnologia digital, em estado sólido, sendo formado por placas de circuito impresso.
- Deverá ser assegurada completa intercambialidade e compatibilidade entre placas, conjuntos e componentes integrantes dos Parquímetros Eletrônicos de um mesmo fornecedor.
- O Parquímetro Eletrônico deverá operar adequadamente nas seguintes condições ambientais limites:
 - Temperatura ambiente externa na faixa de -20 (vinte negativo) a 55 (cinquenta e cinco) graus centígrados;
 - Isolação direta; > Umidade relativa do ar de 0 (zero) a 90% (noventa por cento);
 - Precipitação pluviométrica máxima de 2000 (dois mil) mm/ano.
- O Parquímetro Eletrônico deverá dispor de relógio interno com precisão adequada para efetuar com confiabilidade e segurança as operações de aquisição de tempo de estacionamento.
- O equipamento deverá ter alimentação independente, por meio de baterias com longa duração, sem utilização da rede elétrica pública. A recarga das baterias poderá ser feita através de células solares, desde que devidamente integrado no próprio equipamento, sem qualquer tipo de equipamento/periférico acessório ou paralelo, mesmo que interligado.
- O equipamento deverá ser protegido totalmente contra sobrecorrentes, correntes de fuga e choques elétricos.
- O equipamento deverá dispor de recursos necessários para evitar que sinais espúrios prejudiquem o seu correto funcionamento (interferências eletromagnéticas, descargas atmosféricas, sinais de rádio etc.)
- O gabinete do controlador deverá ser à prova de poeira e chuvas.
- A cor do gabinete deverá seguir o padrão definido pela Concedente, conforme projeto de padronização de identidade visual a ser estabelecido com a Prestadora de Serviços.
- O gabinete do Parquímetro Eletrônico deverá ser feito de material resistente e ter robustez mecânica para proteção contra eventuais tentativas de agressão externa e violação dos compartimentos internos que alojam o cofre de moedas, os componentes eletrônicos e o conjunto eletromecânico para impressão dos bilhetes.
- As partes encaixáveis do equipamento deverão ser fixadas por elementos que as impeçam de cair ou se desarranjarem em caso de vibrações excessivas devido ao trânsito de veículos nas vias.
- A fechadura utilizada para abertura do gabinete deverá ser tal que dificulte ao máximo a ação de vandalismo em geral.
- As aberturas para leitora de cartões, introdução de moedas e emissão de bilhetes deverão ser projetadas de maneira a não comprometer de forma permanente o funcionamento do Parquímetro Eletrônico, em caso de atos de vandalismo como: introdução de objetos rígidos e não rígidos, obstrução das entradas, injeção de líquidos etc.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- Durante os períodos de inatividade do Parquímetro Eletrônico, as aberturas deverão estar protegidas por meio de dispositivos que impeçam a introdução de quaisquer objetos estranhos.
- O acesso, desmontagem e remontagem para substituir os componentes de cada conjunto funcional do Parquímetro Eletrônico e em especial as peças submetidas a desgaste, deverá poder ser realizado fácil e rapidamente pelos técnicos de manutenção em campo.
- Colunas de suporte, bases de sustentação e demais elementos de apoio, eventualmente necessários para a instalação em campo dos Equipamentos Eletrônicos, deverão atender, no que for cabível, às mesmas especificações técnicas de construção, material, comportamento mecânico e resistência ambiental especificadas para os Equipamentos Eletrônicos.
- O Parquímetro Eletrônico deverá conter um dispositivo para que os usuários possam digitar o número do Aviso de Cobrança de Tarifa, armazenando os dados para posterior transferência.
- O Parquímetro Eletrônico obrigatoriamente deverá permitir operações para aquisição de tíquetes de estacionamento utilizando cartões de crédito e débito.

4.18.6. AUTODIAGNÓSTICO

- Os Equipamentos Eletrônicos deverão conter funções internas de autodiagnóstico e dispositivos de indicação externa – LED's coloridos, para informar e identificar os tipos de avarias eventualmente detectadas.
- Especialmente, no mínimo, deverá haver sinalizações para as situações de:
- Proximidade de término e/ou falta de papel para impressão dos bilhetes; Caixa/cofre de moedas cheio;
- Nível de carga de bateria de alimentação.
- A impossibilidade de utilização de um Parquímetro Eletrônico deverá ser informada ao usuário através de exibição de mensagem.

4.18.7. TRATAMENTO DE MOEDAS:

- O Parquímetro Eletrônico deverá ter capacidade de reconhecimento de pelo menos 10 (dez) tipos diferentes de moedas.
- O seletor de moedas deverá estar equipado com um mecanismo de desbloqueio para moedas presas.
- A abertura do cofre só deverá ser feita através de dispositivos específicos que sejam acionados de modo simultâneo ou consecutivo.
- Para cada operação de recolhimento de moedas, o Parquímetro Eletrônico deverá emitir, automaticamente, um resumo da transação efetuada, contendo pelo menos as seguintes informações.
- Identificação do Parquímetro Eletrônico;
- Número de sequência do relatório do recolhimento sendo realizado;
- Data e hora da coleta;
- Data, hora e número de sequência do último recolhimento realizado;
- Distribuição dos totais de créditos por meio de pagamento (moeda e cartão) da venda de tempo de estacionamento, acumulados desde a instalação do Parquímetro Eletrônico.
- Distribuição dos totais de créditos por meio de pagamento da venda de tempo de estacionamento, do recolhimento que está sendo efetuado;
- Distribuição por valor do montante de moedas que estão sendo recolhidas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- Quantidade de bilhetes e distribuição dos tempos vendidos, desde o último recolhimento;
- Distribuição por meio de pagamento dos totais das tarifas de pós utilização.

4.19. DA CAPACIDADE DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA

4.19.1. Em decorrência de evolução tecnológica, a Concessionária poderá atualizar e/ou substituir os equipamentos e sistemas instalados, submetendo à aprovação da Concedente.

4.19.2. A qualquer tempo o Concedente poderá solicitar que sejam disponibilizados, substituídos ou ocorra atualização dos equipamentos, softwares, sistemas e plataformas de autoatendimento com o objetivo otimizar e melhorar a eficiência e eficácia da qualidade do serviço prestado;

4.19.3. Quaisquer alterações introduzidas, substituição ou atualização de equipamentos, software ou sistemas instalados deverão ter a anuência técnica do Concedente.

4.19.4. Os custos e despesas de qualquer natureza, decorrentes de alterações introduzidas, deverão ser de responsabilidade única e exclusiva da Concessionária;

4.19.5. Os parâmetros e abrangências funcionais atualmente definidas nesta especificação poderão ser objeto de revisão futura pelo Concedente, em função da experiência adquirida com a implantação e uso do Estacionamento rotativo pago, e considerando as eventuais necessidades de adequação para melhor atendimento à demanda de prestação de serviços aos usuários.

4.20. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE GESTÃO

De forma a atender os requisitos definidos, o Sistema Eletrônico de Gestão de Estacionamento Rotativo Público “Estacionamento Rotativo Pago” deverá apresentar determinadas características e funcionalidades para as áreas de Operação, Gerenciamento e Auditoria, conforme descrito a seguir.

4.20.1. Áreas de Análise do Sistema Eletrônico de Gestão de Estacionamento Rotativo Público, a ser apresentada na proposta técnica:

a) Operação:

Neste item serão relacionados os recursos disponíveis para a operação da solução apresentada pela proponente. Um eficiente processo de operação trará para os usuários maior agilidade e facilidade de uso do Estacionamento Rotativo, bem como maior arrecadação para o Município, visto que o mesmo receberá um percentual do valor arrecadado mensalmente.

b) Gerenciamento:

A proponente deverá apresentar os recursos mínimos solicitados relativos ao gerenciamento das informações recebidas de campo, de forma que seja possível ao Poder concedente acompanhar a qualidade das ações realizadas, obtendo informações diversas como ocupação das vagas, posicionamento dos colaboradores em tempo real, comportamento dos monitores de forma a permitir a constante avaliação dos trabalhos realizados em campo e possibilidades de melhoria, quantidade de notificações emitidas, número de veículos irregulares, número de veículos regulares, entre outros.

c) Segurança e Auditoria de Transações:

O sistema proposto deverá possuir recursos para assegurar o sigilo e integridade das transações realizadas e métodos para auditar estas ações, de forma que seja possível ao Poder concedente fiscalizar as transações realizadas garantindo a fidedignidade da arrecadação, e devido a repasse de valores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

Também contempla o acesso a relatórios e informações sobre efetividade dos trabalhos realizados, seja da Concessionária ou de agentes públicos, quando cabível. Este item é de vital importância ao Poder Concedente, pois garante a segurança, fidedignidade e sigilo das operações e a efetividade da operação da concessão.

d) Pré-projeto a ser apresentado junto a proposta técnica:

A licitante deverá apresentar juntamente com sua proposta comercial de forma obrigatória, pré-projeto do Sistema de Estacionamento Rotativo Proposto, com as características técnicas e operacionais do sistema ofertado através de descrição conceitual e teórica, detalhando através de memoriais descritivos o funcionamento, operação, fiscalização, arrecadação, distribuição, comercialização, auditoria e controle, de forma a permitir a compreensão do sistema ofertado e do seu funcionamento, para verificação do atendimento às exigências constantes do edital. Os memoriais descritivos (apenas em nível de projeto, não se trata do plano de implantação do sistema), deverão abranger, porém não necessariamente se limitar a:

I. Especificações e características técnicas de todos os equipamentos a serem utilizados no sistema de estacionamento e meios de pagamentos ofertados, que obrigatoriamente deverão ser apresentados por meio de catálogos oficiais do fabricante dos equipamentos (material impresso ou reprodução do site/internet), indispensavelmente em português e comprovando as características mínimas exigidas neste Projeto Básico.

II. Não será necessário o termo para dispositivo tipo impressoras, veículo, computadores comerciais, terminal POS e Smartphones, pois estes são produtos de prateleira. Visando assim garantir para o Município a continuidade e manutenção da tecnologia ofertada, evitando transtornos e prejuízos ao usuário final.

III. Quantidade de postos/pontos de venda a ser implantado para operação do sistema de estacionamento rotativo, obedecendo aos quantitativos mínimos previstos.

IV. Quantitativos iniciais dos materiais e equipamentos necessários e previstos na operação.

V. Quantitativos iniciais estimados dos materiais necessários para a sinalização vertical e horizontal para a demarcação das vagas.

VI. Cronograma de implantação do sistema eletrônico de vendas e operação, bem como da implantação da sinalização viária, conforme exposto.

VII. Será considerada desclassificada e impedida de continuar no certame e considerada como desclassificada, a empresa proponente que não apresentar todo o exposto exatamente na forma descrita neste item, bem como os seus subitens e extensões.

4.20.2. Detalhamento dos Itens:

O detalhamento dos itens considerados para avaliação bem como sua pontuação encontram-se no Modelo de Tabela Técnica de Pontuação.

Todos os itens presentes na tabela serão avaliados na forma “atende/não atende”. Quando o item for atendido integralmente receberá a pontuação definida para o mesmo e caso atenda apenas parcialmente, será considerado como “não atende”, gerando 0 (zero) pontos no item.

Observar as seções nas quais pode ser selecionado mais de um item (somando os pontos) ou quando são mutuamente excludentes (apenas um item poderá ser selecionado).

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

5.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se especificada no Estudo de Viabilidade Técnica, que notadamente, olhou-se quais soluções o mercado oferecia diante da necessidade administrativa e optou-se pela contratação de empresa, em regime de concessão a título oneroso para prestação de serviços de implantação, exploração, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo pago de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao Município de Valença, Bahia, necessários para a satisfação da Administração – justamente por ser a mais vantajosa para a Administração, considerando que o Município não tem condições de operacionalizar o serviço, pois é um alto investimento inicial, além de ser enorme a dificuldade de contratação de mão de obra pela Prefeitura, em virtude da exigência de um quadro de técnicos qualificados para esse serviço.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. Se trata de concessão onerosa, motivo pelo qual não terá custos para a Administração.

7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência da concessão será de **120 (cento e vinte meses)**, a contar da ordem de serviço, podendo ser prorrogado por igual período.

7.2. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. Participação de Consórcios

8.1.1. A Lei nº 14.133/2021, dispõe em seu art. 15, que a não participação de empresas, constituídas sob a forma de consórcio, deve ser justificada. Dessa forma, para o objeto em tela, em razão de não demandar alta complexidade técnica, não se mostra viável à Administração a participação de empresas consorciadas, não trazendo nenhum prejuízo econômico ou de restrição à competição tal vedação.

Sobre o tema, Marçal Justen Filho, em seu livro Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021, págs. 292/293 diz que “no Direito Administrativo, algumas das características do consórcio foram afastadas. O ponto fundamental da distinção reside na responsabilidade solidária dos consorciados pelos atos praticados, ao longo da execução do contrato administrativo. Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivados pelo nosso Direito. Assim se passa porque, como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejados. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição. Aliás, a composição entre os potenciais interessados para participar de licitação pode alcançar a dimensão da criminalidade. É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses e que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para licitação”.

Sendo assim, importante ressaltar que a participação de consórcios mostra-se viável, quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.

No caso em tela, trata-se de uma concessão onerosa e não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

vulto econômico, ou seja, não tem nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

A admissão de consórcio em objeto que não demanda alta complexidade técnica e fora dos valores preceituados pela legislação como grande vulto, atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

Acerca do tema, importante consignar o entendimento do Tribunal de Contas da União, Acórdão 2813/2004, Primeira Câmara, vejamos: “O art. 33 da Lei de Licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito da discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si) Com os exemplos fornecidos pelo Bacen, vemos que é prática comum a não-aceitação de consórcios.”

Posto isto, a permissão da participação de empresas, constituídas sob a forma de consórcio, poderia trazer prejuízos ao ânimo competitivo do certame, bem como na busca pela proposta mais vantajosa.

8.2. Da vistoria:

8.2.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira.

8.2.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

8.2.3. O contratado poderá atestar que conhece o local e as condições da realização do serviço.

8.2.4. O contratado poderá optar por não realizar a vistoria, caso em que terá de atestar o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, mediante declaração formal do seu responsável técnico.

8.2.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.3. Da subcontratação

8.3.1. Será admitida a subcontratação parcial, desde que não parte essencial do serviço.

8.3.1.1. A Contratada poderá ceder ou subcontratar parcialmente os serviços objeto deste Edital, com no máximo de 30% (trinta por cento), (parcelas as quais se refere esse percentual), com prévia autorização, por escrito, da Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública, após competente análise dos documentos da subcontratada.

8.3.1.2. Os serviços classificados como de maior relevância, ou seja, os serviços primordiais do objeto a ser contratado, não poderão ser objeto de subcontratação, sendo possível a subcontratação, no percentual de até 30% (trinta por cento), somente dos serviços periféricos ao objeto licitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

8.3.1.3. A Subcontratada para concessão da subcontratação deverá apresentar as regularidades fiscais, jurídicas e trabalhistas.

8.3.1.4. Quando concedida a subcontratação, obriga-se a Contratada a celebrar o respectivo Contrato com a inteira obediência aos termos do Contrato firmado com o Contratante e sob sua inteira responsabilidade. Ressalva-se ao Contratante o direito de, a qualquer tempo, dar por terminado o subcontrato, sem que caiba a Subcontratada o direito de reclamar indenização ou prejuízo de qualquer espécie.

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

9.1. A contratação, via Concorrência Eletrônica, é a opção da modalidade licitatória escolhida e consagra os princípios da ampla competitividade, concorrência e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. Desse modo, amplia a possibilidade de competição entre empresas do ramo pretendido para a execução do serviço, que visa à consecução do interesse público. O critério de julgamento será: técnica e preço no formato eletrônico.

10. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e legislação municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para esclarecimentos acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A execução decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada pelo servidor a ser designado pela Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública, ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

10.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.8. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

10.9. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.14. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

10.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.15. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

10.16. O gestor do contrato, deverá ser designado pela Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

10.16.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

10.16.2. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

10.16.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

10.16.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

10.16.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

10.16.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens.

10.17. O contratado deverá indiciar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da contratação objeto deste Projeto Básico.

10.18. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço para representá-lo na execução do contrato.

11. DA TAXA DE OUTORGA

11.1 O percentual mínimo estabelecido será de 8% (oito por cento) do faturamento bruto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

12. DA PROVA DE CONCEITO – DEMONSTRAÇÃO TÉCNICA

12.1. A proponente classificada provisoriamente em primeiro lugar na fase de julgamento das NF – Nota Final deverá disponibilizar, a partir do encerramento da ata do processo licitatório, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, os seguintes equipamentos e sistemas como amostra para a Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública devendo verificar a sua compatibilidade, conforme anexo I-A e com as características técnicas mínimas exigíveis no Edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, em caso do não atendimento das mesmas.

Entrega de 01(um) dispositivo de segurança do tipo “hard Key” ou dispositivo de segurança de identidade pessoal por meio de leitura biométrica, para geração de lote(s) de numeração dos e tíquetes/tíquetes, com acesso de login e senha do sistema de gestão e de operação, conforme exposto;

Entrega de 01(um) Terminal de Autoatendimento para PDV e 01 Terminal do tipo parquímetro, com firmware e qualquer outro software necessário para o seu funcionamento para atender aos itens do tópico Terminais de Autoatendimento para PDV e Terminal do tipo parquímetro. Deverá conter papel para impressora, linha de dados de telefonia móvel ativa e funcional e qualquer outro que seja necessário para o perfeito andamento dos testes;

Entrega de 01(um) cartão do tipo cartão inteligente sem contato (RFID) com saldo zerado e já configurado preparado para permitir a leitura e gravação no meio de pagamento nos Terminais de Autoatendimento para PDV;

Entrega de 01(um) conjunto POS's (tablet ou smartphone) e impressora, que deverá ter instalado o software para atendimento aos itens do tópico Módulo para emissão do “ACT – Aviso eletrônico de Cobrança de Tarifa – Aviso de Irregularidade” e Módulo de monitoramento e de geração de streaming de vídeo ao vivo. O conjunto deverá conter papel para a impressora, linha de dados de telefonia móvel ativa e funcional, e qualquer outro que seja necessário para o perfeito andamento dos testes;

Entrega dos cartões de crédito e de débito de pessoas físicas ou jurídicas para os testes dos meios de pagamento exigidos, que excepcionalmente deverão ser entregues no próprio dia da prova de conceito antes do seu início, por questão de segurança de todas as partes.

Entrega de 01 (uma) impressora integrada ao sistema do tipo desktop (qualquer tipo) para impressão dos relatórios.

Entrega de 01(um) conjunto POS's (tablet ou smartphone com plataforma Android ou iOS) e impressora, deverá ter instalado o software para atendimento ao tópico Emissão de auto de infração de trânsito dispostos na portaria número 997 do SENATRAN, de 2 de agosto de 2022, e deverá possuir módulo para identificação da placa do veículo via OCR (Optical Character Recognition) O conjunto deverá conter papel para a impressora, linha de dados de telefonia móvel ativa e funcional, e qualquer outro que seja necessário para o perfeito andamento dos testes;

Entrega de 03 (três) telefones celulares, sendo 01(um) com sistema operacional Android (Google) e 01(um) com sistema operacional iOS (Apple), sendo que deverá ter instalado em cada um dos telefones celulares o software para atendimento aos módulos utilização da URA – Unidade de resposta audível – inteiramente automatizada, dos Aplicativos disponibilizados gratuitamente nas respectivas lojas virtuais, da plataforma de SMS e de Whatsapp. Os telefones deverão conter linha de telefonia móvel ativa e funcional e linha de dados de telefonia móvel também ativa e funcional e qualquer outro que seja necessário para o perfeito andamento dos testes;

A licitante poderá a seu critério apresentar mais de um aplicativo para smartphone em complementação mútua às exigências, desde que integrados ao sistema e previamente apresentados de forma conjunta no certame.

A licitante poderá a seu critério apresentar e se utilizar de mais de um aparelho celular smartphone, em complementação às exigências, no caso de haver algum tipo de limite de operações e/ou algum tipo de proteção aos usuários do seu sistema/plataforma.

Entrega de 01(um) equipamento POS sendo que deverá ter instalado o software para atendimento ao módulo emissão de tíquetes de estacionamento digital Ponto de Venda fixa. O equipamento POS deverá conter linha própria de dados de telefonia móvel ativa e funcional, papel para a impressora e qualquer outra que seja necessário para o perfeito funcionamento dos testes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

Entrega de no mínimo 01(um) veículo automotor, 4 rodas, com a plataforma de fiscalização móvel por meio de sistema integrado de fiscalização com leitura – LPR/OCR (software), devidamente equipado com GPS de precisão, e de forma completa com os equipamentos e com os periféricos previstos e exigidos (hardware), tudo conforme exposto.

Entrega de 01(um) laptop sendo que deverá estar instalado o software para atendimento ao módulo software de retaguarda para gestão de todas as formas de pagamento, dos avisos de cobrança de tarifa emitidos, das regularizações recebidas e dos autos de infração emitidos e também preparado para atendimento ao módulo aquisição de créditos de estacionamento através de site na internet e com conexão à internet ativa e funcional (4g, ou 3g, ou ADSL ou qualquer outra que permita acesso a rede mundial de computadores – Internet);

Entrega de no mínimo 01(um) código QR-code para atalho e uso do software para atendimento ao módulo “Terminais de Autoatendimento para PDV”, de emissão de tickets avulsos por meio do uso do PIX.

Entrega do número 0800 - URA;

Entrega do número do SMS.

Entrega do número Whatsapp.

12.2 - Os equipamentos e sistemas disponibilizados como amostra deverão ser instalados e mantidos em modo operacional no período de testes, período no qual serão avaliados por representantes da Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública.

12.3 - Caso algum equipamento/sistema ofertado venha apresentar defeito durante o período de avaliação, será permitida sua substituição por outro idêntico, após prévia autorização da Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública.

12.4 - Caso o equipamento/sistema defeituoso seja substituído por outro diferente do inicialmente entregue sem autorização da Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública, a licitante será julgada desclassificada.

12.5 - Os equipamentos/sistemas ofertados serão considerados aceitos e, consequentemente, a licitante julgada classificada, caso seja comprovado o atendimento dos requisitos contidos na “Prova de Conceito” do anexo.

12.6 - Os equipamentos/sistemas ofertados serão considerados rejeitados e, consequentemente, a licitante julgada desclassificada, caso não seja comprovado o atendimento dos requisitos contidos na “Prova de Conceito”.

12.7 - Concluídos os testes, a Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública deve emitir laudo de avaliação com julgamento objetivo pela aprovação ou reprovação da Amostra/Prova de Conceito.

12.8 - Quando a licitante for julgada desclassificada, será convocada a empresa classificada em segundo lugar na fase de preços, e assim sucessivamente até que alguma licitante tenha todos os equipamentos/sistemas aceitos na fase de avaliação de amostra.

12.9 - Todos os custos decorrentes da fase de Avaliação das Amostras/Prova de Conceito, referentes à aquisição, transporte, implantação, operação, teste, desinstalação, retirada das amostras, ou ainda de qualquer outra natureza, são de responsabilidade exclusiva da licitante.

13. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E DE PREÇO

13.1 - A classificação das propostas obedecerá ao critério de Melhor Técnica e Preço considerando a melhor proposta em razão da combinação dos critérios de melhor técnica com o critério de maior oferta pela outorga da concessão, conforme art. 15, inciso IV da Lei Federal nº 8.987/1995. As empresas deverão atender, sob pena de desclassificação, as especificações e funcionalidade técnicas especificadas no edital e anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

13.2 - Todos os cálculos e resultados obtidos irão considerar 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

13.3 - Os itens sujeitos a pontuação estão divididos em 03 áreas, que caracterizam agrupamentos de funções dos sistemas, que são:

Operação;

Auditoria e Segurança nas Transações;

Gestão.

13.4 - Cada área é formada por itens que receberão pontuações individuais e a somatória dos pontos obtidos desses itens formará a pontuação da área.

13.5 - Os itens previstos neste edital são classificatórios.

13.6 - Cada item terá pontuação definida de acordo com a importância que a concedente compreende ser adequada para uma operação segura, eficiente e apropriada às necessidades do município.

13.7 - Os itens a serem avaliados bem como sua pontuação encontram-se no corpo deste Projeto Básico, bem como, no anexo do Edital, o qual deverá constar na Proposta Técnica.

13.8 - Na tabela abaixo é demonstrada a pontuação máxima por área:

Tabela de Pontuação:

Área	Pontuação Máxima por Área
Operação	210
Auditoria e Segurança nas Transações	65
Gestão	90
TOTAL	365

13.9 - Os quesitos constantes dentro de cada área do quadro acima refletem aos termos de uma tecnologia considerada ideal para a operação, considerando as melhores formas de gestão e controle da utilização das vagas, dados estatísticos, aferição da arrecadação.

13.10 - Para obter a Nota Técnica de cada licitante, deverá aplicar-se a fórmula a seguir:

$$NTE = (NTL / MNL) \times 100$$

NTE = nota técnica equivalente da empresa licitante

NTL = nota técnica da empresa licitante

MNL = maior nota técnica entre todas as empresas licitantes

13.11 - As empresas que atenderem aos requisitos técnicos especificados no Projeto Básico, e após a realização da Simulação Operacional (avaliação dos equipamentos e software) atingir a pontuação mínima em todas as áreas estarão classificadas para a próxima etapa.

13.12 - Abertas as Propostas de Preço, após análise de seus termos e confronto com as condições estabelecidas neste edital, será calculada a Nota Comercial Equivalente de cada licitante habilitada conforme fórmula a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

$$NCE = (OL / ML) \times 100$$

NCE = Nota Comercial equivalente da empresa licitante

OL = Oferta da empresa licitante

ML = Maior oferta apresentada entre todas as empresas licitantes

13.13 - É assegurado, como critério de desempate técnico, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

13.14 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) inferiores à proposta mais bem classificada.

13.15 - Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar 123/06, ocorrendo o empate técnico, proceder-se-á da seguinte forma:

A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

Somente será dado tratamento diferenciado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.16 - Nota Final que estabelecerá a classificação final das licitantes, será definida através da aplicação das notas obtidas da Nota Técnica Equivalente e a Nota Comercial Equivalente, conforme fórmula a seguir:

$$NF = \{(NTE \times 0,70) + (NCE \times 0,30)\}$$

NF = Nota Final

NTE = Nota Técnica equivalente da empresa licitante

NCE = Nota Comercial Equivalente da empresa licitante

13.17 - Calculadas as Notas Finais (NF) das empresas licitantes, estas serão classificadas, da maior para a menor nota, sendo vencedora a empresa que obtiver a maior Nota Final (NF)

13.18 - Caso a Nota Final (NF) das licitantes apresentem empate, será considerada vencedora a empresa que obtiver maior Nota Técnica Equivalente (NTE), se persistir o empate o critério será por sorteio público.

14. BENS REVERSÍVEIS

14.1. A reversão ocorrerá ao final do termo contratual, definindo-se como reversíveis os bens que deverão ser imediatamente postos à disposição do poder concedente, a seguir especificados:

A sinalização de trânsito na área de estacionamento rotativo pago;

Os Equipamentos Eletrônicos cedidos aos agentes;

Os computadores utilizados na Central de Controle instalada no órgão fiscalizador do município;

Câmeras de monitoramento que porventura forem instaladas nas vias necessárias ao gerenciamento do objeto da licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

Não estão inclusos na reversão os softwares e licenças da concessionária utilizadas na operação de estacionamento rotativo.

14.2. Os bens aqui tratados deverão ser informados na Prestação de Contas Mensal da Concessionária e deverão constar do inventário da empresa com essa classificação.

14.3. Todos os bens reversíveis deverão estar em plena condição de conservação e uso.

15. SIMULAÇÃO OPERACIONAL

A empresa licitante convocada para realizar a Simulação Operacional deverá demonstrar a sua solução tecnológica ofertada de forma a verificar se atendem o disposto no item das Especificações e Funcionalidades, e no item da Utilização do Sistema por parte do Usuário”, bem como confirmar os recursos informados no “Tabela Técnica de Pontuação”.

Os testes serão realizados através de um roteiro padronizado para todas as empresas proponentes, adequando-se, porém, à forma de funcionamento de cada solução, sendo que todos os itens avaliados deverão ser funcionais, inclusive relatórios, operação de equipamentos, etc.

A empresa deverá disponibilizar todos os equipamentos utilizados para o teste. Deverão ser apresentados dispositivos para uso definitivo do Estacionamento Rotativo e conforme ofertado nas Propostas. Não serão aceitos equipamentos substitutos, sob pena de desclassificação.

A empresa deverá providenciar massa de dados preparada de forma que possa demonstrar os recursos do sistema que tenham sido solicitados no Edital, incluindo relatórios de periodicidade maior do que o momento dos testes (diários, semanais, mensais)

Serviços que executem em servidores remotos (ex.: bancos de dados, servidores web, etc.) poderão ser mantidos desta forma, desde que o funcionamento dos recursos do sistema seja comprovado.

Itens que não puderem ser demonstrados, independente do motivo, serão considerados como inexistentes e não atendidos.

O funcionamento da solução deverá ainda estar de acordo com a documentação apresentada na Proposta Técnica, sob pena de desclassificação.

16. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA:

16.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

16.1.1. Executar os serviços conforme especificações do Projeto Básico e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

16.1.2. A operação deverá ser feita pela Concessionária, sob supervisão e orientação da concedente tendo como responsabilidades:

- a) Elaboração dos projetos necessários para implantação e/ou manutenção das áreas do estacionamento;
- b) A Concessionária deverá realizar a implantação completa do sistema, em até 90 dias após a emissão da ordem de serviço que poderá ser emitida a qualquer momento após a publicação da assinatura do contrato, a mesma poderá ser fracionada por interesse da administração municipal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- c) Execução e operacionalização da campanha educativa para divulgação do sistema e esclarecimento da utilização do estacionamento ao usuário (moradores e visitantes), durante 15 (quinze) dias corridos ao menos duas vezes ao ano;
- d) Prestar manutenção preventiva, preditiva e corretiva do sistema eletrônico, bem como das sinalizações vertical e horizontal;
- e) Controle da utilização do estacionamento, incluindo a verificação das condições de regularidade de utilização das vagas;
- f) Em caso de ocupação irregular das vagas de estacionamento do Estacionamento Rotativo, o monitor da Concessionária deverá emitir o “Aviso de irregularidade”;
- f.1. A emissão do Aviso de irregularidade deverá ser feita por equipamento eletrônico, emitido pelo funcionário da Concessionária, que além de fazer registro de todas as irregularidades deverá também registrar fotografia (mínimo 02 fotografias) do veículo (incluindo a placa do veículo, de forma que seja possível identificá-lo). O Aviso de Irregularidade deverá ser colocado no para-brisa do veículo ou em local visível no caso de motocicleta.
- f.2. O usuário que receber o Aviso de Irregularidade deverá efetuar o pagamento da Tarifa de regularização no valor já definido neste Projeto Básico para cada hora em que ficar irregular.
- f.3. Não sendo efetuado o pagamento da tarifa de pós utilização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, o Aviso de Irregularidade será transformado em auto de infração pelo órgão competente, nos termos da lei e Decreto Municipal. Desta forma, após o prazo estipulado, a Concessionária deverá informar ao Poder concedente os veículos que não efetuaram o pagamento da tarifa de pós utilização para que o mesmo o transforme em auto de infração conforme Código de Trânsito Brasileiro;
- f.4. O pagamento da tarifa de pós utilização poderá ser realizado na sede da empresa Concessionária; por meio do colaborador da Concessionária ou; por meio do Posto de Venda.
- f.4. O Valor da tarifa de pós utilização a ser paga em até 48 horas, será de 10 (dez) vezes o valor base da hora do tipo de veículo.
- g) Manter no mínimo 01 (um) monitor para cada 120 (cem) vagas do estacionamento rotativo, ou sistema eletrônico que atenda à demanda, equipado com dispositivos móveis, impressora, máquina para cobrança dos cartões de crédito e débito e link de dados conforme características descritas neste Projeto Básico;
- h) Manter no mínimo 01 (um) supervisor para cada 30 (trinta) monitores em atividade, para fiscalização da equipe de monitores, equipados com dispositivos móveis, impressoras, máquina para cobrança dos cartões de crédito e débito e link de dados conforme características neste Projeto Básico;
- i) Manter no mínimo um escritório da empresa na região central da cidade, para atendimento ao público em geral, bem como operacionalizar todas as atividades da empresa, a qual deverá ser instalada em até 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura do contrato, devendo, porém, a conclusão da instalação coincidir com a data de início da operação do Sistema de Estacionamento Rotativo, ora objeto deste Projeto Básico;
- j) Manter equipe necessária para a operação do estacionamento rotativo, incluindo equipe produtiva e administrativa, e todos os demais colaboradores para o perfeito funcionamento do sistema;
- k) Manter na sede local da empresa um centro operacional para monitoramento, controle e gerenciamento da solução do sistema eletrônico, com computadores devidamente equipados com seus periféricos e com capacidade técnica suficiente para operação do software de gestão, permitindo a visualização/acompanhamento em tempo real das operações e status de ocupação das vagas e seus índices, devendo ser estendido às instalações do poder municipal;
- l) Manter disponível sítio eletrônico contendo todas as informações e funções pertinentes à operação;
- m) Manter disponível telefone, WhatsApp e endereço eletrônico da central de atendimento durante o período que compreende a utilização diária do sistema de estacionamento rotativo;
- n) Fornecer ao poder concedente, informações de faturamento, respeito, ocupação de vagas e dados estatísticos;
- o) Fornecimento dos equipamentos eletrônicos para controle e gestão de estacionamento e de todos os demais recursos necessários à sua operação, tanto para os colaboradores da Concessionária como também para os Postos de Vendas, conforme descritos no Projeto Básico;
- p) Fornecimento do projeto de sinalização do sistema de estacionamento, contemplando a demarcação das vagas e locais para fixação das placas (sinalização horizontal e vertical);



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- q) Execução das sinalizações horizontal e vertical, bem como operar com sua manutenção;
- r) Manter no mínimo 01 (um) Posto de Venda com o sistema eletrônico on-line, incluindo comunicação, para cada 80 (oitenta) vagas de carro;
- s) Disponibilizar no mínimo 01 veículo, sendo 1 de 2 rodas com câmeras e com aplicação embarcada com a finalidade de monitorar de forma automática a ocupação de vagas da área central, dentro da etapa;
- t) Manter os colaboradores uniformizados com camiseta, calça, bermuda e boné, além de identificados com crachá. Os modelos de uniforme e identificação deverão ser aprovados pelo poder Concedente;
- u) Fornecer todos os equipamentos de EPI (equipamentos de proteção individual) para os colaboradores visando a segurança dos mesmos conforme determinação legal;
- v) Arcar com o pagamento dos salários e encargos sociais de todos os seus colaboradores, não se responsabilizando o poder concedente por tais ônus;
- w) Disponibilizar sítio eletrônico contendo todas as informações e funções pertinentes ao sistema, tais como: Compras de créditos; Consulta de saldo na conta pré-paga; Ativação da Vaga; Consulta de tempo restante para utilização da vaga; Desativação de vaga (usuário informa ao sistema que o veículo deixou a vaga) com restituição do crédito não utilizado; Consulta de extrato de uso dos recursos financeiros da conta pré-paga; Consultar, inserir e remover veículos no cadastro da conta pré-paga; entre outros dispostos neste Projeto Básico;

16.1.3. A Concessionária disponibilizará para o órgão de trânsito do Município de Valença/BA, acesso online ao sistema através de aplicação Web, com perfil específico para a função, para obtenção das informações relativas às Tarifas de pós utilização que não foram pagas após o período de 05 (cinco) dias úteis;

16.1.4. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

16.1.5. Relatar à Prefeitura toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

16.1.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

16.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

16.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições se previamente autorizadas pela Administração.

16.2. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Projeto Básico.

16.3. As características indicadas na proposta vinculam a referida contratação.

17. OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE:

17.1. O CONCEDENTE obriga-se a:

17.1.1 Proporcionar todas as condições para que a Concessionária possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Projeto Básico;

17.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Concessionária, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

17.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

17.1.4. Notificar a Concessionária por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

17.1.5. Oferecer a Concessionária todas as informações e condições indispensáveis ao pleno e desembaraçado cumprimento da prestação e ela contratualmente imposta.

17.1.6. Regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação, por intermédio da Secretaria De Mobilidade e Ordem Pública, não importando a ação ou omissão dessa fiscalização em redução das responsabilidades da concessionária.

17.1.7. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão, inclusive aplicando as penalidades contratuais.

17.1.8. Intervir na prestação do serviço nos casos e condições previstos na Lei.

17.1.9. Extinguir a concessão nos casos e condições previstos na Lei e na forma prevista no contrato.

17.1.10. Homologar reajustes e proceder as revisões tarifárias nas formas da Lei, das normas pertinentes e do contrato.

17.1.11. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas.

17.1.12. Entregar a concessionária, desembaraçada e livre de ônus ou vínculos, as áreas de estacionamento rotativo controlado nas vias e logradouros públicos do município.

17.1.13. Ampliar ou suprimir áreas de estacionamento, dentro dos limites estabelecidos neste Edital, por interesse público, preservando-se sempre o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

17.1.14. Efetuar a fiscalização do correto uso das vagas pelos usuários, através de seus agentes de trânsito ou por meio de convênios, aplicando as penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro aos veículos infratores.

17.1.15. Garantir a eficácia do sistema de estacionamento rotativo controlado, objeto da presente concessão, dando pleno apoio à concessionária na sua atuação, disponibilizando, permanentemente, durante o período de funcionamento do sistema, agentes de trânsito com o poder necessário de atuação, com a finalidade de firmar autos de infração dos veículos estacionados em desacordo com as normas do sistema.

17.1.16. A fiscalização do estacionamento rotativo deverá ser efetivada pelo Poder Concedente e seus instrumentos legais, cabendo à autoridade o total apoio à operação, fazendo cumprir as normas gerais de trânsito, conforme as disposições legais vigentes, principalmente no sentido de autuarem os eventuais infratores que não respeitarem o sistema, aplicando-lhes, assim, as medidas e penalidades cabíveis.

17.1.17. Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio-ambiente e conservação, incentivando a competitividade.

17.1.18. Estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O Município de Valença, Bahia, reserva-se no direito de impugnar a prestação do serviço, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Projeto Básico.

18.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021 e na legislação municipal.

18.3. Fica eleito o foro da Comarca de Valença, Bahia, como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

EDNELSON BARBOSA SILVA

APROVO o presente Projeto Básico, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias a prestação do serviço, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Valença – Bahia, 05 de fevereiro de 2026.

ISRAEL GONÇALVES COSTA
Secretário de Mobilidade e Ordem Pública
Decreto nº 5860/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

ANEXO II
PLANILHAS FINANCEIRAS ANEXAS EM ARQUIVO EM PDF
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 056/2026.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 003/2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

ANEXO III
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 056/2026.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 003/2026.

A empresa XXXXXX estabelecida na XXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXX, por seu XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX abaixo assinado, apresenta a este Município a proposta de preço para a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - Nº XXX/2026**, tipo “**TÉCNICA E PREÇO**”, cujo objeto é **CONCESSÃO DE OUTORGA A TÍTULO ONEROSO**.

Declaramos o repasse mensal ao valor equivalente a XXXXX % sobre o faturamento líquido mensal da concessionária, pela outorga de concessão das áreas de estacionamento em vias e logradouros públicos do Município de Valença, para controle da rotatividade de veículos.

Prazo de validade da proposta: XX (XXXXXX) dias, contados a partir da abertura do certame.

Apresentar a validade da proposta, prazo de implantação e declaração de estarem incluídos no preço todos os custos e despesas conforme o edital da licitação.

OBS: Nos termos do instrumento convocatório, deverá ser apresentada, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 056/2026.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 003/2026.

O MUNICÍPIO DE VALENÇA, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Avenida Urcisino Pinto de Queiroz, 167 - Centro Valença - Bahia, inscrita no CNPJ: sob o n.º 13.825.476/0001-03, doravante denominado de CONCEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. _____, brasileiro, _____ portador do RG n.º _____ SSP-BA, inscrito no CPF sob o n.º _____, residente na rua _____, Valença - BA e do outro lado _____, empresa inscrita no CNPJ n.º _____, sediada na _____ (UF), doravante denominada CONCESSIONÁRIA, neste ato representada pelo Sr. (a) _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador (a) do RG n.º _____ SSP/UF e inscrito (a) no CPF n.º _____, residente e domiciliado (a) na _____, n.º _____, Bairro _____, Município – UF, celebram entre si CONTRATO DE CONCESSÃO PÚBLICA, conforme Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º _____, observadas as disposições da Lei Federal n.º 8.987/95, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei Federal n.º 14.133/21, Lei Complementar n.º 123 de 2006, Lei Federal n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, e posteriores alterações, Lei Municipal n.º 3017/2025, regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 6.056/2025 pela legislação que vier substituir ou complementar a atual e pelas demais condições fixadas no edital, e condições seguintes:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

- I. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa, em regime de concessão a título oneroso para prestação de serviços de implantação, exploração, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo pago de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao Município de Valença/BA.
- II. O número total de vagas de estacionamento rotativo poderá sofrer modificação e/ou expansão, devidamente justificadas e aprovadas pela Secretaria de Transportes, Trânsito e Rodagens, quando do desenvolvimento do projeto executivo pela Concessionária.

Cláusula Segunda – DO MODO, FORMA E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- I. Os serviços serão prestados em conformidade com o Termo Referência do Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº002/2026)
- II. A operação do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago está detalhada no Termo Referência, do Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 002/2026 ;
- III. A operação do Sistema deverá ser iniciada dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data da assinatura do contrato, podendo a Concessionária, caso tenha interesse e possibilidades, antecipar este prazo;
- IV. No interesse exclusivo do Município, o prazo para início da operação do Sistema poderá ser prorrogado;
- V. O Plano de Implantação do Estacionamento Rotativo Pago deverá ser desenvolvido e submetido à aprovação da Secretaria de Transportes, Trânsito e Rodagens pela Concessionária;
- VI. Deverá ser realizada pela Concessionária, antecedendo a entrada em operação do Sistema, pelo prazo mínimo de 15 (quinze) dias, campanhas de divulgação e esclarecimento a população, informando sobre datas de início de funcionamento, formas de aquisição dos créditos, meios de pagamento, etc;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- VII. Essa campanha de divulgação deverá ser proposta pela Concessionária e submetida à aprovação prévia da Secretaria de Transportes, Trânsito e Rodagens
- VIII. A operação do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago obedecerá ao quanto estabelecido na Lei Municipal N° 3017/2025 Decreto Municipal n° 6.056/2025.
- IX. A operacionalização do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago deverá ser realizada através de: terminais eletrônicos fixos; portáteis, monitores, por meio de sistemas de vendas em tempo real, disponibilizados em página da Internet e/ou em aplicativos para celulares e smartphones; bem como por pontos de venda próprios ou credenciados;
- X. A operacionalização do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago deverá assegurar ao Município o controle otimizado sobre a arrecadação, permitindo um melhor planejamento da operação dos serviços e trazendo resultados positivos para o estacionamento e para o tráfego em geral;
- XI. Ao usuário do Sistema deverá ser possível a utilização dos meios de pagamento estabelecidos no Termo Referência do **Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - Nº 003/2026**;
- XII. As características mínimas e obrigatórias do Sistema para atendimento ao público estão descritas no Termo Referência do **Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - Nº 003/2026**;

Cláusula Terceira – DO PRAZO

- I. O prazo da concessão será pelo período de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, consoante redação da Lei Municipal n° 3017/2025.

Cláusula Quarta – DO ÔNUS DA CONCESSÃO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- I. A presente concessão terá seu Ônus definido pela:
- II. Outorga de repasse mensal no valor de ____ % (_____) da arrecadação mensal bruta, descontados os impostos ISS, Pis e Cofins e a comissão para os PDVs e será paga no máximo o até vigésimo dia útil do mês subsequente.
- III. Cada remuneração mensal deverá ser precedida de apresentação da pertinente prestação de contas até o vigésimo dia útil do mês de pagamento, mediante relatórios de arrecadação dos créditos vendidos e recebimentos de avisos de irregularidades.
- IV. A Concessionária assumirá, em decorrência deste Contrato, integral responsabilidade pelos riscos inerentes à Concessão, expressamente previstos no presente contrato, bem como no edital e seus anexos.

Cláusula Quinta – DA REMUNERAÇÃO E DO REAJUSTE

- I. Os pagamentos devidos à CONCESSIONÁRIA serão efetuados diretamente pelo usuário do serviço concedido, qual seja o Sistema de Estacionamento Rotativo Pago em vias e logradouros públicos do Município de Valença - BA.
- II. As tarifas a serem cobradas nas vias e logradouros públicos que constituem o Sistema de Estacionamento Rotativo Pago de Valença – BA, serão estabelecidas por norma expedida pelo Município, conforme Decreto Municipal.
- III. O valor atual da tarifa está previsto no Decreto Municipal N° 6.056/2025.
- IV. A eventual revisão do valor das tarifas, de iniciativa da Concedente ou da Concessionária, e, sempre mediante aprovação do poder concedente terá por objetivo o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, quando devidamente comprovado e fundamentado sua necessidade, observando-se ainda, o seguinte:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- A. As tarifas poderão ser reajustadas, a cada 12 meses, levando-se em conta o índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), autorizado o arredondamento de planilha base de custos e despesas
- B. A modificação das condições regulamentares do serviço que implique no aumento ou redução dos encargos da Concessionária;
- C. Quando o desequilíbrio econômico-financeiro da concessão ocorrer por fatos ou eventos imprevisíveis que alterem as condições iniciais de prestação dos serviços, a revisão se fará após a comprovação de que tal ocorrência guarda relação com as alterações verificadas e tenha repercutido na remuneração da Concessionária;
- D. Não terá lugar a revisão do valor da tarifa quando a justificativa do pedido de revisão se fundamentar na ocorrência de erros ou omissões na elaboração da proposta;
- E. Os valores tarifários permanecerão inalterados pelo período mínimo de doze meses, contados da assinatura do contrato;
- F. Como forma alternativa de restabelecer o equilíbrio econômico financeiro da concessão e evitar o ônus ao usuário, mediante autorização prévia e formal da Secretaria de Transportes, Trânsito e Rodagens, a Concessionária poderá viabilizar, como forma de fonte de receitas alternativas e complementares, a comercialização dos espaços reservados para sinalização do Sistema, bem com os espaços não utilizados, para realização de propaganda para si ou para terceiros.

Cláusula Sétima – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

- I. São direitos e obrigações do poder concedente:
- II. Comunicar à Concessionária, com a antecedência necessária, observando o prazo de 10 (dez) dias úteis, no mínimo, qualquer alteração na concessão.
- III. Cumprir e fazer cumprir às disposições regulamentares da concessão e as cláusulas contratuais.
- IV. Efetuar fiscalização do serviço objeto da concessão, por meios próprios, aplicando, no que couber, as penalidades aos infratores e arrecadando as multas decorrentes.
- V. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.
- VI. Intervir na concessão nos casos e condições previstos em lei.
- VII. Extinguir o contrato nos casos previstos em lei.
- VIII. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados das providências tomadas.
- IX. Determinar à Concessionária que efetue modificações e ajustes no Sistema de Estacionamento Rotativo Pago, a seu critério para acrescer ou reduzir os locais contratados, efetuando neste caso a justa arrecadação da Concessionária nos termos legais vigentes.
- X. Estimular o aumento da qualidade e produtividade, a preservação do meio ambiente na execução dos serviços, objeto da presente concessão.
- XI. Proporcionar as condições adequadas e necessárias para a execução dos serviços pactuados, de acordo com os termos da concessão, adotando e tomando todas as providências cabíveis.
- XII. Designar o servidor ou comissão que fiscalizará os serviços e o relacionamento com a Concessionária por meio da Secretaria de Transportes, Trânsito e Rodagens
- XIII. A Concedente se obriga a liberar as áreas objeto do contrato totalmente desembaraçadas administrativa e judicialmente, dentro do prazo de 60 (dias) dias da data da assinatura do contrato.
- XIV. Fica reservado à Concedente o direito de fiscalizar os serviços contratados para verificar o fiel cumprimento do contrato e a adequação do serviço, bem como fiscalizar a segurança, a comodidade dos usuários e demais meios assegurados na Lei 8.987/95.
- XV. A fiscalização será realizada por representantes da Concedente, devidamente credenciados, ao qual a Concessionária proporcionará livre acesso aos equipamentos, escritórios e quaisquer outras instalações ligadas ao serviço concedido, obrigando-se a fornecer-lhe os dados e elementos necessários, para fiel desempenho das funções fiscalizatórias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

Cláusula Oitava – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

São direitos e obrigações da Concessionária:

- I. A Concessionária deverá, por meio de seu preposto, ser responsável pelo objeto da concessão, respondendo pelo fiel cumprimento do contrato, devendo manter os trabalhos sob sua supervisão direta.
- II. A Concessionária cumprirá, rigorosamente, as normas de conduta estipuladas na legislação em vigor, no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, na legislação complementar e na legislação do Município de Valença, no que couber.
- III. Se a Concessionária, na execução do Serviço, deixar de atender mesmo que parcialmente o objeto da presente concessão, poderá, a juízo da Concedente, ter, após devido processo administrativo, sua concessão revogada, não importando a presente ação em qualquer devolução de valores já pagos pela Concessionária à Concedente por conta deste contrato.
- IV. A Concessionária é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- V. O não cumprimento, pela Concessionária, dos encargos trabalhistas, bem como das normas de saúde, higiene e segurança do trabalho, poderá importar na rescisão do contrato, sem direito à indenização.
- VI. A inadimplência da Concessionária, com referência aos encargos estabelecidos neste item, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- VII. A Concessionária será responsável pelos danos causados direta ou indiretamente, por ação ou omissão, à Concedente, as Concessionárias de Serviços Públicos (energia, água, telefone, gás, etc.) ou a terceiros, na execução do contrato, independentemente da fiscalização ou do acompanhamento pela Concedente no desenvolvimento dos serviços objeto da concessão.
- VIII. O Sistema, no início do contrato, somente será recebido após inspeção de recebimento a ser realizada em todos os equipamentos e formalizada através de laudo técnico elaborado e firmado pelos fiscalizadores da Concedente e contra-assinado por representante credenciado da Concessionária, o qual verificará se os equipamentos a serem utilizados atendem às especificações técnicas do edital antes da instalação total do Sistema.
- IX. A Concessionária deverá remeter a Secretaria de Transportes, Trânsito e Rodagens, na forma especificada, relatórios indicadores dos resultados operacionais, com detalhamento diário das operações.
- X. Manter o serviço, objeto da presente concessão, em caráter permanente, sem outras interrupções que as permitidas pelo horário e locais que for estabelecido pela Concedente.
- XI. Cumprir as determinações do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, às Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e o regramento legal de trânsito e transportes das demais esferas pertinentes.
- XII. Responder, por si ou seus prepostos, pelos danos causados a União, ao Estado e ao Município, ou a terceiros, comprometendo-se a acatar as leis e regulamentos, quer existentes, quer futuros.
- XIII. Executar de maneira satisfatória o serviço objeto da presente concessão, de acordo com as determinações da Concedente, nos termos dispostos no Edital e seus Anexos, na Legislação aplicável, sobretudo nas normas emanadas da lei nº 8.987/95.
- XIV. O serviço concedido ficará sob direta fiscalização da Concedente que, para este fim, usará de todos os recursos permitidos em Lei.
- XV. Nenhuma responsabilidade caberá a Concessionária se for obrigada a cessar os serviços prestados por motivos oriundos de caso fortuito ou força maior, devidamente reconhecidos pela Concedente.
- XVI. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.
- XVII. Disponibilizar para o pleno atendimento contratual os seguintes profissionais de nível superior:
- XVIII. Um coordenador com experiência e atuação em Implantação de Sistemas de Estacionamento Rotativo em vias públicas ;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- XIX. É vedada a subconcessão e a transferência da delegação a terceiros. A transformação societária dependerá de prévia e expressa anuência do poder concedente, sob pena de dar causa à caducidade.
- XX. A Concessionária deverá manter idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal durante toda execução do contrato, sob pena de dar causa à caducidade.

Cláusula Nona – DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

- I. Os usuários poderão, pessoalmente ou através de associação regularmente constituída, apresentar reclamações ou sugestões à Concedente e à Concessionária.
- II. São atribuídos aos usuários todos os direitos e deveres contidos na Lei nº. 8.987/95 (Lei de Concessões) assim como na Lei 10.406/02 (Novo Código Civil Brasileiro) e Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), desde que pertinentes ao serviço prestado, bem como aqueles previstos na legislação aplicável, inclusive à legislação municipal atinente à matéria.

Cláusula Décima – DOS CRITÉRIOS DEFINIDORES DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

- I. A Concessionária deve atuar em estrita obediência às regras estabelecidas na Lei Municipal nº 3017/2025 e no Decreto nº 6056/2025, inclusive suas futuras alterações, e demais normas regulamentares.
- II. As condições da prestação dos serviços, bem como os critérios definidores da qualidade dos serviços estão integralmente descritas no Edital da Licitação e em seus anexos, especialmente no Termo Referência deste edital e anexo de controle de qualidade e desempenho.

Cláusula Décima Primeira – DA FISCALIZAÇÃO

- I. Será de reponsabilidade da Secretaria de Transportes, Trânsito e Rodagens, fiscalizar, vistoriar e controlar a concessão objeto deste instrumento, inclusive para efeito de aplicação de penalidade e prestar toda a assistência e orientação que se fizerem necessárias.
- II. A ação ou omissão, total ou parcial da Fiscalização da CONCEDENTE não eximirá a CONCESSIONÁRIA, no que couber da responsabilidade na execução do contrato.

Cláusula Décima Segunda – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/21, a Concessionária quando:

- I. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da concessão;
- II. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III. Fraudar na execução do contrato;
- IV. Comportar-se de modo inidôneo;
- V. Cometer fraude fiscal; ou
- VI. Não mantiver a proposta.
- VII. A Concessionária que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- VIII. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- IX. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor integral da proposta por descumprimento de qualquer obrigação prevista neste edital e seus anexos ou no contrato, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas;
- X. Multa compensatória de até 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- XI. Suspendo de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- XII. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- XIII. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;
- XIV. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.
- XV. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a as penalidades acima estabelecidas.
- XVI. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.
- XVII. Também fica sujeita às penalidades a Contratada que:
- XVIII. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- XIX. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- XX. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- XXI. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133.
- XXII. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- XXIII. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Concedente serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
- XXIV. Caso a Concedente determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- XXV. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis,

Cláusula Décima Terceira – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Considerar-se-á extinto o contrato nas seguintes hipóteses, sempre garantido a Concessionária o direito ao contraditório e à ampla defesa, observando-se a legislação aplicável:

- I. Por advento do termo contratual; por encampação; caducidade; rescisão; anulação; falência ou extinção da Concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.
- II. Se no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do contrato, a Concessionária não tiver cumprido as obrigações previstas no edital e neste contrato.
- III. Por término do prazo de concessão, desde que não prorrogado por ocorrência de hipótese legal.
- IV. Rescisão unilateral, por inexecução contratual, ou por inadimplemento das obrigações financeiras por parte da Concessionária, nos termos que dispõe este edital e respectivo contrato.
- V. Na hipótese de rescisão amigável ou judicial.
- VI. Nos casos de término ou encampação do objeto contratual, a Concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à Concessionária, observado as previsões contidas nos artigos 36 e 37 da Lei 8.987/95.
- VII. O contrato poderá, ainda, ser rescindido de pleno direito, sem necessidade de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos casos de manifesta impossibilidade, por parte da Concessionária, de cumprir as obrigações oriundas deste edital e respectivo contrato.
- VIII. A concessão será revogada mediante decisão administrativa, precedido de processo administrativo, quando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- IX. No caso da prestação dos serviços ter sido considerada inadequada pela fiscalização, isto é, quando não atender os parâmetros mínimos qualitativos e quantitativos previstos na proposta comercial;
- X. Perder a Concessionária as condições econômicas, técnicas ou operacionais para adequada prestação dos serviços;
- XI. A Concessionária descumprir, reiteradamente, cláusulas contratuais ou dispositivas legais, concernentes à concessão.
- XII. Extinta a concessão, retornam à Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos à Concessionária. Nesta hipótese haverá a imediata assunção do serviço pela Concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias.
- XIII. A Concessionária reconhece os direitos da Concedente, em caso de rescisão administrativa.
- XIV. Em caso de rescisão contratual ocorrerão as seguintes consequências:
- XV. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- XVI. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- XVII. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração;
- XVIII. Responsabilidade por prejuízos, perdas e danos e lucros cessantes causados ao Município;
- XIX. Aplicação de multas nos termos do que dispuser o contrato.

Cláusula Décima Quarta – DOS BENS REVERSÍVEIS

A reversão ocorrerá ao final do termo contratual, definindo-se como reversíveis os bens que deverão ser imediatamente postos à disposição do poder concedente, a seguir especificados:

- I. A sinalização de trânsito na área de estacionamento rotativo pago;
- II. Os Equipamentos Eletrônicos cedidos aos agentes;
- III. Os computadores utilizados na Central de Controle instalada no órgão fiscalizador do município;
- IV. Câmeras de monitoramento que porventura forem instaladas nas vias necessárias ao gerenciamento do objeto da licitação.
- V. Não estão inclusos na reversão os softwares e licenças da concessionária utilizadas na operação de estacionamento rotativo.

Cláusula Décima Quinta – DA INTERVENÇÃO

- I. Caberá a intervenção pelo poder concedente em caráter excepcional, na forma do art.32 da Lei nº 8.987/95, com o fim exclusivo de assegurar a regularidade e a adequação na execução do serviço, o fiel cumprimento do contrato e das normas legais e regulamentares pertinentes.
- II. A intervenção será feita por despacho motivado da Administração, que conterà obrigatoriamente a designação do interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e limites da medida.
- III. O período de intervenção não será superior a 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual o interventor proporá ao poder concedente ou a extinção da concessão ou a devolução do contrato à Concessionária.
- IV. Cessada a intervenção e não ocorrendo a extinção da concessão, haverá imediata prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante sua gestão, sem prejuízo de sua responsabilidade pela Concedente e do direito à indenização da Concessionária, a intervenção será adotada como medida preliminar à rescisão unilateral do contrato.
- V. Durante o processo de intervenção e antes de ser decretada a extinção da concessão, será assegurado a Concessionária o direito ao contraditório e à ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

Cláusula Décima Sexta – DA ENCAMPAÇÃO

- I. A encampação se dará quando, durante o prazo de concessão, ocorrendo motivo de interesse público, mediante lei específica e após o prévio pagamento de indenização, com base na expectativa de receita prevista pelo tempo de contrato remanescente, a Concedente assumirá o serviço objeto da concessão.

Cláusula Décima Sétima – DA CADUCIDADE DA CONCESSÃO

- I. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério da Concedente, a declaração de caducidade da concessão.
- II. A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente, quando:
- III. A Concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;
- IV. A Concessionária não atender a intimação do poder concedente dentro do prazo de 30 (trinta) dias da data da intimação, no sentido de regularizar a prestação dos serviços;
- V. A Concessionária for condenada, em sentença transitada em julgado, por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.
- VI. A declaração de caducidade de concessão deverá ser precedida na verificação da inadimplência da Concessionária em processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- VII. Não será instaurado o processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à Concessionária os descumprimentos contratuais havidos, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.
- VIII. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decisão do poder concedente.
- IX. A indenização acima tratada será devida na forma do prescrito no artigo 36 da Lei 8.987/95 e do contrato, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Concessionária.
- X. Declarada a caducidade, não resultará, para o poder concedente, qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados na Concessionária.
- XI. A transferência da concessão ou controle societário da Concessionária, sem prévia anuência do poder concedente, acarretará a caducidade da concessão.

Cláusula Décima Oitava – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

- I. O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal nº 8.987/95, de 13 de fevereiro de 1995, Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123 de 2006, Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e posteriores alterações, Lei Municipal nº 3017/2025, regulamentada pelo Decreto Municipal 6.056/2025, e vincula-se ao Projeto Básico do Edital de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - Nº 003/2026** e **Processo Administrativo Nº 056/2026**.

Cláusula Décima Nona – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

- I. A CONCESSIONÁRIA deverá comprovar, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 002/2026 e Processo Administrativo n.º 056/2026, e em seus anexos.

Cláusula Vigésima – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I. Todas as disposições e especificações constantes deste Contrato, do Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 002/2026 e Processo Administrativo n.º 056/2026, são complementares entre si.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

Cláusula Vigésima Primeira – DO FORO

- I. Elegem o Foro da Comarca de Valença – BA, para dirimir as dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente CONTRATO em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Valença – BA, ____ de _____ de ____.

MUNICÍPIO DE VALENÇA

CONCESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

CPF: _____

2. _____
CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 056/2026.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 003/2026.

_____(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____(CNPJ Nº), sediada no
(a) _____
(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no
procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CARGOS RESERVADOS PREVISTO EM LEI
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 056/2026.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 003/2026.

_____(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____(CNPJ Nº),
sediada no (a) _____(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que
a empresa possui a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da
Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art.
93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Cidade, ____ de _____ de 202X.

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, OU
COOPERATIVA ENQUADRADA NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 056/2026.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 003/2026.

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - Nº 002/2026**, promovido pela PREFEITURA DE MUNICIPAL DE VALENÇA, marcado para às **XX:00** horas do dia **XX/XX/2026**, que a empresa (nome completo) – CNPJ n.º _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

Valença/BA, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

ANEXO VIII

**MODELO DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 68, INCISO VI, DA LEI 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 056/2026.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 003/2026.**

A signatária _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, declara por aos devidos fins do disposto no art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Sim()

Não ()

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

ANEXO IX

**MODELO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A
INTEGRALIDADE DOS CUSTOS (Art. 63, §1º, da Lei Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 056/2026.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 003/2026.**

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, declara para os devidos fins do disposto no art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

ANEXO X
TABELA TÉCNICA DE PONTUAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 056/2026.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 003/2026.

Tabela Técnica de Pontuação, de acordo com as orientações técnicas do Projeto Básico e Edital.

1 - Operação

Item	Descrição	Pontos	Obtido
1.1	Ampla Direito de Estacionar	Pontos	Obtido
1.1.1	Permite ao usuário estacionar o veículo em qualquer vaga por quantas vezes desejar, durante toda a validade do período adquirido, sem ter que fazer nova aquisição e nenhuma operação/interação com o sistema. O monitor irá automaticamente ativar a vaga onde o veículo se encontra. (ex.: Usuário adquire 3 horas de direito de estacionar e neste período troca de vaga 3 vezes, no momento que o monitor alocar em nova vaga dentro do período adquirido não pode ser gerada nova cobrança)	5	
Total de Pontos Obtidos nesse Item		5	
1.2	Disponibilização ao Setor de Trânsito	Pontos	Obtido
1.2.1	A empresa disponibiliza ao setor de trânsito o acesso online ao sistema, através de aplicação web, com perfil específico para a função, para obtenção das informações relativas ao número de transações com PIX.	5	
Total de Pontos Obtidos nesse Item		5	
1.3	Formas Adicionais de Acessar o Estacionamento (Múltipla Deleção)	Pontos	Obtido
1.3.1	Criação da conta pré-paga através do Ponto de Venda	5	
1.3.2	Criação da conta pré-paga através do APP do usuário	5	
1.3.3	Criação da conta pré-paga através do Monitor	5	
1.3.4	Recarga da conta pré-paga através do APP do Usuário	5	
1.3.5	Recarga da conta pré-paga através do Posto de Venda	5	
1.3.6	Recarga da conta pré-paga através do Monitor	5	
1.3.7	Recarga da conta pré-paga através do Terminais de Autoatendimento para PDV	5	
1.3.8	Ativação da vaga através do monitor utilizando crédito da conta pré-paga, desde que previamente autorizado no cadastro do usuário e através da funcionalidade OCR (Débito Automático)	5	
1.3.9	Ativação da vaga através de página da web utilizando crédito da conta pré-paga, realizado pelo próprio usuário.	5	
1.3.10	Ativação da vaga através do aplicativo do usuário, utilizando crédito da conta pré-paga.	5	
1.3.11	Ativação de vaga através do aplicativo Whatsapp, utilizando crédito da conta pré-paga.	5	
Total de Pontos Obtidos nesse Item		55	
1.4	Formas Adicionais de Compras e Pagamentos (Múltipla Seleção)	Pontos	Obtido



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

1.4.1	Recarga da conta pré-paga através do monitor em equipamento único com pagamento em cartão de crédito, mínimo de 3 bandeiras, sendo obrigatório as bandeiras, Visa, Mastercard e Elo.	5	
1.4.2	Recarga da conta pré-paga através do monitor em equipamento único com pagamento em cartão de débito, mínimo de 3 bandeiras, sendo obrigatório as bandeiras, Visa, Mastercard/Maestro e Elo.	5	
1.4.3	Recarga da conta pré-paga através do App do Usuário com pagamento em cartão de crédito, mínimo de 3 bandeiras, sendo obrigatório as bandeiras, Visa, Mastercard e Elo.	5	
1.4.4	Recarga da conta pré-paga através do App do Usuário com pagamento em cartão de débito, mínimo de 3 bandeiras, sendo obrigatório as bandeiras, Visa, Mastercard/Maestro e Elo.	5	
1.4.5	Recarga da conta pré-paga através do App do Usuário com pagamento através de PIX	5	
1.4.6	Recarga da conta pré-paga através da Página da Web, com pagamento em cartão de crédito.	5	
1.4.7	Recarga da conta pré-paga através da Página da Web, com pagamento em cartão de débito.	5	
1.4.8	Recarga da conta pré-paga através da Página da Web, com pagamento através de PIX.	5	
1.4.9	Recarga da conta pré-paga através do Posto de Venda em equipamento único com pagamento em cartão de crédito, mínimo de 3 bandeiras, sendo obrigatório as bandeiras, Visa, Mastercard e Elo)	5	
1.4.10	Recarga da conta pré-paga através do Posto de Venda em equipamento único com pagamento em cartão de débito, mínimo de 3 bandeiras, sendo obrigatório as bandeiras, Visa, Mastercard/Maestro e Elo.	5	
1.4.11	Aquisição de tíquete de estacionamento através de leitura de QRCode com pagamento por PIX.	5	
1.4.12	Recarga de crédito através de leitura de QRCode com pagamento por PIX.	5	
1.4.13	Recarga através do Aplicativo Whatsapp com pagamento por PIX	5	
1.4.14	Aquisição de tíquete de estacionamento através do Aplicativo Whatsapp com pagamento por PIX.	5	
Total de Pontos Obtidos nesse Item		70	
1.5	Funcionalidades do Aplicativo do Usuário – Mínimo Android e iOS	Pontos	Obtido
1.5.1	Histórico de movimentação da conta pré-paga	5	
1.5.2	Consulta de vagas em mapa georreferenciado	5	
1.5.3	Consulta de postos de venda em mapa georreferenciado	5	
1.5.5	Configuração de push (aviso) de encerramento de período	10	
Total de Pontos Obtidos neste Item		25	
1.6	Funcionalidades do Veículo Monitoramento Móvel	Pontos	Obtido
1.6.1	Acessar o sistema com usuário e senha cadastrado para o agente no painel de gestão; caso login esteja invalido mostrar mensagem de erro; caso ok acessar	10	
1.6.2	Permite cadastrar áreas de inclusão (onde as imagens registradas são validas) e exclusão (áreas onde as imagens devem ser descartadas; permitir informar o lado da rua a ser fiscalizado.	10	



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

1.6.3	Exibir relatório de todas as imagens registradas pelo monitoramento móvel, com informação do setor onde o veículo está estacionado no caso de área de inclusão; se a imagem está em área de exclusão ou a imagem foi descartada pelo lado não estar de acordo com o cadastro.	20	
1.6.4	É possível acompanhar o deslocamento do veículo em tempo real em mapa do sistema de gestão bem como o histórico do deslocamento.	10	
Total de Pontos Obtidos nesse Item		50	

2 – Auditoria e Segurança nas Transações

Item	Descrição	Pontos	Obtido
2.1	Cadastro de acesso ao sistema de gestão com perfil específico e segurança de acesso do poder concedente, monitor, postos de venda e usuário.	5	
2.2	Acesso ao sistema de gestão através de página da web com conexão criptografada de 128 bits	5	
2.3	Visualização de logs de acesso dos usuários do sistema, incluindo id de usuário, data e hora de acesso ao sistema de gestão	5	
2.4	Recurso que forneça ao poder concedente, e apenas a ele, o controle, geração e emissão da numeração sequencial de e-tiquetas de forma a evitar fraudes, conforme descrito no Projeto Básico. Somente o poder concedente poderá emitir lotes de e-tiquetas e visualizar relatórios sobre a utilização dos mesmos. A numeração poderá ser gerada de forma sequencial ou aleatória, porém, o sistema deverá sempre utilizar e imprimir e-tiquetas com numeração não sequencial, não obedecendo qualquer sequência lógica, de forma a facilitar ao poder concedente a detecção e verificação dos mesmos, emitidos de forma fraudulenta, mesmo que por parte da concessionária	15	
2.5	Capacidade dos terminais POS do monitor e POS do Ponto de Venda efetuar leitura e gravação dos cartões Smartcard Mifare	10	
2.6	Fiscal dos monitores, com terminal próprio pode fazer sangria e suprimento de cartões Smartcard Mifare	10	
2.7	Impressão no Terminais de Autoatendimento PARQUÍMETRO de fita/relatório de todas as operações/valores transacionados	15	
Total de Pontos Obtidos nesse Item		65	

3 – Gestão

Item	Descrição	Pontos	Obtido
3.1	Tela de monitoramento online de estacionamento com mapa georreferenciado com a localização das vagas e o status de ocupação das mesmas (livre, pago, irregular, etc)	20	
3.2	Tela de monitoramento online que apresente a taxa de ocupação atual.	10	
3.3	Tela de monitoramento online que apresente em tempo real os valores arrecadados, assim como a meta estabelecida para o dia e mês, mostrando o valor faltante para alcance das metas	10	
3.4	Mapa de calor, mostrando a incidência de estacionamentos, informando assim os locais com maior ocupação	10	



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

3.5	Relatório de movimentação por horário, podendo realizar a comparação de arrecadação em horários específicos em uma faixa determinada de dias	10	
3.6	Relatório de ocupação da área de estacionamento, informando o tempo que o mesmo ficou ocupado/livre em uma determinada faixa de dias	10	
3.7	Possibilitar que o sistema de gestão seja acessível por navegador web de dispositivos moveis, entre 5 e 8 polegadas	20	
Total de Pontos Obtidos nesse Item		90	



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

ANEXO XI
PROVA DE CONCEITO – DEMONSTRAÇÃO TÉCNICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 056/2026.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 003/2026.

O procedimento a seguir cobre as solicitações presentes no Edital e seus anexos, e tem por objetivo que a Licitante apresente a solução proposta com os seus principais recursos operando, de forma a assegurar ao Poder Concedente a realidade do funcionamento do modelo de operação e recursos que disponibilizará. As exigências abaixo relacionadas fazem parte do Projeto Básico, e são fundamentais para perfeito e completo atendimento das exigências propostas.

1. Apresentação

Fazer uma apresentação formal com material didático de como se dará o funcionamento do sistema, equipamentos utilizados, recursos disponibilizados. Esta informação poderá ser impressa ou apresentada em telas de computador, projetor.

2. Apresentação Física de Equipamentos:

Os equipamentos deverão ser demonstrados localmente e as características devem atender à todas as especificações do Edital e seus anexos. As características devem ser comprovadas por análise presencial local, aquelas que forem possíveis, e por manuais e documentação do fabricante, para o que não for possível identificar de forma visual.

Itens a serem apresentados:

I. Entrega de 01(um) dispositivo de segurança do tipo “hard Key” ou dispositivo de segurança de identidade pessoal por meio de leitura biométrica, para geração de lote(s) de numeração dos e tiquetes/tiquetes, com acesso de login e senha do sistema de gestão e de operação, conforme exposto;

II. Entrega de 01(um) Terminal de Autoatendimento para PDV multivagas e 01(um) terminal do tipo parquímetro conforme exposto, com firmware e qualquer outro software necessário para o seu funcionamento para atender aos itens do tópico “Terminais de Autoatendimento para PDV”. Deverá conter papel para impressora, linha de dados de telefonia móvel ativa e funcional e qualquer outro que seja necessário para o perfeito andamento dos testes;

III. Entrega de 01(um) cartão do tipo cartão inteligente sem contato com saldo zerado e já configurado preparado para permitir a leitura e gravação no meio de pagamento nos Terminais de Autoatendimento para PDV;

IV. Entrega de 01(um) conjunto POS's e impressora, que deverá ter instalado o software para atendimento aos itens do tópico Módulo para emissão do aviso de cobrança de tarifa – ACT e Módulo de monitoramento e de geração de streaming de vídeo ao vivo. O conjunto deverá conter papel para a impressora, linha de dados de telefonia móvel ativa e funcional, e qualquer outro que seja necessário para o perfeito andamento dos testes;

V. Entrega dos cartões de crédito e de débito de pessoas físicas ou jurídicas para os testes dos meios de pagamento exigidos, que excepcionalmente deverão ser entregues no próprio dia da prova de conceito antes do seu início, por questão de segurança de todas as partes.

VI. Entrega de 01(um) conjunto POS's e impressora, deverá ter instalado o software para atendimento ao tópico Emissão de auto de infração de trânsito dispostos na portaria número 997 do SENATRAN, de 2 de agosto de 2022, e deverá possuir módulo para identificação da placa do veículo via OCR (Optical Character Recognition) O conjunto deverá conter papel para a impressora, linha de dados de telefonia móvel ativa e funcional, e qualquer outro que seja necessário para o perfeito andamento dos testes;

VII. Entrega de 02(dois) telefones celulares, sendo 01(um) com sistema operacional Android (Google) e 01(um) com sistema operacional iOS (Apple)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

Serão utilizados:

- para a instalação dos aplicativos e utilização de créditos de estacionamento nas respectivas lojas virtuais;
- para avaliação dos modais de suporte e atendimento ao usuário;
- para avaliação do módulo de utilização de créditos de estacionamento através da URA – Unidade de resposta audível;
- para avaliação do módulo de utilização de créditos de estacionamento através do sítio da INTERNET;
- para avaliação do módulo de utilização de créditos de estacionamento através do SMS;
- Os telefones deverão conter linha de telefonia móvel ativa e funcional e linha de dados de telefonia móvel também ativa e funcional e qualquer outro que seja necessário para o perfeito andamento dos testes;

VIII. Entrega de 01(um) equipamento POS sendo que deverá ter instalado o software para atendimento ao módulo emissão de tíquetes de estacionamento digital Ponto de Venda fixa. O equipamento POS deverá conter linha própria de dados de telefonia móvel ativa e funcional, papel para a impressora e qualquer outra que seja necessário para o perfeito funcionamento dos testes;

IX. Entrega de 01(um) laptop sendo que deverá estar instalado o software para atendimento ao módulo software de retaguarda para gestão de todas as formas de pagamento, dos avisos de cobrança de tarifa emitidos, das regularizações recebidas e dos autos de infração emitidos e também preparado para atendimento ao módulo Aquisição de créditos de estacionamento através de sítio na internet e com conexão à internet ativa e funcional (4g, ou 3g, ou ADSL ou qualquer outra que proveja acesso a rede mundial de computadores – Internet);

X. Entrega do número 0800;

XI. Entrega do número fixo do atendimento ao Usuário;

XII. Entrega do número do Whatsapp do atendimento ao Usuário.

XIII. Entrega do número do SMS.

XIV. Entrega do endereço do site da licitante.

3. IDENTIFICAÇÃO DAS AMOSTRAS:

A licitante vencedora deverá destinar as amostras e identificar cada uma delas com uma etiqueta da seguinte forma:

- a) 01 smartphone ou tablet e 01 impressora térmica portátil – Etiqueta “MONITOR”;
- b) 01 telefone celular com Sistema Operacional Android - Etiqueta “ANDROID”;
- c) 01 telefone celular com Sistema Operacional iOS - Etiqueta “iOS”;
- d) 01 terminal de vendas - PDV - Etiqueta “PDV”;
- e) 01 Terminais de Autoatendimento para PDV – Etiqueta “TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO PARA PDV”
- f) 01 Terminais tipo PARQUIMETRO – Etiqueta “Tótem do tipo PARQUIMETRO”
- g) 01 notebook com software retaguarda instalado - Etiqueta “RETAGUARDA”;
- h) 01 cartão pré-pago inteligente sem contato - Etiqueta “CARTÃO PRÉ-PAGO”;
- i) 01 leitor biométrico – Etiqueta “BIOMETRIA”;

30.2.2.- Não há necessidade de identificação por etiquetas:

- i) Cartões de crédito e débito necessários para realização dos testes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

j) Conexões necessárias, tais como internet, fontes de energia e demais conexões e meios de comunicação para realização dos testes.

4. INÍCIO DAS PROVAS CONCEITO:

4.1.- Operação da Prova Conceito:

I. Após marcar os conjuntos como descritos acima os equipamentos deverão ser ligados e os testes terão início.

II. Para o devido início dos testes da prova de conceito, inicialmente a licitante deverá efetuar a emissão da numeração inicial dos e-tiquetes ou tiquetes, através de um acesso de login e senha do sistema, por meio e juntamente com dispositivo de segurança “hard Key” ou por dispositivo de segurança de identidade pessoal por meio de leitura biométrica, conforme exposto. Todos os testes serão utilizados através desta numeração assim gerada, para demonstrar e comprovar o controle total por parte do Município.

III. Ao final da prova de conceito, a empresa licitante deverá demonstrar e comprovar o referido controle em acordo com as especificações técnicas do tíquete de estacionamento ora expostos, que ainda deverá entregar no ato ao Município para complemento ao arquivo do processo em documento impresso.

4.2.- Prova de Conceito da emissão de tíquetes de estacionamento no **TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO PARA PDV**: Com o equipamento identificado anteriormente com a etiqueta “TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO PARA PDV” deverão ser feitos os procedimentos abaixo e na ordem informado:

4.2.1.A.) - Foi possível efetuar as vendas de 01 hora e 02 horas de estacionamento separadamente, para duas placas aleatórias utilizando como forma de pagamento a opção CARTÃO DE CRÉDITO, através de duas maneiras em separadas respectivamente a cada placa, na primeira placa (1) por inserção do cartão de crédito no equipamento e (2) por aproximação (NFC) e cartão MIFARE pré-pago, para a segunda placa?

4.2.1.B.) - Após a confirmação da venda, foi impresso o comprovante contendo as informações abaixo?

- a) Número sequencial com no mínimo de 9 dígitos, não podendo nunca ser repetida esta numeração;
- b) Identificação do número do equipamento que realizou a venda do tíquete de estacionamento;
- c) Data e hora da validade do tíquete de estacionamento;
- d) Dia do ano corrente para a validade do tíquete de estacionamento;
- e) Placa do veículo que adquiriu o tíquete de estacionamento;
- f) Data e hora da emissão do tíquete de estacionamento que deverá ser obtida automaticamente pelo sistema, não sendo permitido a sua alteração.

4.2.1.C.) - Foi possível efetuar a venda de 01 hora de estacionamento, para uma placa aleatória utilizando como forma de pagamento a opção CARTÃO DE DÉBITO?

4.2.1.D.) - Após a confirmação da venda, foi impresso o comprovante contendo as informações abaixo?

- a) Número sequencial com no mínimo de 9 dígitos, não podendo nunca ser repetida esta numeração;
- b) Identificação do número do equipamento que realizou a venda do tíquete de estacionamento;
- c) Data e hora da validade do tíquete de estacionamento;
- d) Dia do ano corrente para a validade do tíquete de estacionamento;
- e) Placa do veículo que adquiriu o tíquete de estacionamento;
- f) Data e hora da emissão do tíquete de estacionamento que deverá ser obtida automaticamente pelo sistema, não sendo permitido a sua alteração.

4.2.1.E.) - Foi possível efetuar a venda de 02 horas de estacionamento, para uma placa aleatória utilizando como forma de pagamento o crédito no CARTÃO PRÉ-PAGO?

4.2.1.F.) - Após a confirmação da venda, foi impresso o comprovante contendo as informações abaixo?

- a) Número sequencial com no mínimo de 9 dígitos, não podendo nunca ser repetida esta numeração;
- b) Identificação do número do equipamento que realizou a venda do tíquete de estacionamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- c) Data e hora da validade do tíquete de estacionamento;
- d) Dia do ano corrente para a validade do tíquete de estacionamento;
- e) Placa do veículo que adquiriu o tíquete de estacionamento;
- f) Data e hora da emissão do tíquete de estacionamento que deverá ser obtida automaticamente pelo sistema, não sendo permitido a sua alteração.

4.2.1.G.) - De forma continuada ao exigido acima, e após passado algum tempo que será definido exclusivamente pela Comissão julgadora, foi possível efetuar a devolução dos minutos não utilizados no sistema rotativo através cartão inteligente pré-pago, com retorno do valor do minuto proporcional à tarifa de 1 hora no saldo do referido cartão pré-pago para utilização futura?

4.2.1.H.) - Foi possível verificar no software de retaguarda todas as operações realizadas com o TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO PARA PDV acima?

4.3.- Prova de Conceito da emissão de tíquetes de estacionamento - PDV / POSTO OU POSTO DE VENDA, com o equipamento identificado anteriormente com a etiqueta "PDV – POS" deverão ser feitos os procedimentos abaixo e na ordem informado:

4.3.1.A.) - Para início deste teste será necessário cadastrar um Posto de Venda fixo no software retaguarda, com o nome de "PDV 1" e associar o número de série do equipamento "POS" este Posto de Venda cadastrado e habilitar um saldo de R\$ 100,00 (cem reais) para o Posto de Venda.

- O sistema foi acessado sem problemas?
- É possível o acesso ao sistema instalado no equipamento. O sistema foi acessado sem problemas?

4.3.1.B.) - É possível emitir um tíquete avulso de estacionamento de 1 (uma) hora para uma placa aleatória utilizando como forma de pagamento DINHEIRO EM ESPÉCIE?

4.3.1.C.) - Foi impresso um tíquete de estacionamento contendo todas as informações solicitadas:

- a) Número sequencial com 9 dígitos, não podendo nunca ser repetida esta numeração;
- b) Identificação do número do equipamento que realizou a venda do tíquete de estacionamento;
- c) Data e hora da validade do tíquete de estacionamento;
- d) Placa do veículo que adquiriu o tíquete de estacionamento;
- e) Data e hora da emissão do tíquete de estacionamento que deverá ser obtida automaticamente pelo sistema, não sendo permitido a sua alteração;
- f) O saldo do Posto de Venda no sistema retaguarda passou a ser, o saldo inicial menos o valor do tíquete emitido anteriormente?

4.3.1.D.) - É possível emitir um tíquete de estacionamento de 1 (uma) hora para uma placa aleatória utilizando como forma de pagamento CARTÃO DE CRÉDITO?

4.3.1.E.) - Foi impresso um tíquete de estacionamento contendo todas as informações solicitadas:

- a) Número sequencial com 9 dígitos;
- b) Imei ou número de série do equipamento;
- c) Número do Posto de Venda e/ou apelido;
- d) Data e hora de validade;
- e) Placa do veículo;
- f) Data e hora da emissão;
- g) Informações da transação do cartão de crédito.

4.3.1.F.) - É possível emitir um tíquete de estacionamento de 1 (uma) hora para uma placa aleatória utilizando como forma de pagamento CARTÃO DE DÉBITO?

4.3.1.G.) - Foi impresso um tíquete de estacionamento contendo todas as informações solicitadas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- a) Número sequencial com 9 dígitos;
- b) Imei ou número de série do equipamento;
- c) Número do Posto de Venda e/ou apelido;
- d) Data e hora de validade;
- e) Placa do veículo;
- f) Data e hora da emissão;
- g) Informações da transação do cartão de débito.

4.3.1.H.) - Foi possível verificar no software de retaguarda as operações realizadas com o POS - POSTO DE VENDA - PDV acima?

4.4.- Prova de Conceito de utilização de créditos pré-pagos de estacionamento rotativo através de sítio na INTERNET.

4.4.1.A.) - O acesso ao sítio da internet foi possível sem problemas?

4.4.1.B.) - Foi possível cadastrar um novo usuário com as informações mínimas: CPF, nome, endereço completo, e-mail, contrato de uso dos serviços para aceite do usuário, número(s) de telefone(s) autorizado(s) a utilizar o sistema, placa(s) do(s) veículo(s) autoriza(s) a utilizar o sistema?

4.4.1.C.) - É possível realizar a compra de créditos utilizando no mínimo duas bandeiras de cartões de créditos e débito diferentes?

4.4.1.D.) - É possível realizar a compra de créditos através de emissão de boleto?

4.4.1.E.) - Foi possível verificar no software de retaguarda as operações realizadas com o SÍTIO NA INTERNET nos itens acima?

4.5.- Prova de Conceito de utilização de créditos pré-pagos de estacionamento rotativo utilizando os APLICATIVOS disponibilizados gratuitamente nas lojas virtuais Apple e Google. Os testes deverão ser feitos com as amostras das plataformas "ANDROID" e "iOS".

4.5.1.A.) - Deverá ser autorizado a publicação nas referidas plataformas para o uso dos aplicativos em ambiente real e público em até 5 dias antes da data prevista, somente para a referida amostra.

4.5.1.B.) - Caso haja previamente qualquer tipo de operação e/ou de utilização e/ou de consumo de forma externa ao ambiente da prova/amostra, os referidos dados deverão serem demonstrados a Comissão julgadora previamente ou no momento da amostra, pelo motivo da não contaminação da prova/amostra.

4.5.1.C.) - A licitante deverá desligar e/ou suspender a publicação do APP nas plataformas em até 5 dias após a data da prova. Caso haja qualquer motivo que impeça tal orientação, o Município deverá comunicar.

4.5.1.D.) - Foi possível efetuar o download gratuito do aplicativo em cada uma das respectivas lojas virtuais?

4.5.1.E.) - Foi possível acessar o aplicativo na respectiva amostra?

4.5.1.F.) - O aplicativo deverá efetuar as seguintes operações:

- O aplicativo solicita ao usuário autorização para acessar sua posição (latitude e longitude)?
- O aplicativo solicita o CPF e a senha para acesso?
- Após o acesso é possível escolher a placa do veículo que deseja estacionar? Deverá ser informada uma placa aleatória para cada amostra "ANDROID" e "iOS".
- São apresentadas as opções de compra de horas de estacionamento de acordo com a área? Após a compra é informado de forma clara ao usuário o sucesso da transação e o tempo final de término do estacionamento?
- O saldo utilizado nesta transação foi abatido do valor do saldo disponível no módulo de gerenciamento do usuário no aplicativo?
- Foi possível localizar esta transação no extrato disponível no módulo de gerenciamento do usuário no aplicativo?



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- O aplicativo permite definir tempo de alarme para alertar ao usuário antecipadamente o término do tempo de estacionamento?
- O aplicativo informou através de alarme o término do tempo de estacionamento? Foi possível verificar no software de retaguarda as operações realizadas com os aplicativos disponibilizados gratuitamente nas lojas virtuais Apple e Google nos itens acima?
- Foi demonstrado que o usuário permite ou não a seleção de débito automático no aplicativo android ou ios?

4.6.- Prova de Conceito de utilização de créditos pré-pagos de estacionamento rotativo através de envio de SMS Os testes deverão ser feitos com as amostras “ANDROID” e “iOS”, individualmente.

4.6.1.A.) - Foi apresentado número (short number) com no máximo 5 (cinco) dígitos?

4.6.1.B.) - Foi possível envio de SMS para o número com as informações de uma placa aleatória e do tempo que deseja estacionar, sendo estes tempos no mínimo nas opções previstas neste edital e seus anexos?

4.6.1.C.) - Foi recebido SMS informando que a transação foi aceita e qual o horário de término do estacionamento?

4.6.1.D.) - O saldo utilizado nesta transação foi abatido do valor do saldo disponível no módulo de gerenciamento do usuário no sítio da internet?

4.6.1.E.) - Foi possível localizar esta transação no extrato disponível no módulo de gerenciamento do usuário no sítio da internet?

4.6.1.F.) - Caso seja enviada informação para ativação do estacionamento com dados errados, por exemplo, placa não cadastrada no sistema, é recebido SMS relatando que a transação não foi aceita e qual o motivo?

4.6.1.G.) - Foi possível verificar no software de retaguarda as operações realizadas com envio de SMS nos itens acima?

4.7.- Prova de Conceito de utilização de créditos pré-pagos de estacionamento rotativo através de ligação URA - Unidade de Resposta Audível - inteiramente automatizada

4.7.1.A.) - Foi apresentado número 0800 de telefone para ligação?

4.7.1.B.) - Este número atendeu a chamada de forma automática e identificou que o telefone que originou a chamada é cadastrado ao sistema?

4.7.1.C.) - Após a identificação do veículo foi apresentado menu para escolha do tempo para estacionamento com no mínimo as opções de tempo?

4.7.1.D.) - Após a escolha do tempo de estacionamento a URA apresentou de forma clara e audível as informações referentes ao tempo final de estacionamento?

4.7.1.E.) - O saldo utilizado nesta transação foi abatido do valor do saldo disponível no módulo de gerenciamento do usuário no sítio da internet?

4.7.1.F.) - Foi possível localizar esta transação no extrato disponível no módulo de gerenciamento do usuário no sítio da internet?

4.8.- Prova de Conceito de registro das operações de monitoramento e fiscalização a ser efetuada pelo MONITOR DA CONCESSIONÁRIA através da amostra “MONITOR – POS”: – para emissão de ACT: AVISO DE COBRANÇA DE TARIFA – da geração de “STREAMING DE VÍDEO AO VIVO – on-line – em tempo real” dos veículos irregulares.

4.8.1.A.) - Com o equipamento identificado com a etiqueta “MONITOR – POS”, a ser portado pelo Monitor da Contratada, deverão ser feitos pela licitante os procedimentos abaixo e na ordem informada:

4.8.1.B.) - Acesso ao sistema instalado no equipamento POS (smartphone) O sistema foi acessado sem problemas?

4.8.1.C.) - O sistema solicitou que seja informado usuário e senha?

4.8.1.D.) - Caso seja informado um usuário e senha não cadastrado no sistema o acesso não é permitido?



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

4.8.1.E.) - Preencher o ACT (Aviso de cobrança de tarifa) contendo no mínimo os campos: Placa do veículo; Marca; Modelo; Espécie; Tipo; Município; Endereço da emissão do aviso, número, oposto, defronte; latitude e longitude registrada no equipamento; irregularidade cometida; identificação do funcionário da Licitante que registrou o aviso; e observações. As tabelas Marca, Modelo, Espécie, Tipo, Município, Endereço e Infração deverão ser escolhidos em uma base previamente cadastradas no equipamento ou preenchidas de forma automática com base em um banco de dados previamente carregado no equipamento. Foi possível a seleção destes campos conforme solicitado?

4.8.1.F.) - É possível o registro de pelo menos 03 fotos da infração registrada?

4.8.1.G.) - É possível consultar o aviso emitido anteriormente?

4.8.1.H.) - É possível cancelar o aviso preenchido? Efetuar mais operações se necessário.

a) Para o cancelamento do aviso foi solicitado um motivo?

b) Não foi possível o cancelamento sem informar um motivo?

c) O ACT foi cancelado com o motivo de cancelamento informado?

4.8.1.I.) - É possível substituir o último ACT preenchido alterando qualquer um dos campos preenchidos anteriormente?

a) Foi solicitado um motivo para a substituição do ACT?

b) Não foi possível a substituição sem informar um motivo?

c) O ACT foi substituído com o motivo de substituição informado?

4.8.1.J.) - Foi possível verificar no software de retaguarda as operações realizadas referentes ao ACT realizado neste item?

4.8.1.K.) - Efetuar a operação de geração de streaming de vídeo ao vivo (tempo real /on-line) do tipo "live streaming de vídeo", em conformidade das exigências expostas, pela ordem:

a) A demonstração dos serviços de fiscalização por meio do POS (smartphone), deverá ocorrer obrigatoriamente em ambiente real e durante o dia, em vias públicas a serem determinadas exclusivamente pelo Município, com no mínimo 20 (vinte) unidades de amostras/veículos/ placas. Será necessário a seleção quantitativa prévia dos veículos para a avaliação posterior.

b) Efetuar o apontamento e a proporção do quantitativo de veículos monitorados e fiscalizados, através das placas capturadas com reconhecimento correto de caracteres na amostra dos veículos estacionados no perímetro determinado pelo próprio Município.

c) Caberá a Comissão de Avaliação técnica do Município a análise da amostra e atribuição de fazer a verificação e atestar a conformidade do serviço. d) Após o encerramento dos testes, a Comissão técnica terá prazo máximo de até 3 (três) dias úteis para enviar parecer técnico ao presidente da Comissão de licitações, informando sobre a conformidade, ou não, da amostra.

4.8.1.L.) - Serão avaliados conforme exposto as seguintes funções do referido sistema de fiscalização por meio vídeo ao vivo, são eles:

a) Para acesso ao módulo de fiscalização no sistema eletrônico ofertado, deverá ser efetuado por meio de identificação biométrica a identificação do(s) Avaliador(es) do Município (na função do Agente de trânsito Municipal) e simular a sua visualização de forma remota e em tempo real dos vídeos, simulando a operação no Centro de Controle Operacional.

b) O tempo da "live streaming de vídeo" deverá ser dentro do limite de tempo de até 30 (trinta) segundos, podendo ser reavaliado e diminuído em acordo e decisão operacional do Avaliador a cada operação.

c.) Dentro do referido tempo limite de até 30 segundos, os Avaliadores do Município (na função do Agente de trânsito Municipal) deverão ter acesso e visualização de forma remota aos vídeos, para aceitação ou reprovação do registro do vídeo ao vivo sob ação de fiscalização "on-line" no sistema. Esse procedimento deverá ser efetuado em todas as amostras.

d) Caso não haja ação dos Avaliadores até o referido tempo limite de até 30 segundos, o vídeo foi automaticamente encerrado? Efetuar ao menos 5 procedimentos. e) Pela devida sequência, o sistema foi liberado possibilitando que a licitante efetuasse novas ações de monitoramento em vídeo ao vivo?

f) Os vídeos ao vivo registrados e aceitos pelos Avaliadores, foram associados individualmente à latitude e longitude dos locais e aos dados/campos obrigatórios contidos no ACT?



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

g) Pela devida sequência, nas infrações flagradas ora simuladas pelos Avaliadores, foram informadas no campo "observações" do auto de infração que a fiscalização se deu por vídeo? Efetuar ao menos 5 procedimentos.

h) O POS do monitor deve possuir módulo de chat para comunicação do monitor com a base administrativa no sistema web de gestão e o fiscal/supervisor no aplicativo de fiscalização. Deve ser possível visualizar quem está online, receber alerta de nova mensagem mesmo fora da tela do chat. Deve ser possível tanto no aplicativo como no sistema de gestão funcionalidade para enviar imagens e arquivos, registrar foto e enviar sem sair da tela do chat, permitir o envio de áudio acionando botão que ativa o microfone do aparelho e começa a capturar e codificar o áudio em tempo real; ao soltar o botão, a gravação é finalizada e enviada automaticamente para o destinatário que pode reproduzir o áudio na tela da conversa bem como visualizar imagens recebidas. Todas as funcionalidades devem operar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assegurando que a coleta, o tratamento, a transmissão e o armazenamento de dados pessoais dos monitores ou clientes por exemplo ocorram de forma segura, observando rigorosamente os princípios de finalidade, necessidade e transparência. Fica expressamente vedada, em qualquer hipótese, a integração com aplicações de terceiros para essa comunicação. Toda a comunicação deverá ocorrer exclusivamente dentro do aplicativo de fiscalização/cobrança e do sistema web de gestão. Foi apresentado módulo de comunicação conforme descrito neste item?

h) Ao final das amostras, os dados descritivos coletados das operações de fiscalização foram entregues em formato de arquivo que possa ser importado por meios eletrônicos (PDF e/ou Excel)?

4.8.1.M.) - Prova de conceito de retorno das informações das placas estacionadas:

a) Utilizando as amostras "FISCALIZAÇÃO EM VÍDEO", é possível consultar a situação das placas utilizadas nestes testes?

b) As amostras retornaram as informações referentes a cada placa pesquisada, exibindo o estacionamento e qual a forma utilizada para ativação das horas de estacionamento?

c) Para auxílio ao avaliador: de posse dos comprovantes em mãos verificar se todos os comprovantes batem com as informações geradas pelo equipamento das amostras.

d) Os dados coletados nas amostras, foram entregues em formato que possa ser importado por meios eletrônicos conforme exposto?

4.9.- Prova de Conceito do – MONITOR – do monitoramento / fiscalização, da emissão dos ACT e da operação de recebimento de créditos pré-pagos através de DÉBITO AUTOMÁTICO. Todos os itens referenciados para este teste, se referem ao tópico Módulo "MONITOR – POS dos ACT, recebimento de créditos pré-pago em conta virtual pela operação de débito automático.

4.9.1.A.) - Com o equipamento identificado com a etiqueta "MONITOR – POS", a ser portado pelo Monitor da Contratada, deverão ser feitos pela licitante os procedimentos abaixo e na ordem informada: DÉBITO AUTOMÁTICO:

4.9.1.B.) - Efetuar a utilização de créditos pré-pagos para efetuar operações de DÉBITO AUTOMÁTICO abaixo relacionadas, devendo ser possível selecionar se o usuário está presente ou não no ato da ativação/fiscalização?

4.9.1.C.) - Com o usuário presente, na lista de vagas é possível selecionar a vaga ocupada e a câmera do POS deve ser aberta automaticamente para leitura da placa do veículo por OCR e automaticamente deve ser direcionado a tela de seleção de tempo e forma de pagamento inclusive com opção de débito de saldo?

4.9.1.D.) - Com o usuário não presente, ao selecionar a vaga a câmera do POS deve ser aberta automaticamente para leitura da placa de veículo com débito automático ativo, lendo por OCR automaticamente sem nenhuma intervenção do operador deve ser feito o débito automático da tarifa definida como padrão no sistema(1h)?

4.9.1.E.) - Após imprimir o ticket do débito automático do saldo, foi associada automaticamente uma foto com base no OCR feito, sem fazer nova ação de registro da foto, foi vinculadas as coordenadas geográficas do registro da foto consultando no sistema web central de gestão?

4.9.1.F.) - Com o usuário não presente ao fiscalizar a vaga com veículo sem débito automático, selecionando a vaga a câmera do POS deve ser aberta automaticamente para leitura da placa do veículo por OCR a



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

aplicação deve solicitar a emissão de um ACT com associação de foto automaticamente gerada na leitura do OCR e mais duas fotos?

4.9.1.G.) - Para evitar erros de digitação ou até mesmo lançamento indevido de TPU para um veículo a entrada da placa deve ser realizada via OCR embarcado na própria aplicação e processamento interna no equipamento sem dependência externa de conexão, o procedimento deve ser realizado selecionando a vaga ocupada, abertura automática da câmera do POS, leitura automática dos caracteres da placa e associação automática da foto base do OCR para auditoria?

4.9.1.H.) - Foi recebido resposta de que a transação foi aceita e qual o horário de término do estacionamento?

4.9.1.I.) - Foi possível a emissão de comprovação eletrônica por imagem (fotografia)?

4.9.1.J.) - Foi impresso recibo para ser colocado no para-brisa (por simulação)?

4.9.1.K.) - O saldo utilizado nesta transação foi abatido do valor do saldo disponível no módulo de gerenciamento do usuário no sítio da internet?

4.9.1.L.) - Foi possível localizar esta transação no extrato disponível no módulo de gerenciamento do usuário na sua conta pré-paga?

4.9.1.M.) - Caso seja enviada informação para ativação do estacionamento com dados errados, por exemplo, placa não cadastrada no sistema, é recebido relato de que a transação não foi aceita?

4.9.1.N.) - Na amostra "POS MONITOR" cada um dos veículos sem tíquete ou tarifa ativa é representado no mapa por ícone plotado na posição geográfica onde foi detectado estacionamento pelo veículo de fiscalização OCR?

4.9.1.O.) - Na amostra "POS Monitor" quando o monitor constatar que o veículo fiscalizado e exibido no mapa continua estacionado sem tarifa de pós utilização emitida é possibilitado ao monitor emitir uma ACT, selecionando o ícone plotado no mapa e a tela de emissão de tarifa é automaticamente aberta sem que seja imputado novamente a placa do veículo?

4.10.- Prova de Conceito da emissão de tíquetes de estacionamento no Tótem tipo **PARQUÍMETRO**: Com o equipamento identificado anteriormente com a etiqueta " Totem tipo PARQUÍMETRO" deverão ser feitos os procedimentos abaixo e na ordem informado:

4.10.1.A.) - Foi possível efetuar a venda de 01 hora de estacionamento, para uma placa aleatória utilizando como forma de pagamento a opção MOEDA?

4.10.1.B.) - Após a confirmação da venda, foi impresso o comprovante contendo as informações abaixo?

a) Número sequencial com no mínimo de 9 dígitos, não podendo nunca ser repetida esta numeração;

b) Identificação do número do equipamento que realizou a venda do tíquete de estacionamento;

c) Data e hora da validade do tíquete de estacionamento;

d) Dia do ano corrente para a validade do tíquete de estacionamento;

e) Placa do veículo que adquiriu o tíquete de estacionamento;

f) Data e hora da emissão do tíquete de estacionamento que deverá ser obtida automaticamente pelo sistema, não sendo permitido a sua alteração.

4.10.1.C.) - Foi possível efetuar as vendas de 01 hora e 02 horas de estacionamento separadamente, para duas placas aleatórias utilizando como forma de pagamento a opção CARTÃO DE CRÉDITO, através de duas maneiras em separadas respectivamente a cada placa, na primeira placa (1) por inserção do cartão de crédito no equipamento e (2) por aproximação (NFC e MIFARE) para a segunda placa?

4.10.1.D.) - Após a confirmação da venda, foi impresso o comprovante contendo as informações abaixo?

a) Número sequencial com no mínimo de 9 dígitos, não podendo nunca ser repetida esta numeração;

b) Identificação do número do equipamento que realizou a venda do tíquete de estacionamento;

c) Data e hora da validade do tíquete de estacionamento;

d) Dia do ano corrente para a validade do tíquete de estacionamento;

e) Placa do veículo que adquiriu o tíquete de estacionamento;

f) Data e hora da emissão do tíquete de estacionamento que deverá ser obtida automaticamente pelo sistema, não sendo permitido a sua alteração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

4.10.1.E.) - Foi possível efetuar a venda de 01 hora de estacionamento, para uma placa aleatória utilizando como forma de pagamento a opção CARTÃO DE DÉBITO?

4.10.1.F.) - Após a confirmação da venda, foi impresso o comprovante contendo as informações abaixo?

- a) Número sequencial com no mínimo de 9 dígitos, não podendo nunca ser repetida esta numeração;
- b) Identificação do número do equipamento que realizou a venda do tíquete de estacionamento;
- c) Data e hora da validade do tíquete de estacionamento;
- d) Dia do ano corrente para a validade do tíquete de estacionamento;
- e) Placa do veículo que adquiriu o tíquete de estacionamento;
- f) Data e hora da emissão do tíquete de estacionamento que deverá ser obtida automaticamente pelo sistema, não sendo permitido a sua alteração.

4.10.1.G.) - Efetuar uma recarga o valor de R\$ 10,00 no CARTÃO PRÉ-PAGO inteligente no equipamento da amostra "PARQUIMETROS, com pagamento em moedas. possível realizar a leitura do saldo do cartão pré-pago.

4.10.1.H.) - Após a confirmação da venda, foi impresso o comprovante?

4.10.1.I.) - Foi possível efetuar a venda de 02 horas de estacionamento, para uma placa aleatória utilizando como forma de pagamento o crédito no CARTÃO PRÉ-PAGO?

4.10.1.J.) - Após a confirmação da venda, foi impresso o comprovante contendo as informações abaixo?

- a) Número sequencial com no mínimo de 9 dígitos, não podendo nunca ser repetida esta numeração;
- b) Identificação do número do equipamento que realizou a venda do tíquete de estacionamento;
- c) Data e hora da validade do tíquete de estacionamento;
- d) Dia do ano corrente para a validade do tíquete de estacionamento;
- e) Placa do veículo que adquiriu o tíquete de estacionamento;
- f) Data e hora da emissão do tíquete de estacionamento que deverá ser obtida automaticamente pelo sistema, não sendo permitido a sua alteração.

4.10.1.K.) - De forma continuada ao exigido acima, e após passado algum tempo que será definido exclusivamente pela Comissão julgadora, foi possível efetuar a devolução dos minutos não utilizados no sistema rotativo através cartão inteligente pré-pago, com retorno do valor do minuto proporcional à tarifa de 1 hora no saldo do referido cartão pré-pago para utilização futura?

4.10.1.L.) - Foi possível efetuar o pagamento da TPU através de PIX?

4.10.1.M.) - Foi possível efetuar a recarga na conta de pagamento por PIX?

4.10.1.N.) - Foi possível verificar no software de retaguarda todas as operações realizadas com o PARQUÍMETRO acima?

4.11. PROVA DE CONCEITO DO SISTEMA DE RETAGUARDA:

- A. Os testes deverão ser feitos utilizando a amostra "RETAGUARDA".
- B. É possível acessar o sistema de retaguarda?
- C. É solicitado usuário e senha para acesso ao sistema retaguarda?
- D. É possível consultar no sistema de retaguarda todas as informações preenchidas em todos os itens dos testes feitos até o momento?
- E. É possível consultar em mapa georreferenciado a posição da amostra "FISCALIZAÇÃO"?
- F. É possível visualizar no mapa a amostra "PDV"?
- G. É possível visualizar todas as transações feitas anteriormente em todos os formatos de venda, recargas e os ACT's emitidos com suas respectivas fotos e vídeos?
- H. É possível gerar lote com os ACT's irregulares para convalidação?



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- I. É possível cadastrar a biometria do agente de trânsito?
- J. É possível acessar um módulo específico destinado à Autoridade de Trânsito através da biometria?
- K. Foi possível acessar os avisos de cobrança de tarifas e convalidar suas informações?
- L. Em caso de negativa de convalidação foi solicitado um motivo?
- M. O sistema permite o cadastramento das áreas de estacionamento controladas pelo sistema?
- N. O sistema permite o cadastramento dos valores de estacionamento para cada zona de estacionamento, tipo de veículo e período que um veículo pode ficar estacionado?
- O. O sistema permite o cadastro de pontos de venda (PDV)?
- P. O sistema oferece condições de reconfiguração, inclusive remotamente, dos tempos de permanência e seus preços, assim como tempos de rotatividade e preços diferentes para cada zona de estacionamento?
- Q. O sistema possibilita a determinação do nível de usuário pelo administrador do sistema, assim como o direito e privilégios da visualização segmentada das informações, ou seja, cada usuário visualizará apenas as informações autorizadas, conforme configuração e privilégio de seu perfil?
- R. O sistema apresenta relatório de venda de créditos considerando a forma de pagamento, período do dia e valor de crédito comercializado?
- S. O sistema apresenta relatório contemplando quantidade de placas, identificação de irregularidades, segmentado por horário do dia e por agente?
- T. O sistema permite a exportação de relatórios gerados nos formatos PDF ou CSV?
- U. O sistema permite a consulta e visualização das irregularidades registradas, tendo como filtro a placa do veículo ou período?
- V. O sistema permite gerar relatórios, por data e resumos totalizadores sobre a arrecadação num período referente aos créditos eletrônicos comercializados e ativados por dia, mês ou período aleatório a ser definido pelo avaliador?
- W. O sistema permite acesso às funcionalidades pelos usuários, somente pelo perfil de utilização daquela determinada funcionalidade?
- X. O sistema permite registrar para auditoria toda utilização do sistema, contendo data e hora de acesso, login e funcionalidade acessada?
- Y. O veículo OCR realiza a captura de placas de veículos estacionados somente do lado direito ou esquerdo conforme o cadastro da quadra/rua realizado no sistema de gestão sem que seja necessário nenhum procedimento adicional de seleção ou do lado de captura no veículo?
- Z. No sistema de gestão todas as imagens foram registradas independentemente do local de captura e em cada uma das imagens foi classificada com o status lado inválido, fora do horário de cobrança, fora de área de cobrança, ticket de estacionamento ativo, com tarifa de pós utilização emitido quando a funcionalidade de captura somente do lado conforme cadastro está desativado?

4.12- PROVA DE CONCEITO DO SISTEMA DE SUPORTE E SEGURANÇA:

- A. A demonstração dos serviços de suporte, deverá ocorrer obrigatoriamente em tempo real.
- B. Efetuar uma ligação para o telefone fixo fornecido pela Licitante, verificar se o sistema de URA (unidade de resposta audível) atende à ligação automaticamente e fornece as opções para que o usuário consiga falar com algum atendente.
- C. Efetuar uma ligação para o telefone 0800 fornecido pela Licitante, verificar se o sistema de URA (unidade de resposta audível) atende à ligação automaticamente e fornece as opções para que o usuário consiga falar com algum atendente.
- D. A licitante deverá demonstrar o site da empresa e demonstrar a capacidade da prestação de informações aos Usuários, podendo ser o site corporativo ou de outra operação similar.
- E. Durante o processo de autenticação, foi solicitado e devidamente validado um segundo fator de autenticação, como Google Authenticator, Microsoft Authenticator ou outro método compatível, garantindo o pleno funcionamento da autenticação em dois fatores?



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- F. O sistema web de gestão acessa por meio dos navegadores Firefox, Edge e Chrome sem instalação de nenhum plugin ou software adicional e possui certificado SSL 256 bits?



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA – BRASIL

ANEXO XII
VERIFICADOR INDEPENDENTE e PARÂMETROS DE DESEMPENHO
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 056/2026.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 003/2026.

1. Parâmetros de Desempenho

A Concessionária deverá executar todos os serviços e dispor de todos os recursos humanos, itens, materiais, equipamentos e insumos necessários para o cumprimento das atividades propostas nesta Modelagem. Caberá à Concessionária, portanto, providenciar todas as autorizações, alvarás, licenças e aprovações necessárias junto aos respectivos órgãos e entidades do Prefeitura Municipal de Valença, do Estado da Bahia, com vistas à execução das atividades relacionadas à Concessão.

Durante o contrato, as obras e intervenções devem ser desenvolvidas de modo ocasionar o mínimo de interferência no uso do sistema viário e das próprias vagas a serem exploradas comercialmente.

Dentre as premissas do projeto ora apresentado, destacam-se:

- Gestão integrada de todos os dados coletados;
- Aumento da produtividade das equipes de gerenciamento e campo;
- Melhoria da segurança dos usuários.
- Desenvolvimento sustentável da mobilidade
- Contribuição para a preservação do meio-ambiente.

Ressalta-se, também que o projeto proposto contempla a automação do uso destas através da utilização de sistema de controle e medição eletrônica de tempo de uso de estacionamento rotativo e o acompanhamento em tempo real da utilização dos espaços públicos, cujos fundamentos técnicos permitem suprir as necessidades relacionadas à gestão do estacionamento rotativo de Valença, a saber:

- Necessidade de controle da utilização das vagas rotativas, por meios tecnológicos avançados, com maior confiabilidade, e que eliminem a ocorrência de fraudes no sistema, quer pelo uso das vagas, quer em decorrência do sistema de gestão de uso destas vagas;
- Necessidade de controle estatístico de uso das vagas, possibilitando à administração uma correta avaliação de seu uso (taxa de ocupação);
- Possibilidade de cobrança do preço público de estacionamento de forma mais justa, através de melhor fracionamento tarifário;
- Utilização de tecnologia que iniba o uso irregular das vagas e aumente a rotatividade, democratizando a utilização de um espaço cada vez mais limitado, face ao aumento constante da frota e do fluxo de veículos na cidade.

Torna-se evidente, portanto, que por meio da adoção de solução tecnológica e capacitação do pessoal de operação e fiscalização, o sistema de estacionamento rotativo de Valença poderá:

- Beneficiar seus usuários com a adoção de um sistema de controle de vagas mais acessíveis;
- Contribuir para melhora dos parâmetros de gestão pública;
- Instrumentalizar os agentes de trânsito com recursos tecnológicos para melhor desempenho de suas funções.

Para o controle do uso destes espaços, propõe-se a implantação de sistema eletrônico que permita aos usuários a aquisição de créditos por meio virtual (web), bem como o acompanhamento, em tempo real, da utilização dos espaços pelos agentes e fiscais de trânsito da SECRETARIA DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E RODAGENS através de sistemas eletrônicos auxiliares.

Este sistema é compatível, ainda, com a venda de créditos eletrônicos em pontos de venda devidamente credenciados, assim como o fornecimento do material necessário para auxílio da fiscalização e demais serviços.

Tem-se, portanto, que os serviços de venda e gerenciamento de créditos virtuais eletrônicos, aliado à gestão eficiente e prestação de serviços como capacitação de pessoal, ações de conscientização da população e sinalização horizontal e vertical comunguem para se alcançar os seguintes objetivos:

- Permitir uma melhor organização da utilização dos espaços públicos no Município de Valença;
- Auxiliar os agentes de trânsito da SECRETARIA DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E RODAGENS na fiscalização da utilização dos espaços públicos no Município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

- Assegurar controles de venda e arrecadação mais seguros e confiáveis, com a geração de banco de dados e informações on-line;
- Gerar informações estatísticas de uso de vagas;
- Permitir que as informações geradas pelo sistema possam ser utilizadas pela administração de trânsito na elaboração de projetos de melhoria do trânsito e fiscalização contratual independente;
- Permitir a fiscalização e integração com os demais sistemas e hardwares componentes desta solução, que agrega segurança e mobilidade urbana.

2. Características técnicas da operação e gerenciamento

O sistema de mensuração de desempenho disciplinado nesta Modelagem destina-se a fixar os níveis de qualidade e disponibilidade mínimos desejados pelo Poder Concedente e a permitir a mensuração do desempenho da Concessionária em suas atividades, mediante o cálculo e aplicação do Fator de Desempenho (FD)

O resultado do FD compõe o valor do Adicional de Desempenho, a ser pago pela Concessionária ao Poder Concedente. A Tabela a seguir descreve a responsabilidade, a forma de aferição e a frequência mínima de aferição de cada Índice de Desempenho (ID) A frequência mínima de aferição refere-se à granularidade mínima com que os ID devem ser apurados e disponibilizados, nos termos desta Modelagem.

Tabela. Índices de Desempenho

Índice de Desempenho (ID)	Responsável pela Inform.	Forma de Aferição	Periodicidade
Índice de Disponibilidade do Sistema de Tecnologia da Informação (IDS)	Poder Concedente	Extração de dados via Sistema Integrado	Mensal
Índice de Reclamação do Usuário (IRU)	Poder concedente	Extração de dados via Sistema Integrado (Portal de Atendimento)	Mensal
Índice de Disponibilidade do Sistema de Fiscalização de Vagas (IDSTFV)	Concessionária	Extração de dados via Sistema Integrado	Mensal
Índice de Acerto do OCR nos Equipamentos de Fiscalização (IAOEF)	Concessionária	Extração de dados via Sistema Integrado	Mensal
Índice de Qualidade do Software de Inteligência (IQSI)	Concessionária	Extração de dados via Sistema Integrado	Mensal
Índice de Qualidade do Apoio à Fiscalização (IQF)	Poder Concedente	Extração de dados via Sistema Integrado (Relatório Gerencial)	Mensal

A seguir serão detalhados todos os Índices de Desempenho (ID) mencionados, bem como sua respectiva metodologia de cálculo.

2.1 Índice de Disponibilidade do Sistema de Tecnologia da Informação (IDS)

O objetivo desse índice é mensurar a disponibilidade do Sistema de Tecnologia da Informação aos Usuários e ao Poder Concedente.

O IDS deve ser aferido mensalmente por meio da relação entre o número de horas em que Sistema de Tecnologia da Informação está disponível para acesso pelos Usuários e pelo Poder Concedente sobre total de horas que deveria estar no período aferido, conforme fórmula abaixo:

$$IDS = \frac{\text{Número de horas em que o Sistema está disponível}}{\text{Número total de horas em que o Sistema deveria estar disponível}} \times 100$$

Para ser considerável disponível, o Sistema de Tecnologia deve atender os requisitos mínimos estabelecidos no Edital. O IDS deve ser convertido em uma nota, conforme a tabela a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

Tabela. Avaliação do IDS

IDS	NOTA IDS
IDS ≥ 99,5%	5
99,5% > IDS ≥ 99,0%	4
99,0% > IDS ≥ 98,5%	3
98,5% > IDS ≥ 98,0%	2
98,0% > IDS ≥ 97,5%	1
IDS < 97,5%	0

2.2 Índice de Reclamações do Usuário (IRU)

O objetivo desse índice é monitorar as manifestações espontâneas de Usuários sobre insatisfações e reclamações quanto ao serviço prestado pela Concessionária.

O IRU deve ser aferido mensalmente por meio da relação entre o número total de reclamações dos Usuários e o número total de Vendas de Créditos realizadas no período aferido:

$$IRU = \frac{\text{Número total de reclamações recebidas no período}}{\text{Número de vendas de créditos realizadas no período}} \times 100$$

O número total de reclamações de Usuários para cálculo do IRU deve considerar as reclamações recebidas por meio do Portal de Atendimento, seja por chamada telefônica ou por outra plataforma que vier a ser criada. Devem ser consideradas, para a aferição do IRU, todas as reclamações relativas ao serviço, sob responsabilidade da Concessionária, nos termos do Contrato, incluindo os seguintes assuntos:

- Dificuldade no acesso ao Aplicativo Móvel para aquisição de Crédito;
- Dificuldade no acesso ao Aplicativo Móvel para ativação de Crédito;
- Dificuldades diversas com o Aplicativo Móvel;
- Dificuldade na compra de Crédito no Ponto de Venda (PDV);
- Dificuldade ou ausência de Ponto de Venda (PDV); e
- Má conservação da sinalização horizontal ou vertical.

O IRU deve ser convertido em uma nota, conforme Tabela a seguir:

Tabela. Avaliação do IRU

IRU	NOTA IRU
IRU ≤ 0,2%	5
0,2% < IRU ≤ 0,4%	4
0,4% < IRU ≤ 0,8%	3
0,8% < IRU ≤ 1,2%	2
1,2% < IRU ≤ 1,6%	1
IRU > 1,6%	0

2.3 Índice de Disponibilidade do Sistema de Tecnologia para Fiscalização de Vagas (IDSTFV)

O objetivo desse índice é mensurar a disponibilidade dos equipamentos implantados e mantidos pela Concessionária de forma a não interromper o funcionamento dos sistemas de fiscalização.

O IDSTFV deve ser aferido mensalmente por meio da relação da quantidade de horas que o sistema funcionou sem interrupção com as horas que o sistema deveria ter funcionado no mesmo período:

$$IDSTFV = \frac{\text{Nº de horas que o Sistema funcionou sem interrupção no período}}{\text{Total de horas operacionais do sistema no período}} \times 100$$

O IDSTFV deve ser convertido em uma nota, conforme Tabela a seguir:

Tabela.

IDSTFV	NOTA IDSTFV
IDSTFV ≥ 97,0%	5



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

IDSTFV	NOTA IDSTFV
97,0% > IDSTFV ≥ 96,0%	4
96,0% > IDSTFV ≥ 95,0%	3
95,0% > IDSTFV ≥ 94,0%	2
94,0% > IDSTFV ≥ 93,0%	1
IDSTFV < 93,0%	0

2.4 Índice de acerto do OCR nos Equipamentos de Fiscalização (IAOCR)

O objetivo desse índice é mensurar a efetividade do software OCR dos equipamentos de fiscalização da Concessionária, que permitem a identificação automática de placas sem intervenção humana para alimentar o Software de Inteligência. O IAOCR deve ser aferido mensalmente por meio da relação da quantidade de placas não lidas ou lidas incorretamente com o total de placas verificadas no mesmo período:

$$IAOCR = \frac{\text{Infrações descartadas por falta de leitura}}{\text{Total de infrações evidenciadas}} \times 100$$

O IAOCR deve ser convertido em uma nota, conforme Tabela a seguir:
Tabela.

IAOCR	NOTA IAOCR
IAOCR ≥ 90,0%	5
90,0% > IAOCR ≥ 89,0%	4
89,0% > IAOCR ≥ 88,0%	3
88,0% > IAOCR ≥ 87,0%	2
87,0% > IAOCR ≥ 86,0%	1
IAOCR < 86,0%	0

2.5 Índice de Qualidade do Software de Inteligência (IQSI)

O objetivo desse índice é mensurar o acerto do software de Inteligência do banco de dados cadastral da Concessionária que geram os alertas para os sistemas de fiscalização, visando menor deslocamento e otimização de mão de obra. O IQSI deve ser aferido mensalmente por meio da relação da quantidade de falsos positivos de alertas enviados com o total de alertas enviados às equipes de fiscalização de campo no mesmo período:

$$IQSI = \frac{\text{Número de alertas falsos positivos}}{\text{Total de alertas enviados}} \times 100$$

O IQSI deve ser convertido em uma nota, conforme Tabela a seguir:
Tabela1.

IQSI	NOTA IQSI
IQSI ≥ 94,0%	5
94,0% > IQSI ≥ 93,0%	4
93,0% > IQSI ≥ 92,0%	3
92,0% > IQSI ≥ 91,0%	2
91,0% > IQSI ≥ 90,0%	1
IQSI < 90,0%	0

2.6 Índice de Qualidade do Apoio a Fiscalização (IQF)

O objetivo desse índice é mensurar a qualidade do serviço prestado pela Concessionária em relação ao apoio à fiscalização, às informações disponibilizadas aos Usuários e à adequação da sinalização horizontal e vertical.

O IQF deve ser aferido mensalmente por meio da relação da quantidade de infrações lavradas pelo Poder Concedente que foram contestadas e deferidas em favor do Usuário e o total de infrações lavradas pelo Poder Concedente no mesmo período:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

$$IQF = \frac{\text{Número de Infrações contestadas e deferidas em favor dos usuários}}{\text{Total de infrações lavradas}} \times 100$$

O IQF deve ser convertido em uma nota, conforme Tabela a seguir:

Tabela.

IQF	NOTA IQF
$IQF \leq 2,0\%$	5
$2,0\% < IQF \leq 4,0\%$	4
$4,0\% < IQF \leq 6,0\%$	3
$6,0\% < IQF \leq 8,0\%$	2
$8,0\% < IQF \leq 10,0\%$	1
$IQF > 10,0\%$	0

Devem ser desconsideradas, para a aferição do IQF, as infrações lavradas e contestadas e cujos recursos tenham sido deferidos em favor do Usuário por razão alheia à Concessionária.

3. Fator de Desempenho

3.1 Cálculo dos Índices de Desempenho

A aferição de cada Índice de Desempenho (ID) que compõe o FD deve ser iniciada no 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, a partir da data da Ordem de Início, respeitada a frequência mínima da aferição dos ID, nos termos do presente ANEXO.

Os Índices de Desempenho são calculados por meio da média aritmética simples de todas as suas aferições realizadas nos 12 (doze) meses que compõem o FD.

3.2 Cálculo do Fator de Desempenho

O FD deve ser calculado a cada 12 (doze) meses, contados do início da aferição dos Índices de Desempenho. Excepcionalmente no último período de 12 (dozes) meses de vigência do Contrato, o FD deve ser calculado considerando os primeiros 11 (onze) meses deste período, exclusive, o último mês do Contrato.

O FD é calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FD = \frac{IDS + IRU + IDSTFV + IAOCR + IQSI + IQF}{(6 \times 5)}$$

O resultado do cálculo do FD varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo 0 (zero) o pior resultado e 1 (um) o melhor resultado. Seu resultado é aplicado na fórmula do Adicional de Desempenho.

Na impossibilidade de aferição, por culpa da Concessionária, de um ou mais de um dos Índices de Desempenho, em determinado período que deveria(m) ser aferido(s), deve ser atribuída nota mínima ao(s) Índices de Desempenho não medidos.

Na impossibilidade de aferição, por culpa do Poder Concedente, de um ou mais de um dos Índices de Desempenho, em determinado período que deveria(m) ser aferido(s), deve ser atribuída nota máxima ao(s) Índices de Desempenho não medidos.

Caso a Concessionária apresente desempenho menor ou igual a 3 (três) na qualidade de serviço para um mesmo Índice de Desempenho por 3 (três) meses consecutivos ou alternados em um prazo de 2 (dois) anos, ela deve apresentar ao Poder Concedente, no prazo de 1 (um) mês após a última medição do referido Índice de Desempenho, um plano de ação para mitigar e corrigir os problemas identificados.

Caso a Concessionária não apresente o referido plano no prazo estipulado, a nota do referido Índice de Desempenho deve ser 0 (zero) no mês subsequente à nota abaixo de 3 (três)

A cada período de 12 (doze) meses de aferição, deve ser elaborado um relatório de desempenho compreendendo o resultado do FD, bem como todas as informações utilizadas para a sua aferição e dos Índices de Desempenho que o compõe.

A Concessionária deve disponibilizar ao Poder concedente todas as informações necessárias para aferição dos Índices de Desempenho, nos termos desse ANEXO.

A cada mês o Poder Concedente deve elaborar e disponibilizar relatório parcial de desempenho compreendendo o resultado dos Índices de Desempenho aferidos no período, bem como todas as informações utilizadas para a sua aferição e consolidação parcial do resultado do FD.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

O relatório de que trata o parágrafo anterior também deve conter o inteiro teor do relato de reclamações, comentários e ocorrências comunicados pelos Usuários sobre o Objeto registradas no Portal de Atendimento ou similar, respeitada a privacidade dos Usuários.

4. Avaliação de questões inerentes ao Poder Público

A atuação do poder público como agente ativo do processo de implantação do sistema de estacionamentos rotativos constitui o papel fundamental no sucesso do projeto. A implantação de um sistema eficaz de controle e aplicação das penalidades representa a diferença entre o sucesso ou não desta modelagem.

Como tratado anteriormente, o sistema operacional de controle e fiscalização da concessionária deverá ser integrado com o sistema da Secretaria responsável, uma vez que é definido por lei que apenas agentes públicos tem o poder de aplicar os Autos de Infração de Trânsito – AIT. Deste modo, é atribuição do poder concedente disponibilizar à fiscalização um agente habilitado que possa realizar o recebimento das infrações detectadas pelo sistema de controle da concessionária e autuar os veículos infratores.

A adesão voluntária do usuário ao sistema de estacionamentos rotativos está diretamente vinculada a sua penalização no descumprimento das regras. Com isso, faz-se necessário que a penalização de forma efetiva, para que o sistema não perca sua credibilidade e impacte a Taxa de Respeito já abordada anteriormente. Nesse caso, incorrer-se-ia num desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, com a frustração das receitas previstas nesta modelagem. Além de uma eventual impossibilidade da concessionária em arcar com os custos de capital, da dívida e operacional, comprometer-se-ia o pagamento da outorga variável para a Prefeitura, que por sua vez é vinculada a receita bruta aferida mensalmente pela concessionária.

Tendo em vista o exposto, é importante que se disponha mensalmente de métrica de controle entre as infrações detectadas pelo sistema de controle da concessionária, e os Autos de Infração efetivamente aplicados pelos agentes públicos. É fundamental que a diferença entre ambos não seja inferior a 85%, sob risco de responsabilização do Poder Público pelo não atingimento do faturamento previsto pela concessionária.

Um projeto de regulamentação e cobrança de estacionamentos rotativos é uma ferramenta de ação da priorização dos sistemas de transportes previstos no Plano Nacional de Mobilidade, que por sua vez, define:

1. Pedestres;
2. Bicicleta;
3. Transporte Público,
4. Automóvel.

O entendimento é de que o Projeto de Estacionamento Rotativo é um serviço a ser prestado à população de Valença, na medida em que trata o espaço público do usuário do automóvel até o destino final do seu percurso, nos locais de trabalho, estudo, compras ou lazer.

Essa medida repercute também na redução do tempo de viagem, posto que, no último percurso, é facultada ao passageiro a possibilidade de utilizar modos alternativos de transporte, além de ter a circulação a pé favorecida.

As atividades urbanas, sobretudo as produtivas, também podem vir a se favorecer dessas propostas de urbanização, assim como do aumento da rotatividade das vagas de estacionamento.

Trata-se, portanto, de um projeto maior, de gestão do uso do automóvel e garantia de urbanidade. Ao invés de somente de prover vagas, o resultado esperado é de dissuadir o uso desnecessário do automóvel, como medida de incentivo ao uso de outros modais de transporte.

Com isso, faz-se importante que seja desempenhada uma comunicação social efetiva e esclarecedora, convidando a população a aderir ao sistema, e explicando os objetivos e ferramentas de uso e controle. Como atribuição do poder público, está a definição e apoio à veiculação das campanhas de esclarecimento ao longo de todo o processo de implantação do projeto.

4.1 Verificador Independente

O verificador independente é uma figura preponderantemente associada a contratos de PPP e concessão e que se coloca como entidade isenta entre Poder Concedente e Concessionária, tendo a missão de acompanhar a execução do contrato e verificar o desempenho das atividades realizadas pela concessionária, nos termos e obrigações previstas no contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

O serviço monitora de forma permanente o desempenho da empresa privada que executa uma concessão de uso, um contrato de gestão ou participa de uma PPP. Com base em um conjunto de indicadores de desempenho, o verificador independente determina o percentual de cumprimento dos índices de serviço por parte da concessionária.

Com transparência e independência, o Verificador Independente monitora a qualidade do serviço prestado pela concessionária, medindo periodicamente os indicadores de desempenho:

- Operacionais;
- Financeiros;
- Ambientais,
- Sociais.

No caso de PPPs patrocinadas, a atuação do VI na fiscalização da prestação do serviço ao usuário e acompanhamento dos parâmetros de desempenho predefinidos em contrato possibilita ao ente público um olhar especializado independente e isento, aplicando eventuais penalidades e possibilitando redução no pagamento das contraprestações em caso de descumprimento do estabelecido.

No caso de concessões comuns, a VI atuará de forma a fiscalizar, adicionalmente, as receitas tarifárias e acessórias da concessionária, garantindo o pagamento da outorga mensal prevista em contrato.

A contratação da VI corrobora com as melhores práticas de atuação de gestão independente de contratos de concessão e PPPs, uma vez que sua gestão eficiente e transparente também é isenta de conflito de interesses e vícios de ambas as partes. Sendo a definição da empresa a ser contratada escopo do Poder Concedente, enquanto o pagamento mensal dos serviços uma responsabilidade da Concessionária, mitiga-se o risco de eventuais capturas do ente público por parte do ente privado, ao mesmo tempo em que se possibilita maior compliance e cumprimento dos contratos, reduzindo-se as necessidades de judicialização em contratos longos.

A CONCESSIONÁRIA deverá efetivar a contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE, nos termos deste ANEXO, no período da IMPLANTAÇÃO OPERACIONAL.

Caberá ao VERIFICADOR INDEPENDENTE as seguintes atribuições:

- a. Desenvolver um sistema de informação web que realiza a rotina de cálculo automática de aferição dos dados dos indicadores que compõem o FATOR DE DESEMPENHO e que permita o acesso remoto ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA, com recurso de um painel de controle gerencial onde serão exibidos os indicadores e banco de dados na qual ficarão armazenados todos os indicadores durante todo o tempo da CONCESSÃO.
- b. Atestar mensalmente junto ao PODER CONCEDENTE os valores dos indicadores e relatórios que compõem do FATOR DE DESEMPENHO, conforme previsto neste ANEXO.
- c. Atestar junto ao PODER CONCEDENTE, o recebimento das obras, benfeitorias, equipamentos e sistemas, previstos nas fases da operação, e o atendimento às especificações, às normas e melhores práticas aplicáveis.
- d. Aferir os bens constantes do TERMO DE ENTREGA.
- e. Validar anualmente junto ao PODER CONCEDENTE, o inventário dos BENS DA CONCESSÃO, especialmente dos BENS REVERSÍVEIS;
- f. Aferir e validar mensalmente junto ao PODER CONCEDENTE, o valor da RECEITA BRUTA advindas da tarifa cobrado pela CONCESSIONÁRIA;
- g. Aferir e encaminhar, anualmente, todas as informações e demonstrações contábeis da CONCESSIONÁRIA acompanhadas de sumário executivo da situação contábil e econômica da CONCESSIONÁRIA e da CONCESSÃO.
- h. Calcular, anualmente, os Índices de Reajuste previstos neste CONTRATO.
- i. Anualmente, o encaminhamento de todas as informações relativas a eventual renovação dos seguros, conforme previsto no CONTRATO.
- j. Sempre que lhe for solicitado por qualquer das PARTES, realizar parecer em casos de pedido de equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- k. Sempre que lhe for solicitado por qualquer das PARTES, realizar parecer em casos de substituições de equipamentos e realização de benfeitorias, especialmente dos BENS REVERSÍVEIS.
- l. Permanentemente, a contratação e manutenção das garantias e seguros necessários ao cumprimento deste CONTRATO, incluindo suas renovações e recomposições, devendo informar imediatamente a ambas as PARTES sobre qualquer fato que possa prejudicar as coberturas requeridas.
- m. A qualquer momento, outras que lhe forem atribuídas em comum acordo entre as PARTES.

Os trabalhos a serem desenvolvidos pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE deverão observar a conformidade com as normas incidentes (legais, técnicas, contratuais, de certificação, etc.) e com as melhores práticas existentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

As informações deverão ser enviadas em relatórios, com periodicidade compatível com as disposições deste CONTRATO, no formato estabelecido pelo PODER CONCEDENTE, que poderá rejeitá-los em até 15 (quinze) dias úteis, hipótese em que deverá ser revisado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.

A equipe do VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá contar com especialistas de nível superior em todas as áreas de conhecimento relevantes para o cumprimento das atribuições previstas e, se necessário, mobilizar especialistas de renome para compor pareceres específicos.

As atividades incumbidas ao VERIFICADOR INDEPENDENTE tem caráter meramente opinativo e não excluem, restringem ou condicionam as atribuições e prerrogativas do PODER CONCEDENTE.

O VERIFICADOR INDEPENDENTE responsabiliza-se, para todos os fins, solidariamente à CONCESSIONÁRIA, por todas as informações prestadas ao PODER CONCEDENTE no âmbito da presente CONCESSÃO.

O VERIFICADOR INDEPENDENTE designado atuará na CONCESSÃO pelo prazo de 5 anos, passível de recontratação sucessiva pelo mesmo prazo, mediante justificativa do PODER CONCEDENTE.

a. No caso de substituição, a contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE poderá ser substituída na mesma forma do previsto no Edital e em seus ANEXOS.

b. A substituição do VERIFICADOR INDEPENDENTE não o exime das responsabilidades até então assumidas.

O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá atender aos seguintes requisitos:

a. Não ser CONTROLADOR, CONTROLADO ou coligado ou sob controle comum da CONCESSIONÁRIA ou de seus acionistas, assim como não ter participado dos projetos de engenharia, como empresa ou em consórcio.

b. Não estar submetido a liquidação, intervenção ou Regime de Administração Especial Temporária - RAET, falência ou recuperação judicial; não encontrar-se em cumprimento de pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração; não ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como não ter sido condenada, por sentença transitada em julgado, a pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no art. 10 da Lei nº 9.605/1998.

c. Contar com equipe técnica de especialistas de nível superior, qualificados profissionalmente.

Não poderá participar, direta ou indiretamente, da equipe técnica vinculada ao acompanhamento da execução do objeto deste CONTRATO, pessoa que seja ou que tenha sido, nos últimos 6 (seis) meses, dirigente, gerente, empregado, contratado terceirizado ou sócio dos acionistas da CONCESSIONÁRIA.

A capacitação técnica da equipe deverá estar refletida na apresentação da relação dos profissionais que integrarão a equipe técnica da CERTIFICADORA, integrantes ou não do correspondente quadro funcional, a qual deverá ser acompanhada de:

a. Declaração de cada profissional indicado concordando com sua inclusão na equipe.

b. Currículo de cada profissional indicado com a comprovação da qualificação técnica e da experiência por meio de atestados de capacidade técnica em empreendimentos de porte semelhante ao objeto da CONCESSÃO.

A substituição do VERIFICADOR INDEPENDENTE não o exime das responsabilidades até então assumidas.

A remuneração do VERIFICADOR INDEPENDENTE será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, sem ônus ao PODER CONCEDENTE, não podendo estar condicionada à aceitação, pelo PODER CONCEDENTE, dos serviços objeto do presente CONTRATO, mas apenas ao regular e adequado desempenho das atividades de certificação estabelecidas

4.2 Processo de Fiscalização

O Poder Concedente, durante toda a vigência do Contrato, pode se valer do apoio técnico de terceiros, inclusive de um Verificador Independente, para realizar a coleta de informações e aferição dos Índices de Desempenho que compõem o FD.

O Verificador Independente não substitui, nem afasta o exercício do poder de fiscalização do Poder Concedente no âmbito da Concessão. A contratação do Verificador Independente não impede que o Poder Concedente realize a aferição dos Índices de Desempenho ou eventuais vistorias por conta própria. Nesses casos, prevalecem as medições do Poder Concedente.

À Concessionária é facultado, em qualquer caso, o acompanhamento das vistorias in loco.

A Verificadora Independente deve consolidar e enviar para a Concessionária e para o Verificador Independente o relatório de desempenho compreendendo o resultado do FD, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis do encerramento do mês imediatamente anterior.

Recebido o relatório de desempenho, a Concessionária tem o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para avaliar e contestar o seu conteúdo.

Caso haja discordância, a Concessionária deve entregar ao Verificador Independente, no prazo máxima de 5 (cinco) dias úteis, o pedido de impugnação, contendo as devidas justificativas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

Concluída a fase supramencionada, fica o Poder Concedente, autorizado a iniciar o procedimento de cobrança do Adicional de Desempenho com base no conteúdo e na nota constante no relatório de desempenho recebido pelo Verificador Independente e pela Concessionária.

Concluindo-se que a discordância trazida pela Concessionária é procedente, a diferença apurada deve ser liquidada na parcela seguinte.

Eventual(is) divergência(s) quanto ao FD aferido pelo Verificador Independente e Poder Concedente não solucionada(s) devem ser dirimidas entre as Partes por meio dos mecanismos de solução de conflitos previstos na legislação e no Contrato.

Durante a fase de operação, o Verificador Independente e o Poder Concedente poderão:

- Requisitar ativações, movimentações, remoções, informar problemas ou falhas sempre através do Service Desk da Concessionária;
- Analisar e retornar um relatório com os dados das medições dos indicadores.

4.3 Seleção do Verificador Independente (VI)

A Concessionária é responsável pela contratação do Verificador Independente para a realização das atividades aqui descritas, em até 90 (noventa) dias da Data da Ordem de Início, devendo observar as regras e procedimentos dispostos a seguir para a contratação.

A seleção e contratação do Verificador Independente, a despeito de seguir as normas de direito privado aplicáveis em conformidade com as atribuições, prazos e obrigações previstos nesta Modelagem, deve ser realizada pela Concessionária com observância à impessoalidade, à igualdade e à publicidade, aplicando-se os seguintes parâmetros:

- Publicação de edital chamamento público para a apresentação de propostas para a prestação de serviços de Verificador Independente no sítio eletrônico da Concessionária e em 2 (dois) jornais de grande circulação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da data de seleção;
- Previsão, no edital de chamamento público, de requisitos de qualificação técnica relativos à demonstração de experiência prévia em atividades de fiscalização de contrato, auditoria operacional, certificação de processos ou desenvolvimento de projetos similares; e
- Adoção de critério de seleção com base em técnica e preço.

O processo de seleção e contratação do Verificador Independente deve ser acompanhado em sua integralidade pelo Poder Concedente, que deve ter acesso aos instrumentos de seleção e à minuta do contrato a ser firmado com referido VI previamente à sua seleção e contratação. É dever da Concessionária fiscalizar os serviços prestados pelo VI e o cumprimento das regras aqui descritas.

Havendo a necessidade de se realizar vistorias sem que haja um Verificador Independente contratado, o Poder Concedente deve realizar as vistorias necessárias até que haja uma designação de um VI, devendo a Concessionária ressarcir o Poder Concedente qualquer custo adicional decorrente exclusivamente dessa(s) atividade(s).

Havendo a constatação de que a Concessionária agiu de má-fé ao realizar a seleção e a contratação do Verificador Independente, podem ser aplicadas as penalidades previstas no Contrato.

Caso haja, por parte do Verificador Independente, descumprimento de prazos de envio de informações ao Poder Concedente, ou de qualquer outra regra do Contrato e seus Anexos, ou ainda a realização de vistorias em frequência menor do que o mínimo estipulado no Contrato, o Poder Concedente poderá requerer à Concessionária a substituição do Verificador Independente.

O Poder Concedente pode, a qualquer momento, justificadamente, requerer à Concessionária a seleção e contratação de novo Verificador Independente. Os órgãos de controle da Administração Pública do Município, Estado e Governo Federal, observado o âmbito de suas competências, podem verificar a exatidão do processo de aferição dos Índices de Desempenho, bem como o integral atendimento das obrigações do Verificador Independente, segundo os termos de sua contratação.

Caso o Verificador Independente não tenha sido contratado por falha atribuída comprovadamente à Concessionária, e o Poder Concedente não tenha exercido seu direito de fiscalização, a ausência de vistorias e de aferição dos Índices de Desempenho acarreta uma pontuação considerada 0 (zero) para tais vistorias e aferições.

Quando na ausência de contratação do Verificador Independente por culpa do Poder Concedente, o não exercício da prerrogativa de realizar as vistorias e a aferições para cálculo dos Índices de Desempenho pelo Poder Concedente acarreta uma pontuação considerada 5 (cinco) para tais vistorias e aferições.

O trabalho do Verificador Independente deve ser dividido em duas etapas, de acordo com as demais regras aqui descritas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA – BRASIL

Etapa I: a ser realizada em até 6 (seis) meses após a contratação do Verificador Independente. Consiste no desenho dos processos, definição dos procedimentos para aferição dos dados da Concessionária, na padronização dos relatórios e formulários de avaliação a serem entregues e na definição das formas de comunicação oficial junto ao Poder Concedente e Concessionária, a partir do qual, devem ser sugeridas melhorias nos procedimentos pela própria Concessionária e pelo Poder Concedente; e

Etapa II: que consiste na coleta de dados, na realização de vistorias e na aferição dos Índices de Desempenho, durante a vigência do Contrato, prevendo-se, também, o aperfeiçoamento do diagnóstico elaborado na Etapa I, a partir dos procedimentos verificados empiricamente, conforme aprovado pelo Poder Concedente.